QUARTA-FEIRA ■ MACEIÓ - ALAGOAS - 16 DE ABRIL DE 2025 - Nº 4.847 - R$ 4,00

JORGRAF

TRIBUNA INDEPENDENTE

tribunahoje.com

TV TRIBUNA

Comunicador se divide entre advocacia e inclusão social



O entrevistado da semana na TV Tribuna é o jornalista Elias Ferreira, que apresenta um programa diário de rádio e preside simultaneamente o Sindicato dos Advogados e a ONG Amor 21. **PÁGINA 11**

TRE ANULA VOTOS DO PP EM MARECHAL POR FRAUDE PÁGINA 4



JUSTIÇA

Influenciador Kel Ferreti é condenado a 10 anos de prisão por crime de estupro

Kleverton Pinheiro de Oliveira, influenciador mais conhecido como "Kel Ferreti", foi condenado ontem a 10 anos de prisão pelo crime de estupro. O crime ocorreu em junho de 2024, em uma pousada no bairro de Cruz das Almas. Segundo a decisão de condenação, ele abusou sexualmente da vítima - uma enfermeira - mediante extrema violência, incluindo socos, tapas, mordidas e estrangulamento, mesmo diante de recusa dela. **PÁGINA 10**

Corpo de bebê é achado em armário e polícia prende a mãe em flagrante

Suspeitas aumentaram quando ela contou ter asfixiado a filha, pois não conseguia dormir por causa do choro



ALLAN RODRIGUES



Eduarda de Oliveira (destaque) é suspeita de matar Ana Beatriz, cujo corpo foi localizado ontem em um saco plástico dentro do armário de sua casa. População de Novo Lino está revoltada

O corpo da bebê Ana Beatriz, de apenas 15 dias, desaparecida desde sexta-feira em Novo Lino, foi encontrado dentro de uma sacola plástica, escondido em um armário. A polícia prendeu em flagrante a mãe dela, Eduarda Silva de Oliveira, apontada como principal suspeita da morte da filha. Eduarda foi inicialmente detida pelo crime de ocultação de cadáver, mas pode vir a responder também por infanticídio, se confirmadas as suspeitas. A investigação avançou após ela confessar ter asfixiado a filha com um travesseiro. Segundo disse aos agentes, a recém-nascida chorava incessantemente há dois dias, o que a impedia de dormir. Apesar da confissão, o delegado Igor Diego disse que a polícia continuará investigando a última versão apresentada pela mãe, já que ela alterou seu relato ao menos cinco vezes ao longo do processo de investigação. **PÁGINA 9**



JOÃO NETO

Advogado criminalista e influencer é preso em flagrante por espancar a mulher em Maceió

PÁGINA 9

10 MARCAS

Moda alagoana brilha na 33ª edição do Minas Trend em BH

Com 10 marcas participantes, a moda alagoana movimentou R$ 1,5 milhão em vendas e negócios na 33ª edição do Minas Trend, em Belo Horizonte, consolidando presença no mercado nacional. O evento reuniu mais de 150 marcas expositoras dos segmentos de bolsas e calçados, joias e bijuterias, vestuário feminino e masculino, lingerie, beachwear, sleepwear e infantil. **PÁGINA 13**





SEGURANÇA

Doutor Wanderley defende que mulher policial civil possa se aposentar aos 50

PÁGINA 5

sDoc

JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Assinado de forma digital por: JORGRAF-Coop. De Prod. E Trab. De Jornalistas e Gráficos do Estado de Alagoas – Tribuna Independente – CNPJ Nº 08.951.056/0001-33 – José Paulo Gabriel dos Santos – CPF Nº 087.567.594-87

ICP Brasil



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Tribuna Independente (JORGRAF) de circulação diária em bancas de jornais e assinantes. A autenticação deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou no domínio: www.tribunaindependente.com.br

TRIBUNAHOJE.com



ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI - contato@colunaesplanada.com.br



No ar... no chão...

A crise sobre a suposta espionagem da ABIN em diretores hermanos da usina binacional de Itaipu ganha contornos também comerciais, além do político e diplomático. Emissários do Governo do Paraguai indicaram para brasileiros que podem suspender a compra de caças Super Tucano comprados da Embraer – mesmo que financiados pelo BNDES do Brasil. Além das tratativas interrompidas para novo tratado de Itaipu, o Congresso do país vizinho criou uma comissão de parlamentares para investigar o caso. Eles querem saber o que a ABIN descobriu na suposta arapongagem, e quais os meios utilizados. Deputados e senadores sobem o tom, enquanto o Palácio do Itamaraty trata de minimizar a crise que pode se estender por diversas outras áreas.

VÃO NA FÉ!

Em meio à crise diplomática entre Brasil e Paraguai, deputados brasileiros são convidados para participar, em Assunção, de 14 a 17 de maio, da Cúpula das Nações pela Paz e a Reconciliação, organizado pela ONG Parlamento e Fé. Tem gente em Brasília que já está recuando do aceite, com medo de ir e... não voltar.

A ALDEIA

O antigo Museu do Índio, hoje intitulado Aldeia Maracanã, ao lado do mítico estádio no Rio, é o epicentro de interminável disputa na Justiça. De um lado, o Estado tenta a reintegração de posse do terreno – mais de 12 mil metros quadrados. Do outro, as 14 famílias que habitam o local e lutam para se manterem ali. Eles dão aulas de tupi-guarani para jovens e sobrevivem de artesanato.

GIROFLEX NO POSTO

A Coluna já soltou que o PCC paulista entrou no ramo de postos de combustíveis na região metropolitana do Rio de Janeiro, para lavagem de dinheiro. Surgem as primeiras operações da Polícia Civil. Na segunda (14), policiais fecharam postos em Cascadura (Zona Norte da capital) e São Gonçalo, por suspeitas de ligação com a facção.

PRATO MORNO

O embaixador do Irã, Abdollah Nekounam Ghadirli, organiza jantar para hoje com desafio imenso de reunir parte da bancada ruralista do Congresso Nacional, para apresentar o seu ministro da Agricultura, Gholamreza Nouri. O Irã exporta parte do fertilizante utilizado pelo agro brasileiro. É um argumento para a presença. Mas uma turma que desfila também na Embaixada dos Estados Unidos não quer problema.

PRESOS NA GUIANA

O deputado Albuquerque (Rep-RR) será o relator de dois acordos do Brasil com a Guiana, país que cresce muito com a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Os acordos são de cooperação jurídica em matéria civil e penal, assinados em 2022, em especial sobre os brasileiros presos na Guiana. Há muitos garimpeiros ilegais detidos lá.

ESPLANADEIRA

#Alko do Brasil participa, de 1º a 4/5, da Jornada Paulista de Radiologia, em SP.

#Nova tabela do IR começa a valer em maio. #Rita Cortez toma posse, hoje, como presidente do IAB, no Rio.

#Editora Colli Books lança, na sexta (18) "Chico e o Amor" no YouTube.

#Centro Cultural Oscar Niemeyer de Goiânia sedia de 14 a 18/5 a Feira de Arte Goiás.

#Julia Shimbo é premiada na Brazil Conference 2025 por impacto social com IA e ciência aberta.

Com equipe **DF, SP e Noedeste**
www.colunaesplanada.com.br
contato@colunaesplanada.com.br Twitter @leandromazzini

AL avalia se vai renegociar R$ 8 bilhões

Está em vigência programa de renegociação de dívidas dos estados, medida regulamentada pelo governo federal que possui contrapartidas

THAYANNE MAGALHÃES
REPÓRTER

Com uma dívida de aproximadamente R$ 8 bilhões com a União, o Estado de Alagoas avalia aderir ao novo Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), lançado pelo governo federal e operacionalizado pelo Tesouro Nacional a partir de ontem. A proposta visa oferecer condições mais vantajosas para a quitação de débitos, com redução de juros e flexibilização de pagamentos. A medida pode representar, para Alagoas, uma economia de até R$ 1,8 bilhão ao longo dos próximos cinco anos.

De acordo com nota enviada à **Tribuna Independente**, a Secretaria da Fazenda de Alagoas (Sefaz) afirmou que a adesão ao Propag é vista como uma "oportunidade importante para ampliar investimentos estratégicos e reforçar o compromisso de Alagoas com a boa gestão fiscal".

A Fazenda ressalta que o Estado é reconhecido nacionalmente por sua disciplina financeira. Desde 2016, Alagoas mantém a nota B na Capacidade de Pagamento (Capag), conferida pelo Tesouro Nacional. Essa classificação indica que o Estado tem condições de honrar todos os compromissos financeiros assumidos — o que, segundo a Sefaz, se deve a um processo de reorganização fiscal iniciado em 2015, que tornou o Estado uma referência em equilíbrio das contas públicas.

Mesmo diante de uma dívida significativa, a secretaria assegura que ela "está totalmente sob controle e em linha com a capacidade financeira do Estado". A relação entre a dívida consolidada e a receita corrente líquida é considerada "saudável e segura" pelos parâmetros técnicos do Tesouro Nacional.

Segundo a Sefaz, a adesão ao Propag poderá permitir que parte dos recursos hoje utilizados para amortizar a dívida com a União seja redirecionada para áreas prioritárias, como educação, infraestrutura e segurança pública. "A eventual adesão ao Propag pode gerar uma economia de até R$ 1,8 bilhão no fluxo da dívida ao longo dos próximos cinco anos, com redução das taxas de juros e condições facilitadas de pagamento", detalhou o órgão.

O novo programa federal também prevê a criação do Fundo de Equalização, mecanismo que busca equilibrar as condições financeiras entre os entes federativos. Estados com melhor desempenho fiscal, como Alagoas, poderão acessar recursos proporcionais à sua responsabilidade na gestão. Esses valores devem ser destinados majoritariamente à educação técnica e profissional, contribuindo para a formação de mão de obra qualificada e o desenvolvimento regional.

Além do Propag, o governo estadual estuda outra medida voltada à gestão da dívida: a reestruturação de parte do débito com instituições financeiras nacionais, transferindo-o para o Banco Mundial. A operação, segundo a Sefaz, pode gerar uma economia de até R$ 1 bilhão em cinco anos, graças às taxas de juros mais vantajosas praticadas pelo mercado internacional.

Ainda não há confirmação oficial sobre a adesão ao programa federal, mas a avaliação da proposta segue em andamento na equipe econômica estadual. O objetivo, de acordo com a Fazenda, é preservar o equilíbrio fiscal alcançado nos últimos anos, ao mesmo tempo em que se cria margem para ampliar os investimentos públicos em áreas essenciais para o desenvolvimento de Alagoas.

DIVULGAÇÃO



Secretaria de Estado da Fazenda avalia que Propag é excelente oportunidade para governos renegociarem suas dívidas com a União

Próximo nome a integrar o governo é do ex-prefeito Júlio Cezar

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

Sendo executada aos poucos, a reforma administrativa no governo Paulo Dantas (MDB), está em andamento. O próximo nome a tomar posse é o ex-prefeito Julio Cezar (MDB), que foi gestor de Palmeira dos Índios por dois mandatos, e vai assumir a Secretaria de Estado de Relações Federativas e Internacionais (Serfi).

O próprio Julio Cezar usou as redes sociais para confirmar que no dia 28 de abril assume o posto no primeiro escalão do governo.

"Comunico a todos que recebi com grande alegria, o convite para a minha posse como secretário de Estado do governador, Paulo Dantas, na segunda-feira [28] de abril, às 9h, no auditório Aqualtune, Palácio República dos Palmares, em Maceió. Movido pelo sentimento de gratidão, prometo dar o meu melhor nesta nova missão, sem jamais esquecer que continuarei colaborando com a gestão da prefeita Tia Júlia em qualquer ocasião que eu estiver, pois jamais abandonarei Palmeira dos Índios", publicou o ex-prefeito.

TITULAR DA SECDEF

Na segunda-feira (14), o governador Paulo Dantas empossou a ex-deputada federal Tereza Nelma para comandar a Secretaria de Estado da Cidadania e da Pessoa com Deficiência (Secdef).

Tereza Nelma ocupava o cargo de secretária nacional de Aquicultura do Ministério da Pesca e Aquicultura desde março de 2023. Ela substitui a assistente social Arabella Mendonça, que assumiu a gestão da pasta em março de 2024.

ASSESSORIA





Ex-prefeito de Palmeira dos Índios, Julio Cezar vai comandar a Serfi; Tereza Nelma tomou posse para a Secdef

TIC TAC TIC TAC

POLÍTICA, ARTES, MEMÓRIAS: O TEMPO "RUGE"!

@eniolins.tribuna.com



"**DESDE A POSSE** do presidente dos EUA, em 20 de janeiro, bolsas americanas perderam quase US$ 8 trilhões, sendo metade desde 2 de abril, quando foram anunciadas as tarifas recíprocas" – este é o bigode da reportagem assinada por Renée Pereira, n'O Estadão, publicada há três dias, em 13 de abril.



SEGUE A ANALISTA d'O Estadão: "O bom humor do mercado financeiro com o presidente americano Donald Trump durou pouco − mais precisamente até sua posse, em 20 de janeiro. Desde então, a cada nova declaração ou ameaça, as bolsas reagem negativamente, registrando quedas significativas e perdas de bilhões de dólares. O auge da tensão entre os investidores, no entanto, ocorreu em 2 de abril, quando Trump anunciou suas tarifas recíprocas para 185 países. Só as bolsas americanas perderam mais de US$ 4 trilhões desde então (no ano, as perdas somam quase US$ 8 trilhões), segundo cálculos da consultoria Elos Ayta. No mercado brasileiro, a B3 encolheu R$ 141,8 bilhões em valor de mercado entre 2 e 10 de abril (...). Aplausos à colega.

MATÉRIA SOBEJAMENTE informativa, disponível no espaço internético. Leia-a. Há de se avaliar, quando os dados se consolidarem, os efeitos dos pinotes pra frente e pra trás dados por Donald na questão das tarifas aplicadas e desaplicadas contra a China. Saltita tanto que lembra "Sebastiana", cantada por Jackson do Pandeiro: "Convidei a comadre Sebastiana/ Pra dançar um xaxado na Paraíba/ Ela veio com uma dança diferente/ E pulava que nem uma guariba". Donald, o pato, virou um sapo. Mas, apesar de pular de ré sem medo de ser infeliz, é um sapo que o mercado, apesar do mau humor, quer beijar na boca (ou na bunda, como ele prefere) para vê-lo novamente príncipe. Trata-se de uma questão ideológica visceral, encanto tão forte que nem grandes prejuízos momentâneos conseguem quebrar para a maioria dos mercados e além: a magia do discurso capitalista mais animalesco, mais brutal.

NESTE TURBILHÃO FRENÉTICO de danos, sem dúvida, existe muita gente que acha um mérito Trump ter bloqueado US$ 2 bi (dois bilhões de dólares) em verbas para Havard, depois daquela instituição ter se negado a cumprir as exigências retrógradas do presidente americano. Afinal, enxergar as universidades como mero reduto de maconheiro não é mito exclusivamente brasileiro – é marca do pensamento da extrema-direita universal. Outras tantas marcas perniciosas à humanidade seguem vivas no imaginário mais reacionário (nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo), a espera, apenas, de algum sucesso econômico para se alevantarem em furor, tal qual as multidões alemãs que erguiam seus braços em riste na saudação "Heil Hitler!".

TRUMP PRECISA SER COMBATIDO por suas ideias, e não por eventualmente estar bagunçando a economia mundial. Crises econômicas globais, bagunça nos mercados são características capitalistas próprias, intrínsecas; existem naturalmente, independente de governos mais autoritários ou mais democráticos. O busílis da questão é Donald defender o capitalismo sem qualquer nuance social; retomar o imperialismo americano em sua forma mais troglodita; combater o humanismo sob quaisquer entendimentos; impor às Universidades e ao ensino em geral normas reacionárias; desdenhar toda preocupação com o meio-ambiente; considerar o resto do mundo (e não apenas a América Latina) como o quintal dos Estados Unidos; ser arauto da misoginia e da homofobia etc. – em resumo, seu pensar (e agir) é a mais completa coleção de ideologias desumanas, argentárias, supremacistas. Ter sido eleito presidente da maior superpotência mundial é o problema. É uma tragédia política internacional. Os tropeços econômicos trumpistas são detalhes – importantes –, mas o drama é outro, noutro patamar mais amplo e muito mais perigoso: as ideologias de extrema-direita voltando a se espalhar pelo mundo.

ADAILSON CALHEIROS



Lean Araújo é o atual procurador-geral do MP estadual

LISTA TRÍPLICE

Lean Araújo é indicado para conselho do CNMP

EDITORIA DE POLÍTICA
COM ASSESSORIA

O procurador-geral de Justiça, Lean Araújo, foi escolhido ontem (15), como representante do Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL) para concorrer a indicação do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG) ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para o biênio 2026/2028. Ele recebeu 75,21% dos votos. O Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas esteve reunido de forma extraordinária até o início da tarde para acompanhar a eleição e o resultado.

A votação, que ocorreu de forma eletrônica, por meio do sistema e-voto do Ministério Público, contou com a participação de promotores e procuradores de Justiça. Lean Araújo foi candidato único, mas as inscrições estavam abertas para todos os membros com mais de 35 anos de idade e mais de 10 anos na carreira.

Com o resultado anunciado pelo Conselho Superior, órgão responsável por convocar esse tipo de eleição, o MP/AL enviará, agora, o nome de Lean Araújo e o currículo dele para concorrer à indicação que o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) fará para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público, para o biênio 2026/2028.

A ESCOLHA

Após receber os nomes indicados por todos os Ministérios Públicos, o Conselho Nacional do Ministério Público formará a lista tríplice que será enviada ao Conselho Nacional. O processo terá continuidade com a escolha de um desses nomes, que, por sua vez, será encaminhado, como indicação à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado Federal para a devida sabatina. Depois disso, tal escolha seguirá para o plenário daquele parlamento. Se aprovado, por fim, ela irá para nomeação por parte do presidente da República.

Marx Beltrão defende Lira como candidato ao Senado

Ex-presidente da Câmara é cotado ao posto, mas não confirma publicamente intenção

EMANUELLE VANDERLEI
COLABORADORA

Desde o ano passado, o deputado federal e ex-presidente da Câmara Federal, Arthur Lira (PP) tem evitado declarar publicamente, mas seus aliados estão confirmando nos municípios alagoanos que ele estará na disputa por uma das vagas ao Senado. A candidatura foi praticamente lançada pelo deputado federal Marx Beltrão (PP), durante a inauguração da primeira etapa da Praça da Juventude e o Ginásio Poliesportivo Anderson da Silva Sapucaia, em Coruripe, ao lado do ministro dos Esportes, André Fufuca.

Marx Beltrão rasgou elogios a Lira, atribuindo a ele uma liderança fundamental para todos os investimentos que conseguiu trazer, e finalizou anunciando os planos para 2026.

"Eu queria aqui aproveitar essa oportunidade, sei que não é o momento político, mas muitas vezes quando a gente diz algo, quem precisa escutar, escuta. E é aqui na minha terra, que eu gostaria de dizer ao Estado de Alagoas, que em breve Alagoas vai ter um deputado federal do partido, que será o nosso próximo senador. E esse senador já tem nome, é o futuro senador Arthur Lira", discursou.

EDILSON OMENA



Marx Beltrão, que já foi aliado da família Calheiros, está firme na aliança com deputado Arthur Lira

O deputado que já foi forte aliado dos Calheiros e passou longos anos no MDB, se diz confortável do outro lado. "Quero abraçar meu colega que trabalho, deputado Arthur Lira, ele que abriu as portas do Progressistas para que eu fizesse parte desse partido que me abraçou, um partido que eu estou muito satisfeito em fazer parte, que eu estou muito realizado, porque é um partido que me dá todas as condições de trabalhar em Brasília, representando o povo de Coruripe, representando o Estado de Alagoas e o nosso país, e o Arthur sempre procurou liderar com maestria todos os deputados da bancada. Eu tenho conseguido trazer para Alagoas muitos investimentos através da parceria que eu tenho com o deputado Artur Lira".

Nas eleições de 2026, serão abertas duas vagas para o Senado. Mesmo assim, essa promete ser uma das corridas eleitorais mais complexas dos últimos tempos em Alagoas. Renan Calheiros (MDB), adversário mais notável de Lira, hoje ocupa uma das cadeiras, e é candidato natural à reeleição.

A outra cadeira está com Eudócia Caldas (PL), suplente do agora vice-prefeito de Maceió, Rodrigo Cunha (Podemos). Eudócia é mãe do prefeito JHC (PL). Os Caldas, oficialmente, permanecem como adversários dos Calheiros, aliados de Lira. Mas nos últimos meses já foram dados sinais de aproximação, com direito a declarações públicas de Renan em eventos no berço político da família, a cidade de Ibateguara.

Mas, como já publicamos, o grupo político do deputado Antônio Albuquerque (Republicanos) e da família Davino se juntou recentemente, declarando disposição para "missões impossíveis". Davi Davino, agora Republicanos, disputou o Senado contra Renan Filho em 2022, e apesar de ter perdido conseguiu se destacar na disputa. Outro que aparentemente pensa em tentar o Senado é o deputado Alfredo Gaspar de Mendonça (União).

Para o Governo de Alagoas, os dois grupos também estão apostando nas jovens promessas. O MDB vem alimentando a ideia do retorno de Renan Filho (MDB), atualmente ministro dos transportes. Já o grupo adversário, vislumbra JHC encerrando a era do MDB no Palácio República dos Palmares.

Por enquanto, trata-se apenas das especulações do jogo político. Não há nenhuma chapa fechada, nenhuma aliança que não possa ser feita ou desfeita nesse um ano que ainda resta, antes do início oficial da campanha.

Votos do PP em Marechal são anulados

Ação de Investigação Judicial Eleitoral aponta que partido utilizou candidaturas femininas fictícias para fraudar legislação

EDITORIA DE POLÍTICA
COM TRIBUNA HOJE

A Justiça Eleitoral de Alagoas, por meio da 26ª Zona Eleitoral de Marechal Deodoro, declarou a nulidade de todos os votos recebidos pelo Partido Progressista (PP) nas eleições proporcionais de 2024 no município, em razão da constatação de fraude à cota de gênero. A decisão resultou na cassação do mandato de Hildebrando Tenório de Albuquerque Neto, conhecido como Del Cavalcante, único vereador eleito pelo partido.

A promotora de Justiça Eleitoral Maria Luísa Maia Santos foi enfática ao apontar, na Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), que o PP utilizou candidaturas femininas fictícias para fraudar a legislação eleitoral que determina o mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo.

De acordo com a decisão, as candidatas Mônica Lopes Rodrigues, Valderez Alexandre Souto (Vanda) e Ana Clara Rolim de Oliveira não tiveram participação efetiva no pleito, caracterizando fraude à cota de gênero.

Os indícios da fraude, conforme o parecer, incluem a votação inexpressiva das candidatas, como Mônica (1 voto), Vanda (17 votos), Zélia Silva (9 votos) e Clara Rolim (19 votos), contrastando com os 983 votos obtidos por Del Cavalcante, presidente do diretório municipal do PP e apontado como beneficiário direto da irregularidade.

Com a exclusão das três candidatas femininas, o partido passa a ter apenas 2 mulheres registradas, o que representa cerca de 14% do total de 14 candidaturas, abaixo do mínimo legal de 30% previsto na Lei nº 9.504/97. Com isso, o Demonstrativo de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) do PP foi indeferido e todos os registros de candidatura vinculados à legenda foram cassados.

A promotora determinou ainda a nulidade dos votos atribuídos ao partido, o que impactará o cálculo dos quocientes eleitoral e partidário, podendo gerar nova redistribuição das cadeiras da Câmara Municipal de Marechal Deodoro.

A candidata Maria Gisélia da Silva, também mencionada na ação, foi absolvida da acusação de fraude, por ausência de provas robustas. Segundo a promotora, prevaleceu o princípio do "in dubio pro suffragio" — na dúvida, a favor do voto.

DIVULGAÇÃO

Decisão da 26ª Zona Eleitoral atinge diretamente o vereador Del Cavalcante, único eleito pelo partido em 2024, que tenta evitar a perda do mandato

A decisão representa um duro golpe ao Partido Progressista no município e reforça a atuação do Ministério Público e da Justiça Eleitoral no combate às candidaturas fictícias, especialmente no tocante à política de inclusão de mulheres na disputa eleitoral.

A expectativa agora é pela redistribuição das vagas no Legislativo deodorense, o que deverá ocorrer após o trânsito em julgado da decisão.

DIVULGAÇÃO

Hugo Motta disse que ninguém pode decidir 'nada sozinho' sobre a anistia

Motta segura pressão pelo PL da Anistia

EDITORIA DE POLÍTICA
COM AGÊNCIAS

O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou nesta terça-feira (15) que, em uma democracia, "ninguém tem o direito de decidir nada sozinho" e que as pautas que devem avançar, no Legislativo, devem ser discutidas com os líderes das bancadas da Casa.

Motta deu as declarações em uma postagem no Instagram, no dia seguinte à apresentação pelo líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante (RJ), de um pedido de urgência para o projeto de anistia a envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro.

"Democracia é discutir com o Colégio de Líderes as pautas que devem avançar. Em uma democracia, ninguém tem o direito de decidir nada sozinho. É preciso também ter responsabilidade com o cargo que ocupamos, pensando no que cada pauta significa para as instituições e para toda a população brasileira", disse.

Embora o presidente da Câmara não mencione o PL da Anistia na postagem, o parlamentar está se referindo ao requerimento que tem o objetivo de acelerar a tramitação da proposta.

Apesar de Motta afirmar que o avanço de projetos depende do colégio de líderes, cabe ao presidente da Câmara montar a pauta de votações da Casa.

Mais de mil pedidos de urgência estão na fila aguardando para serem pautados. Sóstenes Cavalcante, que apresentou o requerimento para acelerar o PL da Anistia, celebrou a fala de Motta. O deputado disse que o presidente da Câmara tem muitas prerrogativas, mas as decisões "mais importantes" devem ser tomadas pelo colégio de líderes ou pela maioria dos parlamentares.

PRESSÃO

O pedido de urgência apresentado pelo líder do partido do ex-presidente Jair Bolsonaro conta com as assinaturas de 262 deputados, ou seja, mais da metade do total de parlamentares na Câmara (513).

Aliados de Hugo Motta têm defendido que o presidente transfira essa pressão pelo PL da Anistia – que, atualmente, está concentrada no presidente da Câmara – para o Palácio do Planalto e para o Supremo Tribunal Federal.

O presidente da Câmara vem tentando buscar uma saída negociada para o projeto, que desagrada tanto o Executivo quanto o Judiciário.

Para aliados de Motta, a responsabilidade por essa negociação deve ser de Lula e de seus ministros e que os integrantes do STF também devem se mobilizar para diminuir a temperatura em torno do tema.

DIVERGÊNCIA

Ontem (15), a ministra Gleisi Hoffmann, responsável pela articulação política do governo Lula, classificou como "profunda contradição" o fato de deputados de partidos que têm ministérios na Esplanada terem assinado o requerimento de urgência ao PL da Anistia.

Mais da metade das 262 assinaturas que viabilizaram a apresentação do requerimento de urgência para o projeto são de partidos do Centrão que comandam ministérios do governo Lula.

"É um absurdo apoiar urgência para um projeto sendo da base do governo, trata-se de uma grave afronta ao Judiciário e à própria democracia. Urgência é preciso para projetos que beneficiam o povo brasileiro e não para proporcionar golpe continuado".

Líder do PT cobra reação do governo a aliados na Câmara

Líder do PT na Câmara dos Deputados, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) criticou os deputados da base aliada do governo Lula (PT) que assinaram a urgência do projeto de lei que concede anistia aqueles envolvidos na tentativa de golpe de estado e nos ataques do 8 de janeiro de 2023.

Segundo Lindbergh, o governo tem que chamar os deputados e cobrá-los. Para o líder petista, o parlamentar que assinou o projeto "está se associando a um projeto criminoso de rasgar a Constituição para tentar uma anistia de toda força para o Bolsonaro".

"Não é o governo que está retaliando, é o deputado que está fazendo opção de romper com o governo. Não é razoável o governo aceitar alguém que queira anistiar quem tentou matar o Lula", afirmou Lindbergh ao acusar os deputados de "oportunismo".

O deputado já reclamou abertamente de partidos da base aliada do governo Lula que assinaram a urgência para se votar a proposta. Os apoios destes partidos correspondem a mais da metade das assinaturas obtidas.

A maioria dos apoios na Câmara vêm de União, PSD, MDB, PP e Republicanos, que possuem cargos no governo: União Brasil (37 assinaturas), PSD (23), MDB (21), Republicanos (25) e PP (34) têm contribuído para dar fôlego à discussão.

O deputado afirmou que o partido não é contra prisão domiciliar para envolvidos no 8 de janeiro, mas defende pena para os mandantes da tentativa de golpe de estado e que as decisões venham do Supremo Tribunal Federal, não da Câmara.

Segundo ele, o fato de o PL ter protocolado o pedido de urgência não muda a discussão e não necessariamente significa que a anistia está mais próxima para quem foi ou for condenado pela tentativa de golpe de estado e pelo 8 de janeiro.

"Isso não muda rigorosamente nada. Eles estão dando como fato que conseguir as assinaturas, significa que o projeto será pautado. Isso é falso. Sabe quantos projetos têm aqui [na Câmara] com assinaturas para requerimento de urgências? 2.245. Agora, temos 2.246", afirmou o líder do PT na Câmara. **(E.P.** *com agências***)**

DIVULGAÇÃO

Deputado e líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias também reclamou de partidos da base aliada de Lula

Wanderley pede alteração em aposentadoria para as mulheres policiais civis de Alagoas

Deputado solicita ao governador Paulo Dantas que idade mínima para essas profissionais se aposentarem seja de 50 anos

O deputado Dr. Wanderley (MDB) fez apelo ontem, na Assembleia Legislativa, ao governador Paulo Dantas para que estabeleça a idade mínima para aposentadoria das mulheres policiais civis em 50 anos. Para ele, "não se trata apenas de uma questão de justiça, mas também de reconhecimento do imenso sacrifício e dedicação que essas profissionais desempenham em defesa da sociedade".

O parlamentar lembrou que ainda no ano passado apresentou indicação ao governador para que adotasse providências para a redução da idade mínima para as policiais civis, e, agora que o Superior Tribunal Federal (STF) está deliberando sobre o tema, "entendo que seja o momento de darmos um passo à frente e marcarmos atuação de vanguarda entre os estados brasileiros".

O tema está sendo votado em plenário virtual pelo STF, com saldo de três votos favoráveis à redução da idade mínima para aposentadoria de mulheres policiais federais e civis.

A Corte decide sobre ação da Associação Nacional dos Delegados de Polícia, que pede diferenciação constitucional de gênero entre homens e mulheres para concessão de aposentadoria especial, que é prevista na Constituição Federal.

O ministro Flávio Dino, relator da matéria, votou favoravelmente à ação da Associação dos Delegados, indicando redução de três anos. Se assim aprovar a maior dos ministros, a idade mínima para aposentadoria das policiais cairá de 55 anos (que é a mesma dos homens policiais), para 52 anos. Já votaram favoravelmente os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, restando ainda o voto de mais 8 ministros. O prazo para deliberação da matéria acaba nesta quinta-feira (17).

- Não deixa de ser um avanço, embora acanhado. Por isso considero que, para fazer justiça, a aposentadoria aos 50 anos de idade é mais justa. E digo mais: não há qualquer impedimento constitucional para que seja estabelecida a idade mínima de 50 anos de aposentadoria para nossas policiais – disse Dr. Wanderley.

Ele disse que iria entregar em mãos do líder do governo na Casa, deputado Silvio Camelo (PV), para que leve ao governador Paulo Dantas cópia de sua indicação do ano passado e se dispôs a conversar com ele, caso deseje, sobre o assunto.

- As mulheres policiais – disse ele - enfrentam desafios únicos em sua rotina. além de lidar com os riscos inerentes à profissão, como confrontos, tensões físicas e psicológicas, muitas delas conciliam suas carreiras com responsabilidades familiares, sendo mães, cuidadoras e chefes de família. Essa dupla jornada exige um esforço extraordinário, e é justo que essas mulheres tenham a oportunidade de se aposentar mais cedo, permitindo que desfrutem de uma qualidade de vida digna após anos de serviço intenso.

ASSESSORIA



"É o reconhecimento do imenso sacrifício e dedicação que essas profissionais desempenham em defesa da sociedade", afirmou Dr. Wanderley

Uncisal mostra avanço na qualidade do ensino superior de Alagoas

RICARDO RODRIGUES
COLABORADOR

A Universidade de Ciências da Saúde do Estado de Alagoas (Uncisal) registrou seu melhor desempenho em qualidade de ensino superior, avaliado pelo Ministério da Educação (MEC). O ranking com o desempenho das universidades brasileiras foi pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Para médico Henrique Costa, o reitor da Uncisal, o desempenho da Universidade, chancelado esta semana pelo MEC, comprava a melhoria da qualidade do ensino superior oferecido aos alunos da instituição, nos últimos anos, com a evolução temporal do Índice Geral de Cursos (IGC).

"Saímos do conceito 02 (considerado insatisfatório pelo MEC) para 04. Com isso, a Uncisal foi a única universidade pública de Alagoas com IGC 4 e conceito institucional 5", comentou o reitor. "Uma conquista e trabalho de toda comunidade. Com muita alegria, anunciamos mais esse grande avanço", comemorou Costa.

O MEC apresentou os resultados do Conceito Enade, do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), do Conceito Preliminar de Curso (CPC) e do Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) de 2023.

No caso do Enade, 9.812 cursos foram avaliados em todo o Brasil, nas áreas de agronomia; arquitetura e urbanismo; engenharia ambiental; engenharia civil; engenharia de alimentos; engenharia de computação; engenharia de controle e automação; engenharia de produção; engenharia elétrica; engenharia florestal; engenharia mecânica e engenharia química.

Foram avaliados também os cursos de biomedicina; enfermagem; farmácia; fisioterapia; fonoaudiologia; medicina; medicina veterinária; nutrição; odontologia; zootecnia; além dos seguintes cursos superiores de tecnologia: agronegócio; estética e cosmética; gestão ambiental; gestão hospitalar; radiologia e segurança no trabalho.

Segundo a assessoria do MEC, esses indicadores são instrumentos usados para avaliar a qualidade dos cursos e das instituições de ensino superior no Brasil. Expressos em escala contínua e em cinco níveis, têm relação direta com o Ciclo Avaliativo do Enade, que determina as áreas de avaliação e os cursos a elas vinculados.

De acordo com a assessoria da Uncisal, com o desempenho comprovado pelo MEC, a universidade se consolida, cada vez mais, como uma das principais instituições de ensino superior do Nordeste e do Brasil, conquistando posições de destaque em diversos rankings acadêmicos.

Reconhecida como um dos principais centros de estudos da saúde do Nordeste, a Uncisal reafirma seu compromisso com a qualidade acadêmica e o atendimento ambulatorial, características que consolidam sua posição de referência no ensino da Medicina e na prestação de serviços oferecidos por sua rede de hospitais-escola.

ASSESSORIA



Instituição foi a única universidade pública de Alagoas com conceito 4 no Índice Geral de Cursos

RECONHECIMENTO

O reitor Henrique Costa destacou que os avanços obtidos pela Uncisal ao longo dos últimos anos são resultado de um trabalho árduo desenvolvido por toda a comunidade acadêmica. "Como toda universidade pública, temos grandes desafios, mas a comunidade acadêmica da Uncisal se organizou e se debruçou sobre as fragilidades que existiam. Nós conseguimos desenvolver um trabalho focado que começa a mostrar resultados e receber o reconhecimento".

Além da graduação, a Uncisal tem registrado avanços significativos na área de Pós-Graduação. A universidade saltou de um programa próprio de pós-graduação em nível de mestrado, em 2018, para quatro programas de mestrado e dois programas de doutorado em 2024. Segundo o reitor, a área é considerada um dos tripés da instituição, ao lado do ensino, da extensão e da assistência.

AGÊNCIA BRASIL



Reajuste salarial segue previsão de 4,76% do INPC mais 2,5%

Governo propõe mínimo de R$ 1.630 em 2026

O salário mínimo em 2026 deverá ser de R$ 1.630, com aumento nominal de 7,37%. O reajuste consta do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, enviado nesta terça-feira (15) ao Congresso Nacional.

Atualmente, o salário mínimo está em R$ 1.518. O reajuste segue a projeção de 4,76% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o teto de crescimento de gastos de 2,5% acima da inflação, determinado pelo arcabouço fiscal. A estimativa para o INPC também consta do PLDO.

O projeto também apresentou previsões de R$ 1.724 para o salário mínimo em 2027, de R$ 1.823 para 2028 e de R$ 1.925 para 2029. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos.

Em 2023, o salário mínimo voltou a ser corrigido pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do PIB, soma das riquezas produzidas pelo país, de dois anos antes. Essa fórmula vigorou de 2006 a 2019. Por essa regra, o salário mínimo aumentaria 3,4% acima do INPC.

O pacote de corte de gastos no ano passado, no entanto, limitou o crescimento. Isso porque o salário mínimo entrou nos limites do arcabouço fiscal, que prevê crescimento real (acima da inflação) dos gastos entre 0,6% e 2,5%. Dessa forma, foi criada uma trava que reduziu o crescimento real de 3,4% para 2,5%.

Segundo o Ministério do Planejamento e Orçamento, cada aumento de R$ 1 no salário mínimo tem impacto de aproximadamente R$ 400 milhões no Orçamento. Isso porque os benefícios da Previdência Social, o abono salarial, o seguro-desemprego, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e diversos gastos são atrelados à variação do mínimo.

Na Previdência Social, a conta considera uma alta de R$ 115,3 bilhões nas despesas e ganhos de R$ 71,2 bilhões na arrecadação.

TRIBUNA INDEPENDENTE

Endereço Comercial: Empresarial Humberto Lôbo
Av. Menino Marcelo - 9.350- Serraria
Maceió - Alagoas - CEP: 57.083.410
CNPJ: 08.951.056/0001 - 33

UM PRODUTO:
JORGRAF
Cooperativa dos Jornalistas
e Gráficos do estado de alagoas



PRESIDENTE
José Paulo Gabriel dos Santos
DIRETOR ADMINISTRATIVO
FINANCEIRO
Flávio Peixoto
EDITOR GERAL
Ricardo Castro
DIRETORA COMERCIAL
Marilene Canuto

TELEFONE:
82.3316.5855

OS ARTIGOS ASSINADOS SÃO DE RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES.
NÃO REPRESENTANDO, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DESTE JORNAL.

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS

COVID longa desafia o INSS

Com a persistência dos casos de COVID longa — condição que afeta pacientes com sintomas por semanas ou até meses após a infecção — cresce também a busca por direitos previdenciários, como o auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez. No Brasil, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) tem enfrentado uma nova demanda de segurados que, mesmo anos depois do pico da pandemia, seguem com quadros graves de fadiga, dificuldade respiratória, perda de memória e depressão.

Segundo a advogada Carla Benedetti, mestre em Direito e doutoranda pela PUC-SP, a COVID longa pode, sim, justificar a concessão da aposentadoria por invalidez, desde que devidamente comprovada a incapacidade permanente para o trabalho. Para ela, não é o nome da doença que gera o direito ao benefício, mas a incapacidade para o exercício da atividade profissional.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, cerca de 10% a 20% das pessoas infectadas pelo coronavírus desenvolvem sintomas prolongados. Para trabalhadores que não conseguem mais desempenhar suas funções, o caminho pode ser a aposentadoria por invalidez, desde que haja a constatação médica e pericial dessa incapacidade. O laudo médico é a peça-chave nesse tipo de processo. Quanto mais detalhado e técnico, maior a chance de êxito. muitos pedidos têm sido indeferidos por falta de documentação adequada ou por laudos genéricos. "Muitos segurados acreditam que apenas relatar os sintomas será suficiente, mas é necessário apresentar exames, relatórios médicos e histórico profissional que demonstrem a impossibilidade de reabilitação.

Outro ponto que gera dúvidas entre os segurados é a diferença entre o auxílio-doença (hoje chamado de benefício por incapacidade temporária) e a aposentadoria por invalidez (benefício por incapacidade permanente). Se a pessoa ainda tem chance de se recuperar ou ser reabilitada para outra função, o correto é solicitar o benefício temporário. Já quando a incapacidade é permanente e sem possibilidade de adaptação, cabe a aposentadoria.

Billo



Donald Trump, o Caim da Terra



LEONARDO BOFF
Teólogo, filósofo e escritor

As Escrituras falam do primeiro assassinato, o de Caim, que por inveja matou a seu irmão Abel. O Senhor perguntou a Caim: "onde está o teu irmão Abel", ao que lhe respondeu; "não sei, por acaso sou guarda de meu irmão"? Deus disse: "ouço da terra a voz do sangue de teu irmão. Agora serás amaldiçoado pela própria terra, que engoliu o sangue do teu irmão derramado por ti" (Gênesis, 4, 9-12).

Há toda uma genealogia de Caims ao largo da história que assassinaram, degolaram e exterminaram inteiras nações. Hoje a humanidade está assistindo à ação de um descendente de Caim, Donald Trump. Poucos definiram melhor o propósito do nosso Caim do que o jornalista nacional/internacional brasileiro Jamil Chade cujas palavras repercutiram numa live na Alemanha. Afirma Jamil Chade: "Donald Trump já deixou claro: não irá fazer diplomacia. atuará com a força, tanto bélica quanto econômica e comercial. sua construção de uma nova ordem não passa pela paz. Mas pela capitulação do adversário".

Efetivamente, Donald Trump deu uma reviravolta na ordem existente mundial "regida por regras" (que interessavam os poderosos), mas que de alguma forma mantinha certo equilíbrio/desequilíbrio no planeta, dominado pelo capital especulativo em mãos de um pequeno grupo de miliardários.

Na disputa entre unipolaridade e multipolaridade (Rússia e China) entrou de cheio em defesa da unipolaridade dos Estados Unidos: querem ser os únicos a dominar o mundo. Para manter o monopólio do poder rompeu com aliados, especialmente europeus, saiu de quase todos os organismos da ONU, talvez o mais danoso, do tratado de Paris de 2015 que previa um esforço coletivo na redução de gazes de efeito estufa para estabilizar a Terra a 1,5ºC acima da era industrial, até 2030. Já ultrapassamos este número e estamos perto de 2ºC ou mais.

Mas o que mostrou seu caráter de Caim da Terra foi ser o único país a votar contra o projeto da ONU contra a fome no mundo. Cortou as ajudas humanitárias, especialmente contra a fome, como a Usaids. Na África muitas crianças morreram de fome. A supressão do voucher de comida em Bangladesh causou uma devastação entre a população pobre. Continuou apoiando o genocídio em Gaza, coisa que fizera também o genocida ex-presidente católico Joe Biden. Mais de quinze mil inocentes foram vitimados pelas bombas israelenses. É um crime contra a humanidade que clama aos céus. Donald Trump continua apoiando o genocídio.

Além de impor pesadas tarifas às importações a todos os países, amigos ou "inimigos", a partir de hoje (3 de abril) internamente nos EUA fechou o Departamento de Educação, onde se forma o espírito criativo e crítico, cortou verbas para a saúde, para a pesquisa científica e para os subsídios às Universidades.

O que está fazendo com os imigrantes indocumentados, deportados, acorrentados, aos milhares, com violência a seus países de origem, ou o que é pior à prisão de Guantánamo, famosa por seus maus tratos e torturas, ou às prisões de El Salvador sob o presidente tirano Nayb Bukele, notório violador dos direitos humanos, com torturas e assassinatos nas prisões.

A paz é imposta pela força o que significação violenta pacificação. A diplomacia e o eventual diálogo são apenas um estratagema por impor a sua vontade. Como disse, conforme o país, faz o diálogo com o revolver sobre a mesa. Com os fracos fala alto e aos gritos, com os fortes baixo e manso. As únicas potências que respeita, por limitarem de seus propósitos hegemônicos, são a China e a Rússia.

"Fazer a América grande novamente" (MAGA) ou "a América em primeiro lugar" (entendido "só a América") jamais será alcançada pelos métodos perversos, violentos e humilhantes que está usando, métodos assumidos por toda a sua administração. Quando a história mostrou que métodos violentos criam uma paz duradoura? Só métodos pacíficos geram paz. A paz é fim e ao mesmo tempo meio.

Não é improvável que para derrotar a China que já ultrapassou em muitos aspectos os EUA utilize armas nucleares. A fome de poder é insaciável e, no fundo, quando a potência se sente prestes a ser superada, mova uma guerra suicida, o que significaria um desastre incalculável para a biosfera e para a sobrevivência da espécie humana. Aí se consumiria o caráter de Caim de Donald Trump, um anjo mau da morte e dos que o aconselham. Assim se cumpririam as palavras da Escritura: "Ouço da terra a voz do sangue de teus irmãos. Agora serás amaldiçoado pela própria terra, que engoliu o sangue dos teus irmãos derramados por ti, Caim (Genesis, 4, 9-12).

Que o Senhor dos tempos e da história nos livre de semelhante desgraça, cometida por um Caim moderno, inimigo da vida.

A ambiguidade Vargas Llosa



PAOLA JOCHIMSEN
Doutoranda em Filosofia

Mário Vargas Llosa morreu. Com ele, se vai um dos maiores nomes da literatura latino-americana, e talvez um dos mais contraditórios. Como é possível se indignar com as atrocidades narradas em A Festa do Bode (La fiesta del chivo), sentir a dor dos camponeses de Canudos em A Guerra do Fim do Mundo (La guerra del fin del mundo), ou se perder nas ruas de Miraflores com A Tia Júlia e o Escrevinhador (La tía Julia y el escribidor) — depois de ter atravessado os corredores opressivos de Batismo de Sangue (La ciudad y los perros), esse verdadeiro Ateneu peruano que expõe a formação brutal de jovens dentro de um colégio militar —, e, ainda assim, não ignorar que o autor dessas obras passou seus últimos anos como defensor ferrenho da extrema direita mundial?

Vargas Llosa é — e continua sendo — um dos meus autores favoritos. E talvez por isso o incômodo agora seja tão grande. Não é fácil aceitar que o mesmo escritor que me ensinou a desconfiar do poder, a rir da hipocrisia das instituições e a mergulhar nas contradições humanas tenha passado a apoiar discursos que parecem negar tudo isso. Vargas Llosa é uma figura que desafia nossas categorias fáceis de admiração ou repulsa. Sua obra é, sem dúvida, um dos grandes pilares da literatura latino-americana contemporânea. Com um talento narrativo raro, ele recriou momentos históricos de forma vívida, universal e profundamente humana. Conseguiu nos transportar para a República Dominicana do terror do ditador Rafael Trujillo com a mesma maestria com que resgatou a saga sertaneja de Canudos, recriando o sertão nordestino com a precisão de quem estudou Euclides da Cunha — e foi além dele.

O autor que já foi simpatizante do comunismo na juventude se tornou, para muitos, uma caricatura da desilusão ideológica. A censura a escritores em regimes autoritários — como no caso do cubano José Lezama Lima, silenciado após a publicação de Paradiso, romance de formação marcado por um amor homossexual e uma estética barroca incompatível com os padrões revolucionários — começou a corroer seu entusiasmo com a esquerda. Candidato à presidência do Peru em 1990, derrotado por Fujimori, Llosa percorreu um caminho que o levou a apoiar figuras que representam o oposto dos valores democráticos que sua literatura tantas vezes exaltou. Dizem os filósofos populares — com alguma razão — que "não há nada pior que um ex-comunista". Essa máxima parece se aplicar com ironia à trajetória de Vargas Llosa.

E, no entanto, como negar a força literária de Pantaleão e as Visitadoras (Pantaleón y las visitadoras), sátira afiada sobre a moral militar e a hipocrisia institucional em meio à selva amazônica — leitura que talvez causasse urticária em patriotas brasileiros tão entusiasmados com fardas quanto alheios à literatura que as ridiculariza? Ou de Travessuras da Menina Má (Travesuras de la niña mala), romance que percorre décadas e cidades pelo olhar de um amor obsessivo que espelha as transformações políticas e afetivas do século XX? Como resistir ao lirismo que atravessa O Caderno de um Curador (El héroe discreto), com sua narrativa sobre ética, vingança e lealdade em uma sociedade em transição, ou à intensidade labiríntica de Conversas na Catedral (Conversación en La Catedral), onde um jornalista tenta, entre memórias e perguntas, entender em que momento o Peru se perdeu? Ler Llosa em espanhol é uma experiência quase mística. Sua voz, seu ritmo, sua construção de cena são de uma habilidade técnica que poucos escritores da língua alcançaram. Você se sente transportado aos lugares descritos — sente o cheiro do café nas ruas de Lima, o calor seco de Canudos, o medo sufocante na República Dominicana de Trujillo. A linguagem não é apenas um meio, mas um corpo vivo que nos arrasta para dentro da história.

Mas talvez essa dor, essa contradição que sentimos diante de sua morte, seja privilégio de quem leu sua obra. E aqui me pergunto — será que muitos ainda leem Vargas Llosa? Será que o mundo vai lembrar dele como escritor genial ou como figura política controversa? E me pergunto mais: será que os que hoje exaltam Vargas Llosa como ícone do conservadorismo realmente leram sua obra? Será que enxergam, em A Festa do Bode, uma crítica implacável ao autoritarismo que hoje tantos romantizam? Ou em A Guerra do Fim do Mundo, a denúncia dos massacres cometidos em nome da ordem e do progresso? A ambiguidade se torna mais cruel quando percebemos que muitos que o defendem politicamente talvez ignorem o que ele escreveu — enquanto os que o leem com profundidade são os mesmos que hoje se decepcionam com o homem. Talvez a contradição não esteja apenas em Llosa, mas no modo como o usamos — ou esquecemos — de acordo com nossas conveniências.

Aqui reside a ambiguidade insuportável — e fascinante. O homem Vargas Llosa, que nos provoca incômodo ético, não apaga o escritor genial que ele foi. Sua obra permanece viva, vibrante e porque não dizer, necessária. Talvez por isso o desconforto seja tão grande: como aceitar que a mesma mão que nos ofereceu páginas de beleza e denúncia tenha sido, ao mesmo tempo, cúmplice de discursos reacionários? Talvez a resposta esteja na própria literatura. O bom livro não pede submissão; exige pensamento. A boa arte não nos conforta, ela nos desafia. "Passo pano" para a literatura, não para o político. Porque, no fim, talvez essa seja a maior ironia de Llosa: sua obra nos ensinou a desconfiar do poder, inclusive do poder sedutor das palavras de quem escreve.

A matriarca Jeva



LAURENTINO VEIGA

Nosso trisavô lusitano abastado Lourenço Ferreira de Melo Sucupira da Veiga, aportou no Valle do Parayba nos idos de 1838. Adquiriu muitas tarefas de terras, edificou a famosa Capelinha de São Lourenço, acoplada à casa-grande, com Sobradão suspenso para facilitar o acesso ao sacrossanto lugar venerado até hoje.

A Professora Maria de Jesus Rocha Barros, casou-se com o primo Rui Barros, dessa perfeita união nasceram: a advogada Luciana Régia, esposa do Promotor de Justiça Dr. Saulo Ventura, o pecuarista Robério e o advogado Luciano. Meus queridíssimos sobrinhos. Uma Família tementе a Deus, que contribui pelo engrandecimento da próspera Arapiraca.

Pois bem, no dia 5 de abril do fluente ano, comemorou-se In Family o aniversário da matriarca do clã dos Veiga de Paulo Jacinto. Festa merecida a mana querida. Todos prestaram felicitações a Jeva. Hoje, com seus 86 anos de profícua existência, vibrou com as manifestações recebidas à altura de sua generosa pessoa.

Suas queridas sobrinhas a Professora da FDG - Faculdade Delmiro Gouveia, Uninanason, a advogada Vanissa e sobrinhos Hugo Daniel e Kennedy Veiga enviaram felicitações a efeméride do ano. Diga-se, de passagem, cumpriram o dever familiar em prol da união da Família como um todo. Principalmente, À Matriarca Jeva que merece toda a atenção, o carinho e o respeito.

Retrocedo a década de cinquenta, quando fora nomeada professora estadual pelo saudoso governador Muniz Falcão. Ética, atenciosa aos alunos, lecionou muitos anos. Depois, migrou à Terra de Manoel André. Educou sua prole, orientou a todos no caminho da sabedoria e das justiças sociais. Nesse sentido, seus belos conselhos foram cumpridos à risca. E, portanto, o resultado foi satisfatório no âmbito familiar.

É minha querida Jeva, na minha desenfreada adolescência na terra-mãe, contei com sua ajuda, orientação, e, principalmente, no tocante aos estudos.

Migrei à Terra de Ledo Ivo, a convite de meu saudoso irmão economista-advogado Cícero Veiga. Segui seu exemplo cursando Ciências Econômicas. Sempre católica, amante do Terço de Nossa Senhora. E, por conseguinte, curte a espiritualidade. Professa a alegria entre os irmãos, caminha sempre de cabeça erguida na certeza de dever cumprido.

Sincera, educada pelos nossos pais Cícero Rocha - Maria Veiga. Enfim, uma heroína a serviço da Educação no hinterland alagoano. Sou grato por tudo que recebi de sua amada pessoa Jeva. Rogo a Nossa Sra. das Graças, Padroeira de Paulo Jacinto, que lhe dê longevidade, saúde e paz. São os votos de seu irmão que lhe tem muito Respeito. Viva a Matriarca Jeva!!

Filhos são criticados por estarem longe de Bolsonaro

Enquanto pai convalesce no hospital, Flávio está em Cancún e Eduardo nos EUA,

A ausência de Flávio Bolsonaro durante a cirurgia do pai, Jair Bolsonaro, no último domingo (13), provocou críticas entre aliados do Partido Liberal. O senador, que estaria em Cancún, não retornou ao Brasil para acompanhar o procedimento realizado no Hospital DF Star, em Brasília.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro, que passou a morar nos Estados Unidos, também enfrenta críticas, embora em menor escala, pois os bolsonaristas o consideram como exilado.

Fontes próximas ao PL, segundo a colunista Bela Megale, classificaram a atitude como decepcionante. O silêncio da assessoria do parlamentar aumentou a insatisfação entre apoiadores e líderes religiosos próximos à família.

A decisão de Flávio Bolsonaro de manter sua estadia no exterior ocorreu enquanto o pai apresentava um novo episódio de desconforto abdominal. Após avaliação médica, Jair Bolsonaro passou por uma cirurgia para tratar complicações intestinais.

A equipe médica informou que o ex-presidente segue com quadro clínico estável e sem intercorrências. Ele permanece internado na UTI do hospital em Brasília.

Aliados do clã Bolsonaro no Rio de Janeiro expressaram descontentamento com a ausência do senador. Eles esperavam que ele interrompesse a viagem para acompanhar o estado de saúde do ex-presidente.

Segundo as informações, Flávio Bolsonaro optou por continuar no México durante todo o processo cirúrgico, o que gerou desconforto entre membros do PL.

Lideranças religiosas próximas à família também reagiram negativamente. O pastor Silas Malafaia, figura de influência entre bolsonaristas, teria feito críticas reservadas ao comportamento do senador.

Internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital DF Star, em Brasília, desde o último domingo (13), quando foi submetido a uma cirurgia para liberar aderências intestinais e reconstruir a parede abdominal, o ex-presidente Jair Bolsonaro caminhou, com a ajuda de um andador, pelos corredores da unidade de saúde ontem. Mais uma vez, o ex-mandatário vem fazendo questão de mostrar todos os detalhes, em um claro movimento de vitimização.

REDE SOCIAL



Apesar da gravidade da cirurgia, filhos ainda não visitaram o pai

REPRODUÇÃO



Jornal O Globo @JornalOGlobo · 6 min
Intestino de Bolsonaro se adianta e já está preso



Postagem reproduzida do site Sensacionalista e reproduzida pelo perfil do jornal O Globo gerou ira entre os leitores bolsonaristas

Globo erra ao postar piada com internação

O jornal O Globo publicou na segunda-feira (14), de maneira errada, uma piada do site de humor O Sensacionalista sobre a cirurgia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) como se fosse uma notícia séria.

A manchete do humorista dizia: "Intestino de Bolsonaro se adianta e já está preso."

Na manhã de ontem, ao perceber o erro, o jornal publicou a errata:

"CORREÇÃO: Por um erro de edição, O GLOBO não identificou como sendo da coluna de humor Sensacionalista um post sobre o ex-presidente Jair Bolsonaro. Pedimos desculpas aos leitores."

PIADAS E RECLAMAÇÕES

O jornalão da família Marinho, no entanto, não escapou das gozações da esquerda e tampouco da ira dos bolsonaristas. Muito deles juram acreditar que o jornal, que tem sido alvo da extrema-direita, teria cometido o engano de propósito.

Com a postagem a hastag #globolixo voltou a ficar nos trends da rede social X puxada por bolsonaristas incomodados com a provocação.

"Empresa podre, fética, porca! Falta adjetivos, aliás, sobram!", postou o bolsonarista Marcello Bueno.

MAGISTRADOS

Aposentadoria compulsória entra na mira do Senado

O Senado pode acabar com a punição de aposentadoria compulsória com vencimentos proporcionais para juízes, promotores e militares. Uma proposta de emenda à Constituição que extingue essa modalidade de punição (PEC 3/2024) está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Outra proposta, aprovada em 2013, aguarda análise da Câmara dos Deputados — ela prevê o fim desse tipo de penalidade para juízes e promotores (PEC 53/2011).

A aposentadoria compulsória, hoje aplicada como pena máxima em processos administrativos contra magistrados, membros do Ministério Público e militares, permite que esses servidores mantenham seus salários mesmo após serem afastados por infrações. Para Flávio Dino, essa prática representa "uma quebra na igualdade" no tratamento entre servidores públicos. "Se um juiz pratica um ato de corrupção ou mata uma pessoa, ele é processado administrativamente e a sanção máxima hoje é a aposentadoria compulsória", destacou Dino em pronunciamento no Senado, conforme noticiado pelo portal do Senado Federal.

A PEC propõe alterar os artigos 42, 93, 128 e 142 da Constituição Federal para proibir que a aposentadoria seja usada como punição. Com isso, infrações graves passariam a resultar em demissão, alinhando essas categorias às normas que já valem para outros funcionários públicos. A proposta também visa acabar com a chamada "pensão por morte presumida" no caso de militares, prática que Dino criticou ao afirmar que gera situações como a "viúva de marido vivo", em que pensionistas recebem benefícios mesmo com o servidor vivo, mas expulso por atos ilícitos.

TRAMITAÇÃO E APOIO NO SENADO

Apresentada em 2024, a PEC 3/2024 já conta com o apoio de senadores como Mara Gabrilli, que assinou a proposta, conforme registrado no sistema de tramitação do Senado. Para ser protocolada, a emenda precisava de ao menos 27 assinaturas, equivalente a um terço dos senadores, meta alcançada por Dino antes de sua saída do Senado para assumir o cargo no STF. Atualmente, a proposta está sob relatoria da senadora Eliziane Gama, para emitir relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

ANTONIO AUGUSTO / STF



Ministro André Mendonça, indicado por Jair Bolsonaro para o STF, quer que Alexandre de Moraes esteja fora do julgamento do ex-presidente

TENTATIVA DE GOLPE

André Mendonça é contra Moraes como julgador

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), André Mendonça, votou na segunda-feira (15) pelo impedimento de Alexandre de Moraes no julgamento que envolve o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e outros 33 réus acusados de tentativa de golpe de Estado.

Já foi formada maioria na Corte para manter Alexandre de Moraes no processo, e Mendonça é, até o momento, o único ministro a defender o afastamento. A votação ocorre no plenário virtual e vai até as 23h59 desta terça-feira (16).

"Embora o sujeito passivo dos crimes de organização criminosa e contra o Estado Democrático de Direito seja a sociedade, os atos executórios atingiriam diretamente o ministro relator", afirmou Mendonça, em seu voto, no recurso apresentado pela defesa de Filipe Martins, ex-assessor de Bolsonaro.

Martins é um dos oito réus acusados de participar da trama e responde pelos crimes de organização criminosa e tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Os advogados de Martins pediram que Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin e o procurador-geral Paulo Gonet fossem impedidos de atuar no julgamento. Contudo, Mendonça concordou apenas com o afastamento de Moraes, rejeitando os demais pedidos de afastamento.

VOTO REPETIDO

O julgamento ocorre no plenário virtual do STF. Anteriormente, o presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, já havia negado os pedidos, mas a defesa recorreu. Na ocasião, Mendonça, indicado por Bolsonaro, também se manifestou favoravelmente ao afastamento de Moraes. Moraes, Dino e Zanin se declararam impedidos de votar sobre seus próprios afastamentos, mas acompanharam Barroso para manter os demais nomes no processo.

Artigos de luxo são fabricados na China

Produtos que são ostentados pela elite brasileira em viagens aos EUA e Europa não passam de mercadorias baratas orientais

Se você sonhou com uma bolsa da Gucci ou um tênis da Nike, pode esquecer: com as tarifas recíprocas de 145% entre EUA e China, nunca fez tanto sentido chamar esses produtos de artigos de luxo. Bolsas de luxo como Birkin e Gucci? Sim, feitas na China e vendidas a preços populares para marcas americanas e europeias. Dior, Versace, Sandro, Maje: seus fornecedores também estão na China – assim como os cosméticos Lancôme e L'Oréal. Os dados foram revelados por perfis e sites chineses em resposta ao aumento tarifário dos produtos chineses pelo governo de Donald Trump. A secretária de imprensa da Casa Branca, Karoline Leavitt, foi alvo de piadas pelo enviado da China por usar um deslumbrante vestido de renda vermelha e preta fabricado no país asiático.

A revelação chinesa pegou muitos políticos e vários segmentos que compõem a privilegiada elite brasileira de surpresa. É muito comum que deputados, senadores, desembargadores e empresários, ao viajarem à Europa e aos Estados Unidos, ostentem compras dedicadas a um segmento seletivo e bem diferenciado do resto da população do país.

Em 2019, por exemplo, a deputada federal Rosângela Moro (União-SP) apareceu em três ocasiões com bolsas caras. Na festa do marido em Nova York, promovida pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, ela segurava uma da grife Bottega Veneta, que custa R$ 15 mil. A mulher do ex-juiz foi fotografada com uma bolsa da Gucci em um encontro com socialites realizado em um shopping de São Paulo. O modelo, GG Marmont de couro matelassê, custa, em média, R$ 6 mil. Na visita que fez a Bolsonaro em um hospital de São Paulo, juntamente com o marido, Rosângela levou uma Louis Vuitton Cabas Alto Monograma, vendida por R$ 3 mil.

Em 2023, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro afirmou que "não devia nada a ninguém". A declaração ocorreu após ter sido criticada na web por ter sido filmada em uma loja da Prada, uma das maiores marcas de luxo do mundo, em Orlando, na Flórida. Os internautas criticaram Michelle por ela ter pedido anteriormente ajuda para adotar cães, justificando que mora em casa alugada.

LUCA BRUNO / AP



Bolsas de luxo como as das marcas Birkin e Gucci, ostentadas pela elite brasileira, são feitas na China

INVESTIGADO

Justiça da Espanha nega extradição de blogueiro

ANDRÉ RICHTER
AGÊNCIA BRASIL

A Justiça da Espanha negou o pedido do governo brasileiro para extraditar o blogueiro bolsonarista Oswaldo Eustáquio, investigado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela acusação de envolvimento em atos antidemocráticos.

O blogueiro está com mandado de prisão em aberto no Brasil e fugiu para o país europeu em meio às investigações que apuraram a suspeita de que ele atuou para impulsionar ataques extremistas contra o STF e o Congresso por meio das redes sociais.

De acordo com a decisão da Justiça espanhola, proferida na segunda-feira (14), Oswaldo Eustáquio não pode ser enviado para o Brasil porque é alvo de uma investigação com "motivação política".

SUSPENSÃO

Após tomar conhecimento da decisão espanhola, o ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no STF, decidiu ontem suspender um processo de extradição solicitado ao Brasil pela Espanha. O caso envolve Vasil Georgiev Vasilev, um homem búlgaro que foi preso no mês passado.

Com a suspensão, o acusado será solto e deverá cumprir prisão domiciliar, mediante monitoramento por tornozeleira eletrônica.

No entendimento do ministro, o tratado de extradição entre Brasil e Espanha envolve o requisito da reciprocidade, ou seja, o cumprimento do acordo pelos dois países.

INJÚRIA RACIAL

Câmara aprova maior pena em crime contra mulher

A Câmara dos Deputados aprovou ontem um projeto de lei que amplia a pena para o crime de injúria racial quando cometido contra mulheres ou pessoas idosas.

A proposta, de autoria da deputada Silvye Alves (União-GO), altera a Lei Antirracismo para incluir um agravante específico nesses casos.

Pelo texto aprovado, a pena atualmente prevista para injúria racial — reclusão de dois a cinco anos, além de multa — poderá ser aumentada de um terço até dois terços se a vítima for mulher ou idosa. A medida foi votada em regime de urgência no Plenário e segue agora para análise do Senado Federal.

O crime de injúria racial é caracterizado por ofensas direcionadas a uma pessoa individualmente, com base em elementos como raça, cor, etnia ou origem nacional.

Diferentemente do crime de racismo, que se refere a condutas discriminatórias contra um grupo ou coletividade, a injúria racial envolve ataques específicos à honra ou dignidade de um indivíduo.

A justificativa apresentada pela autora do projeto destaca a maior vulnerabilidade de mulheres e idosos em situações de discriminação racial.

De acordo com Silvye Alves, o agravamento da pena busca oferecer maior proteção a esses grupos, frequentemente alvos de ataques motivados por preconceito.

O projeto também dialoga com decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, que passou a equiparar a injúria racial ao crime de racismo.

KAYO MAGALHÃES / CÂMARA DOS DEPUTADOS



Pelo texto aprovado, a pena atualmente prevista para injúria racial é de reclusão de dois a cinco anos

PROGRAMA
PELL MARQUES
SHOW
SÁBADO
19
ABRIL
19H
EXPRESSO & GLÓRIA
ao vivo:
/@pellmarques
Cris ateliê
TRIBUNA INDEPENDENTE

Sol da Rose
Brozeamento Natural & Nail Designer
Banho de Lua
Bronze Maria Fifi
Bronze Marrom Bombom
Bronze Beta
(82) 9 8719-4866
SOL.DAROSE

Mãe confessa que matou Ana Beatriz

Ela teria usado travesseiro para asfixiar filha; corpo da menina estava dentro de sacola em armário com produtos de limpeza

CLAUDIO BULGARELLI
SUCURSAL REGIÃO NORTE

Depois de cinco dias de mistério, desde sexta-feira (11), quando Eduarda Silva, de 22 anos, moradora de Novo Lino, afirmou que sua filha, Ana Beatriz, de apenas 15 dias de vida, havia sido sequestrada, Alagoas viveu um drama em torno do destino da bebê. Durante os dias seguintes, a mãe, que continuou apresentando novas versões aos delegados designados para investigar o caso, que virou notícia nacional, desabou na manhã de ontem. Após mencionar uma morte acidental provocada por engasgo durante a amamentação, a mulher revelou sua última versão, afirmando que asfixiou a bebê. Agora, as investigações terão continuidade e a perícia deverá apontar o que realmente aconteceu.

O drama vivido pelos moradores de Novo Lino, sobretudo os vizinhos da pequena e humilde casa, numa vila às margens da BR-101, na entrada do município, começou na sexta-feira, quando a mãe da recém-nascida Ana Beatriz, encontrada morta dentro de casa na tarde de ontem, afirmou que a bebê havia sido sequestrada. Para a polícia, que investigou essa primeira versão, a mãe teria mentido. Nos dias seguintes, Eduarda apresentou novas versões, todas descartadas pelos delegados. Inclusive diante do secretário de Segurança Pública, Flávio Saraiva, e do delegado-geral, Gustavo Xavier, que estiveram na casa da família na última segunda-feira, ela sustentou a última versão. Cães do Corpo de Bombeiros também foram utilizados, mas nada foi encontrado.

Na tarde de ontem, a tragédia chegou ao fim quando o corpo da criança foi encontrado. Mesmo diante das evidências, a mãe inicialmente afirmou que houve uma morte acidental e, posteriormente, que havia asfixiado a criança com um travesseiro.

A polícia informou que aguarda o resultado da necropsia para confirmar qual das versões é verdadeira. Por isso, Eduarda Silva de Oliveira, de 22 anos, foi presa em flagrante apenas por ocultação de cadáver.

Segundo o delegado Igor Diego, a primeira versão apresentada pela mãe foi de morte acidental. Ela afirmou que a menina teria se engasgado enquanto era amamentada de madrugada e sufocado. A mãe disse que tentou reanimá-la, mas não conseguiu. Porém, ao ser confrontada pelos delegados, ela apresentou uma segunda versão, afirmando que havia asfixiado a criança.

De acordo com os investigadores, Eduarda relatou que estava há duas noites sem dormir porque a bebê chorava muito e também devido ao barulho de um bar em frente à casa da família, às margens da BR-101. Diante da situação, ela teria sufocado a menina com um travesseiro.

O delegado Igor Diego afirmou que o crime pode ser um indício de que ela cometeu infanticídio, influenciada pelo puerpério, período após o parto em que a mulher sofre alterações.

ALLAN RODRIGUES



Corpo de Ana Beatriz foi retirado da casa e será submetido a exames médicos no IML de Maceió

ALLAN RODRIGUES



Em clima de revolta, moradores de Novo Lino cercaram casa onde o corpo de Ana Beatriz foi achado

Polícia vai investigar a possível participação de uma terceira pessoa

O delegado Igor Diego, titular da Diretoria de Repressão ao Narcotráfico e ao Crime Organizado (Dracco), admitiu ontem a possível participação de uma terceira pessoa no assassinato da menina Ana Beatriz, cujo corpo foi encontrado escondido em um armário dentro de sua casa, na cidade de Novo Lino.

A hipótese foi levantada depois que a polícia constatou que várias buscas foram realizadas na segunda-feira (14), inclusive com a utilização de cães farejadores, e nada foi encontrado nas proximidades da casa. Somente com a indicação de Eduarda, a mãe da menina, foi possível localizar o corpo. Isso levantou a suspeita de que o cadáver tenha sido retirado da residência e, depois, colocado no armário, dentro de uma sacola, junto com materiais de limpeza.

O delegado Igor informou que essa possibilidade está sendo considerada e será investigada.

A mãe da menina, após confessar o crime e ser presa em flagrante, está sob a guarda da polícia no Centro Integrado de Segurança Pública (Cisp) de Novo Lino.

Na cidade, o clima é de revolta entre os moradores, que já ameaçaram invadir a residência da suspeita para fazer justiça com as próprias mãos.

A defesa de Eduarda justificou que ela teria agido devido às alterações sofridas pela mulher após o parto.

As investigações sobre a morte de Ana Beatriz, de apenas 15 dias, continuarão com a participação do delegado Paulo Cerqueira, da Regional de Novo Lino.

Os exames a serem realizados no corpo da bebê deverão determinar se Eduarda está dizendo a verdade ao afirmar que usou um travesseiro para assassinar a própria filha.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Advogado João Neto tem prisão preventiva decretada

A Ordem dos Advogados do Brasil em Alagoas (OAB/AL) se pronunciou ontem sobre a prisão em flagrante do advogado João Neto na noite da última segunda-feira (14), em Maceió. Em nota oficial, a entidade informou que já tomou as providências cabíveis no âmbito do Tribunal de Ética da seccional alagoana e acionou a OAB da Bahia, estado de origem da inscrição do suspeito, para que sejam adotadas medidas cautelares necessárias diante do ocorrido.

Segundo a OAB/AL, eventuais condutas que configurem inidoneidade moral ou crimes infamantes serão devidamente apuradas, respeitando o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, conforme previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Advocacia.

A Ordem também reiterou seu compromisso com a legalidade, a ética e a justiça, destacando que não tolerará desvios de conduta, especialmente aqueles relacionados à violência contra mulheres e que violem os princípios fundamentais da advocacia.

A entidade reafirmou que acompanhará o caso de perto, garantindo que todas as medidas necessárias sejam tomadas dentro dos princípios da transparência e do respeito às normas da profissão.

O caso

A prisão em flagrante do advogado criminalista João Neto, suspeito de agredir a mulher, foi convertida em prisão preventiva ontem após audiência de custódia. Segundo a delegada Ana Luiza, da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), a mulher relatou que foi vítima de situações de violência envolvendo o homem em outras ocasiões.

O suspeito, que é bastante conhecido nas redes sociais por seus pronunciamentos polêmicos, foi preso enquanto conduzia uma moto próximo ao hospital onde a vítima recebia atendimento médico na segunda-feira à noite.

REDE SOCIAL



João Neto é influencer com mais de 2 milhões de seguidores

EM MACEIÓ

Família e polícia procuram adolescente desaparecida

A família da estudante Ana Beatriz, de 15 anos, vive dias de angústia e incerteza desde o seu desaparecimento, ocorrido na terça-feira (8), em Maceió. Aluna do curso técnico de Eletrotécnica no Instituto Federal de Alagoas (Ifal), a adolescente foi vista pela última vez por volta das 12h47, na Rua Buarque de Macedo, no bairro do Poço, onde embarcou em uma motocicleta por aplicativo com destino à região da Garça Torta.

O desaparecimento causou estranhamento imediato, já que a jovem costumava sair da escola por volta das 16h30, mas deixou a instituição cerca de quatro horas antes do horário habitual, sem avisar familiares ou colegas. Imagens de câmeras de segurança registraram o momento em que Ana Beatriz entrou na motocicleta, o que permitiu à polícia traçar parte do percurso investigado.

No sábado (12), um homem de 43 anos foi preso preventivamente, apontado como principal suspeito do desaparecimento da adolescente. Segundo familiares, ele era conhecido da família e frequentava a mesma igreja que a mãe da jovem, embora o grau de proximidade com Ana Beatriz fosse até então desconhecido.

A investigação conduzida pela Polícia Civil de Alagoas (PC/AL) também apura movimentações financeiras suspeitas. Um açougueiro relatou ter feito um Pix a pedido do suspeito, inicialmente negado por ele, mas posteriormente confirmado. A família questiona a coincidência entre o destino informado na corrida de aplicativo e a localização da chácara onde o homem reside, áreas que seriam próximas uma da outra.

Informações prestadas por moradores também indicam que o homem teria sido visto com Ana Beatriz cerca de 15 dias antes do desaparecimento. À polícia, ele teria negado o contato.

REPRODUÇÃO



Ana Beatriz teria um caso amoroso com suspeito preso

CIDADES EMFOCO

ROBERTO BAIA
robertobaia9981@gmail.com



Programa Terra Pronta



Nesta quarta-feira, 16, às 9h, o prefeito de Arapiraca, **Luciano Barbosa**, assinará um convênio com a União das Associações dos Moradores do Agreste Alagoano (UNAMAA) para dar início à etapa 2025 do Programa Terra Pronta. A iniciativa é voltada à agricultura familiar e oferece aração gratuita de até 10 tarefas de terra por agricultor, beneficiando mais de 1.500 produtores da zona rural e totalizando cerca de 5 mil tarefas aradas.

ESTUDO TÉCNICO

Além do novo ciclo do programa, a Prefeitura e a UNAMAA também firmarão um convênio para a realização de um estudo técnico sobre as comunidades rurais do município. O objetivo é mapear as necessidades locais e melhorar a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do campo.

CASO ROBERTA DIAS

Após 12 anos do assassinato de Roberta Dias, os réus Mary Jane Araújo Santos e Karlo Bruno Pereira Tavares irão a júri popular nos dias 23, 24 e 25 de abril, em Penedo, interior de Alagoas. O julgamento será conduzido pelo juiz Lucas Dória, da 4ª Vara da Comarca de Penedo, e chama atenção por envolver um caso de grande repercussão ocorrido em 2012.

SESSÃO ABERTA

A sessão será aberta ao público, com acesso permitido a familiares, representantes de instituições, estudantes, jornalistas e cidadãos em geral, mediante cadastro presencial a partir das 7h30 no dia da sessão. Para garantir a ordem e preservar a integridade do processo, está proibida qualquer forma de gravação ou transmissão, bem como o uso de celulares dentro do plenário.

JULGAMENTO

A imprensa poderá acompanhar o julgamento apenas em áreas externas ao plenário, respeitando os limites legais. A OAB terá espaço reservado para os advogados, que terão suas prerrogativas garantidas. O juiz fez um apelo por respeito e colaboração de todos para que o júri ocorra de forma pacífica e justa.

TRATAMENTO MÉDICO

O vice-governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, encontra-se em São Paulo para realizar um tratamento médico específico contra cefaleia crônica, problema que o acompanha há vários anos. De acordo com nota oficial divulgada pelo Governo do Estado, o procedimento é de natureza convencional, previamente programado, e está sendo conduzido sem qualquer intercorrência. Lessa está sob os cuidados de uma equipe médica especializada e tem apresentado boa resposta ao tratamento.

ESTÁ AFASTADO

Durante o período de recuperação, o vice-governador ficará afastado de suas funções administrativas e compromissos oficiais. O governo informou que ele deve permanecer em observação pelos próximos dias, até que receba liberação médica para retomar suas atividades em Alagoas. Mesmo com a ausência temporária, a estrutura do Executivo estadual segue funcionando normalmente, com os demais membros do governo dando continuidade às ações e programas em andamento.

TRAJETÓRIA POLÍTICA

Ronaldo Lessa, que já foi governador de Alagoas e possui trajetória política consolidada, tem exercido papel importante ao lado do governador Paulo Dantas na condução das políticas públicas do estado. O governo desejou pronta recuperação ao vice-governador, destacando sua contribuição à gestão e reforçando a expectativa de um retorno breve e saudável às suas funções.

PAIXÃO DE CRISTO

A Prefeitura de Arapiraca, por meio de diversas secretarias, está nos ajustes finais para a realização da Via Sacra e da encenação da Paixão de Cristo, que acontecerá no Morro Santo, na comunidade Massaranduba. O último ensaio está marcado para quinta-feira, 17, e as apresentações ocorrerão na sexta-feira, 18, e no sábado, 19, com entrada gratuita e incentivo à doação de alimentos não perecíveis.

ILUMINAÇÃO ESPECIAL

Para garantir segurança e organização, a Prefeitura contará com o apoio da Defesa Social, SMTT, Corpo de Bombeiros e equipes de saúde. A área receberá iluminação especial, limpeza e fiscalização de ambulantes cadastrados. A procissão da sexta-feira sairá da Concatedral às 4h da manhã, seguida por momentos de fé no alto do morro, com transmissão do Rosário e da Via Sacra.

TRANSMISSÃO AO VIVO

Neste ano, o evento contará com transmissão ao vivo pelo canal da Prefeitura no YouTube, permitindo que os fiéis acompanhem de casa. A secretária de Cultura, Mônica Nunes, destacou o empenho das equipes e a importância do evento como expressão de fé e valorização da cultura local.

• • • • • • • • • • • • • • •

… O Hemocentro de Alagoas (Hemoal) emitiu um alerta na segunda-feira, 14, sobre o baixo estoque de sangue às vésperas do feriadão da Páscoa, período em que a demanda por transfusões costuma triplicar nos hospitais e maternidades.

… Com apenas 137 bolsas disponíveis, o estoque representa pouco mais de 24% do ideal, que seria de no mínimo 400 bolsas. A situação ameaça a realização de cirurgias eletivas e pode comprometer atendimentos de emergência, como em casos de acidentes ou ferimentos graves.

… Para ajudar a reverter o cenário, o Hemoal reforça o apelo à população para doar sangue antes do feriado. Podem doar pessoas com idade entre 16 e 69 anos, em boas condições de saúde, com peso mínimo de 50 kg e que apresentem documento com foto.

Kel Ferreti é condenado a 10 anos de prisão por estupro

Ação do MP/AL resulta na condenação do influenciador; crime ocorreu em 2024

REPRODUÇÃO / INSTAGRAM



Influenciador Kel Ferreti foi condenado a 10 anos de prisão, após ter sido denunciado por enfermeira de estupro ocorrido no ano passado

Kleverton Pinheiro de Oliveira, influenciador mais conhecido como "Kel Ferreti", foi condenado a 10 anos de prisão pelo crime de estupro. A sentença foi anunciada ontem após atuação do Ministério Público do Estado de Alagoas (MP/AL).

Responsável pela condução do processo, o promotor de Justiça José Carlos Castro, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Capital, defendeu a condenação do réu. "Ministério Público manifesta sua satisfação com a sentença condenatória aplicada ao réu, que reflete a gravidade do hediondo crime de estupro perpetrado, o qual provocou sequelas psicológicas irreparáveis à vítima. Reafirmamos nosso compromisso inabalável com a proteção integral das vítimas de violência sexual, tendo atuado incansavelmente desde o primeiro relato para garantir acolhimento psicossocial, preservação da dignidade durante a instrução processual e efetivação da justiça, demonstrando que a sociedade, por meio desta instituição, não tolerará a violação dos direitos fundamentais das mulheres", salientou.

Ao expedir a sentença, o juiz Josemir Pereira de Souza, da 4ª Vara Criminal da Capital, fixou a pena em 10 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado. O magistrado também manteve a prisão de Kel Ferreti.

"Isso porque, não se pode agir com indiferença diante de caso ora examinado, em que o acusado teria agido com extrema violência para com a vítima, a qual, segundo consta dos autos, esteve completamente subjugada em razão da agressividade do sentenciado. Outrossim, o acusado ostenta feito penal em seu desfavor, cuja tramitação ocorre em segredo de justiça junto à 17ª Vara Criminal da Capital – Organização Criminosa, o que denota a contumácia delitiva e o risco à ordem pública", destaca a sentença judicial.

O crime de estupro ocorreu no dia 16 de junho de 2024, em uma pousada no bairro de Cruz das Almas, em Maceió. A vítima foi uma enfermeira.

Em janeiro deste ano, a Justiça de Alagoas revogou a prisão do empresário e influencer digital Kel Ferreti na Operação Trapaça, que investiga suspeitos de envolvimento no Jogo do Tigrinho. O influencer foi preso em dezembro junto com o seu sócio Igor Campioni, o Pai do Orgânico. Apesar da decisão judicial, Ferreti continua preso pela acusação de estupro contra a enfermeira.

A decisão da 17ª Vara Criminal da Capital foi publicada após a sentença ter sido proferida. A prisão preventiva foi substituída por medidas cautelares, incluindo do comparecimento mensal virtual em juízo, duas vezes por mês, proibição de se ausentar da comarca por mais de 8 dias sem autorização e de se envolver em crimes.

REGIME FECHADO

Juiz Josemir Ferreira de Souza, da 4ª Vara Criminal da Capital, fixou a pena em 10 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado

POUSADA

O crime de estupro ocorreu no dia 16 de junho 2024, em uma pousada no bairro de Cruz das Almas, em Maceió. A vítima foi uma enfermeira que disse ter sido agredida fisicamente

ESCOLAR

Município deve retirar de circulação veículos reprovados

O Município de Maceió firmou compromisso de retirar imediatamente de circulação os veículos utilizados no transporte escolar que foram reprovados ou não se submeteram à vistoria obrigatória. A decisão foi tomada durante audiência judicial realizada na segunda-feira, 14, com a Defensoria Pública do Estado de Alagoas (DP/AL) e o Ministério Público de Alagoas (MP/AL).

A audiência contou com a presença do defensor público Lucas Monteiro Valença e representantes do MP/AL e do Município. Na ocasião, ficou definido que o Departamento Municipal de Transportes e Trânsito (DMTT) realizará nova vistoria entre os dias 22 e 25 de abril, exclusivamente nos veículos com pendências relacionadas à segurança. Até o dia 28 de abril, o Município deverá apresentar a relação das placas dos veículos aprovados e aptos a operar.

Outro ponto acordado foi a antecipação da circulação de novos ônibus escolares, por meio da contratação da empresa vencedora do Lote 3 da licitação em andamento. O Município deverá informar, até o dia 28 de abril, se a medida foi viabilizada.

ASCOM DP/AL



Diversos ônibus que vinham circulando estão em estado precário

DIRETA

Semed vai providenciar a contratação de novos veículos

Nas negociações entre a Defensoria Pública Estadual e o Município de Maceió, e que resultaram no acordo entre as duas partes, também ficou definido que a Secretaria Municipal de Educação (Semed) tomará providências para contratação direta de veículos por meio de pagamento indenizatório, seguindo os critérios e valores da licitação vigente.

será analisada, com prioridade, a viabilidade jurídica para publicação de edital de credenciamento de prestadores do serviço de transporte escolar com veículos particulares (como vans, micro-ônibus e ônibus). O resultado da análise deve ser informado no mesmo prazo.

Para o defensor público Lucas Monteiro Valença, a situação exige providências imediatas.

"A gravidade dos fatos demanda uma resposta célere e eficaz por parte do Município. A Defensoria Pública continuará acompanhando de perto todo o processo até a resolução completa do problema. Também seguimos requerendo ao Poder Judiciário o aumento das multas e de outras medidas coercitivas, para garantir o cumprimento da decisão judicial", afirmou.

Muitos alunos vêm sendo prejudicados.

ÂNGULO GERAL

EDMILSON TEIXEIRA
etjornalista@gmail.com



Novidade

Nesta quarta-feira, 16, a cidade de Pão de Açúcar terá a imensa satisfação de inaugurar o Núcleo Criativo da Juventude. Este evento acontecerá no auditório da GEE e é um convite para toda a comunidade participar de um momento que promete ser transformador, onde a juventude poderá sonhar e criar em um ambiente inspirador.

CARDÁPIO

A programação do lançamento inclui atividades como uma abertura cultural e uma mesa-redonda intitulada "Protagonismo e Inclusão da Juventude de Pão de Açúcar na Economia Criativa". Este é um momento importante para jovens, lideranças locais e representantes de entidades parceiras dialogarem sobre o papel ativo dos jovens na economia criativa do município.

CHANCES

O novo núcleo será um polo local da plataforma Co.Liga Digital, oferecendo acesso gratuito a cursos online e atividades presenciais, como oficinas e workshops. Essas oportunidades visam promover a formação e a inclusão produtiva dos jovens. Durante o evento de lançamento, as instituições parceiras da Prefeitura estarão presentes, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento da juventude e a construção de um futuro mais criativo e promissor.

MINISTRO EM ALAGOAS

Quem marcou presença na última segunda-feira em Coruripe foi o ministro do Esporte, André Fufuca. Ele foi participar da inauguração da primeira etapa da Praça da Juventude e do Ginásio Poliesportivo Anderson da Silva Sapucaia. Estava ladeado pelos deputados federais Marx Beltrão e Athur Lira.

MISSÃO

O ministro Fufuca veio à Alagoas como parte do projeto, Ministério Itinerante que busca levar investimentos e melhorias para o esporte em diferentes partes do Brasil, em especial às regiões mais vulneráveis.

PÁSCOA

Em São José da Tapera, sertão de Alagoas, a Semana Santa é marcada por um ato de solidariedade que mobiliza milhares de famílias na expectativa de receber o peixe tradicional oferecido anualmente pela Prefeitura. Este gesto faz parte da programação religiosa vivenciada durante a quaresma, simbolizando não apenas a fé, mas também a união da comunidade.

PACOTÃO

O prefeito de Tapera, Jarbas Ricardo destacou a importância da distribuição do peixe, que ocorrerá nesta quarta-feira. Além do peixe, a iniciativa inclui a entrega de cestas básicas, atendendo mensalmente a uma infinidade de famílias em situação de vulnerabilidade social. Com planos de investimento de aproximadamente um milhão de reais mensais em programas sociais, a Prefeitura está determinada a garantir que as necessidades básicas da população sejam atendidas.

ARTICULAÇÃO

O esperto Renan Calheiros, que não para de fazer campanha, promoveu na última segunda-feira, um dia histórico, como disse, com a criação do Núcleo MDB Mulher Maceió. "Hoje, demos um passo importante no MDB de Alagoas: Um marco que fortalece o nosso trabalho pelas mulheres maceioenses e alagoanas. A comissão feminina do nosso partido, irá somar com políticas públicas para desenvolver mais ainda nossas ações em defesa das meninas, das jovens, mães, das mulheres trabalhadoras e de todos os cidadãos alagoanos"

DADOS ALARMANTES

O número de casos de violência em ambientes escolares mais do que triplicou nos últimos dez anos no Brasil, atingindo o pico em 2023. Dados divulgados nesta segunda-feira (14) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) mostram que, no ano passado, 13,1 mil pessoas precisaram de atendimento médico por automutilação, tentativa de suicídio ou ataques físicos e psicológicos no ambiente escolar. Em 2013, esse número era de 3,7 mil.

ALAGOANO EM ALTA

O esporte alagoano brilhou em terras portuguesas com a conquista de medalhas de ouro e prata na competição realizada no último final de semana, sábado e domingo, na cidade de Lisboa. José Alexandre conquistou a medalha de ouro na prova dos 100 metros costas, disputada no sábado, e a medalha de prata nos 50 metros livres, realizada no domingo. A competição reuniu mais de 300 atletas de diversas nacionalidades. O atleta teve apoio da Secretaria de Estado do Esporte, Lazer e Juventude- Selaj.

ANIMADOR

O Aeroporto de Maceió é o terceiro com maior movimentação entre os 17 gerenciados pela concessionária Aena no Brasil, para este feriado prolongado de Páscoa e Tiradentes. O Zumbi dos Palmares terá em seis dias, a partir desta quarta, 300 voos e 52.208 assentos ofertados. Conforme o Tudo Viagem divulgou na terça da semana passada, o Aeroporto de Maceió recebeu nos dois primeiros meses deste ano mais de 500 mil passageiros, um aumento de 6% quando comparado com o mesmo período de 2024.

Compromisso com a advocacia e a inclusão social

Elias Ferreira, presidente do Sindav, alia luta pelos direitos da advocacia ao apoio a famílias com pessoas com Síndrome de Down

EDILSON OMENA



Elias Ferreira atua na defesa dos direitos dos advogados alagoanos e lidera a ONG Amor 21

A trajetória de Elias Ferreira é marcada por uma dedicação incansável a duas frentes essenciais: a advocacia e o trabalho social. Recém-empossado presidente do Sindicato dos Advogados de Alagoas (Sindav/AL), ele também é dirigente da ONG Amor 21, instituição voltada ao acolhimento e fortalecimento de famílias com pessoas com Síndrome de Down no estado.

Na presidência do Sindav, Elias destacou durante entrevista ao TH, programa no canal da Tribuna no Youtube, que os desafios da categoria vão além do que muitos imaginam. "Muita gente vê o advogado como dono de si, mas muitos profissionais atuam como contratados de escritórios e não têm as garantias mínimas de um bom ambiente de trabalho ou de uma remuneração justa. Nosso foco é discutir e buscar a implantação de um piso salarial legal para esses profissionais, algo que já existe eticamente, mas ainda carece de respaldo legislativo", explicou.

A proposta do sindicato é construir esse debate em conjunto com a advocacia alagoana. "Queremos ouvir todos os setores e entender as diferentes realidades do exercício da profissão em nosso estado, para então propor avanços concretos", afirmou Elias.

DEBATE

A proposta do sindicato é construir um debate em conjunto com a advocacia alagoana ouvindo todos os setores e entendendo as diferentes realidades do exercício da profissão

DIFICULDADES

Seu compromisso com a transformação social vai além dos fóruns e escritórios. Ele teve sua vida pessoal transformada ao enfrentar as dificuldades de sistema

Mas seu compromisso com a transformação social vai além dos fóruns e escritórios. Pai de Gabi, uma jovem de 13 anos com Síndrome de Down, Elias teve sua vida pessoal transformada ao enfrentar as dificuldades do sistema em oferecer suporte digno às famílias atípicas. Foi assim que nasceu sua conexão com a Amor 21, uma ONG criada por pais que se conheceram em terapias e decidiram atuar de forma mais organizada para garantir o desenvolvimento de seus filhos.

"Dez famílias começaram essa caminhada. Vimos que não bastava apenas cuidar individualmente dos nossos filhos, era preciso criar uma rede de apoio, com informação e inclusão. Hoje, a Amor 21 é uma realidade consolidada em Alagoas, com impacto direto na vida de dezenas de outras famílias".

Com mais de três décadas de atuação na comunicação e na defesa de causas sociais, Elias Ferreira assume, com serenidade e garra, o papel de agente de mudança em duas áreas fundamentais: os direitos dos advogados e a inclusão das pessoas com deficiência. Confira a entrevista completa no canal Tribuna Hoje no Youtube.

ASCOM SSP/AL



Foragido foi encontrado por meio do sistema de reconhecimento facial da Secretaria de Segurança

Foragido por estupro e tortura é preso após reconhecimento

A eficiência do sistema de videomonitoramento da Secretaria de Estado da Segurança Pública obteve mais um resultado positivo. Na manhã de ontem, com a ajuda do reconhecimento facial, um homem foragido da Justiça pelos crimes de estupro de vulnerável e tortura foi preso em Maceió.

O indivíduo, de 51 anos, estava caminhando pelo calçadão do comércio, no Centro da capital, quando foi flagrado pelas câmeras da SSP. Instantaneamente, um alerta foi emitido à equipe da Central de Monitoramento, dando início com a ação conjunta deflagrada para interceptá-lo.

De imediato, o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (Ciosp) verificou as guarnições mais próximas e acionou uma equipe de motociclistas do Programa Ronda no Bairro. Enquanto isso, os operadores do videomonitoramento fizeram o acompanhamento do suspeito até onde foi feita a abordagem, na praça da Faculdade, no bairro do Prado.

Durante a entrevista policial, os agentes de proximidade verificaram que havia um mandado de prisão expedido pela 14ª Vara Criminal da Capital contra o indivíduo pelos crimes de estupro de vulnerável e tortura.

O infrator foi então encaminhado ao 22º Distrito Policial (DP), no Trapiche da Barra, com o apoio de uma guarnição do 1º Batalhão da Polícia Militar. Junto à Polícia Judiciária, foram tomados os procedimentos cabíveis e o indivíduo ficou à disposição da Justiça.

Já um casal suspeito envolvido com o tráfico de drogas na cidade de São Miguel dos Campos e região morreu após trocar tiros com a polícia na tarde de domingo (13). A ocorrência foi registrada durante uma ação da Rondas Ostensivas Táticas Metropolitanas (Rotam), que apurava informações anônimas passadas ao Disque-denúncia sobre a atuação criminosa dos dois.

Ao chegar ao local indicado, os policiais foram recebidos a tiros pelo casal.

Botafogo recebe São Paulo no Engenhão

Clube da estrela solitária vive período de reestruturação após grande temporada realizada no ano passado com títulos

Botafogo e São Paulo jogam hoje às 18h30 (horário de Brasília), em duelo válido pela 4ª rodada do Campeonato Brasileiro. A bola rola no Estádio Nilton Santos, no Rio de Janeiro. O jogo opõe o Glorioso, atual campeão, que ocupa a décima posição da tabela, e o Tricolor Paulista, seis vezes campeão nacional, que está na 15ª colocação. Após uma campanha histórica, onde conquistou o título da Libertadores e do Campeonato Brasileiro, com a saída de diversos craques e do treinador, o Botafogo vive período de reestruturação. Na atual temporada, o Fogão possui uma vitória, um empate e outra derrota. Em sua partida mais recente, o clube carioca perdeu para o Red Bull Bragantino por 1x0, no Nabi Abi Chedid.

Mesmo com o recente depoimento do diretor de futebol do São Paulo, Carlos Belmonte, reforçando o respaldo de Zubeldía, o técnico argentino parece estar na corda-bamba do cargo. O Tricolor Paulista empatou as 3 rodadas da atual edição do Brasileirão, sendo a mais recente delas, o 1x1 contra o Cruzeiro no MorumBIS.

O calendário ainda marca o mês de abril, mas na próxima semana o Botafogo terá reencontrado todos os rivais brasileiros que marcaram a campanha da conquista da Conmebol Libertadores em 2024 - e de forma quase sequencial. Os adversários em questão são Bragantino, Palmeiras, São Paulo e Atlético-MG.

Rival na disputa do Brasileirão de 2024, o vice Palmeiras foi o primeiro a enfrentar o Botafogo. Os dois clubes mediram força logo na estreia do campeonato nacional, com empate sem gols no Allianz Parque. Depois, veio o Bragantino - primeiro clube do Brasil no caminho alvinegro em 2024, ainda na terceira fase prévia à fase de grupos. No último sábado, o Botafogo perdeu por 1 a 0 no estádio Nabi Abi Chedid.

Hoje o Botafogo dá sequência à disputa do Brasileiro ao receber o São Paulo, clube que eliminou nas quartas de final da última Libertadores. Logo depois, no domingo, o campeão continental vai reencontrar o Atlético-MG, time que superou por 3 a 1 na final em Buenos Aires. No total, na Conmebol Libertadores, foram três vitórias do Botafogo e quatro empates diante de Bragantino, Palmeiras, São Paulo e Atlético-MG (final única). Em 2025, o desempenho até aqui é de um empate e uma derrota.

O Botafogo ainda se adapta ao trabalho do técnico Renato Paiva, contratado no fim de fevereiro. Até aqui, são cinco jogos oficiais sob o comando do português, com duas vitórias por 2 a 0 - sobre Juventude e Carabobo (VEN) -, duas derrotas por 1 a 0 - para Universidad de Chile e Bragantino - e um empate sem gols com o Palmeiras.

Um dos pontos destacados pelo treinador após o último jogo, na derrota para o Bragantino, foi a falta de conclusão das poucas jogadas criadas pelo Alvinegro. Seu desejo é ter o domínio do jogo, mas "agredir" o adversário o máximo possível para fazer gol.

QUARTA-FEIRA
18h30 Botafogo x São Paulo
19h Mirassol x Grêmio
19h Sport x Bragantino
19h30 Corinthians x Fluminense
19h30 Internacional x Palmeiras
21h30 Flamengo x Juventude
21h30 Santos x Atlético-MG
21h30 Vitória x Fortaleza

QUINTA-FEIRA
21h30 Cruzeiro x Bahia

ASSESSORIA



Botafogo e São Paulo medem forças pelo Brasileirão e buscam pontos importantes para subir na tabela

Paysandu e Chapecoense se enfrentam hoje no Mangueirão

Em busca dos primeiros pontos na Série B deste ano, Paysandu e Chapecoense se enfrentam nesta quarta-feira, dia 16, às 20h, no Estádio Mangueirão, em Belém, pela 3ª rodada. O Paysandu segue em busca de pontuar pela primeira vez na Série B 2025. A equipe está zerada após duas derrotas nos dois primeiros jogos da competição nacional. Em busca da reação, o time bicolor reencontra um adversário que lhe permitiu a conquista de seis pontos na última edição.

Na Segundona de 2024, Papão e Chape se enfrentaram na 12ª e 31ª rodadas, respectivamente. No primeiro turno, em partida disputada na Arena Condá, o Paysandu venceu por 2 a 1, de virada. Marcinho abriu o placar, mas Leandro Vilela e Netinho, em belos chutes de fora da área, viraram o jogo.

Já no segundo turno, as duas equipes se enfrentaram na Curuzu, em duelo "seis pontos", já que ambas lutavam para se afastar do Z-4. O time bicolor fez 1 a 0, com Paulinho Bóia, mas viveu um drama com a expulsão de Nicolas, ainda no primeiro tempo. Logo no início da etapa final, veio o segundo gol, marcado por Luan Freitas. O Papão segurou o resultado com um a menos e garantiu pontos importantes na fuga do rebaixamento.

Dentre as equipes remanescentes da Série B do ano passado para este ano, a Chapecoense foi a única que concedeu seis pontos ao Paysandu. O time bicolor também venceu Ponte Preta e Ituano nos dois turnos, equipes que acabaram rebaixadas para a Série C 2025. O técnico Luizinho Lopes chegou a segunda derrota no comando do Paysandu, ao perder para de 1 a 0 para o Vila Nova no último sábado, dia 12, pela 2ª rodada da Série B do Brasileiro, isso tudo depois de acumular uma invencibilidade de nove jogos nos primeiros momentos dele no clube. Lamentando o resultado negativo, o comandante destacou que o número de mudanças (foram seis em relação a estreia na B) dificultou o entendimento do time em campo.

"Nos primeiros minutos estava tudo muito confuso, e o adversário conseguiu fazer o gol cedo. Nós tivemos a oportunidade, por três vezes, de tirar a bola de próximo do nosso gol. Foi uma saída do Reverson, depois teve um duelo do Quintana e depois ali com o Luan e nenhum dos três conseguiu tirar essa bola ali de próximo da área. E aí é um adversário que se defende muito bem, tem uma bola parada muito forte, encaixou o jogo deles".

ASSESSORIA



Paysandu e Chapecoense estão na parte de baixo da classificação e vão brigar pela vitória na Série B

QUARTA-FEIRA
20h Avaí x Operário
20h Paysandu x Chapecoense
21h Coritiba x Novorizontino

QUINTA-FEIRA
19h Goiás x Vila Nova
20h Botafogo-SP x Remo
20h CRB x Volta Redonda
20h Criciúma x Athletic
21h Ferroviária x Atlético-GO
21h30 América x Amazonas

Real Madrid busca virada diante do Arsenal na Champions

Os jogos de volta das quartas de final da Champions League terminam hoje, e alguns clubes precisam de 'milagres' para avançarem às semifinais. O Real Madrid precisa de uma goleada hoje às 16h para avançar direto. A equipe espanhola foi derrotada pelo Arsenal por 3 a 0 no jogo de ida, na Inglaterra, o que significa que o time precisará vencer por quatro gols ou mais de diferença em casa para ir à semifinal.

Uma vitória do Real Madrid por três gols de vantagem levará o jogo para a prorrogação. Mesmo com cenário difícil, o técnico Carlo Ancelotti não joga a toalha. "Temos de fazer tudo para tentar recuperar. As possibilidades são poucas, mas vamos tentar de todas as maneiras. Vamos ver se somos capazes de conseguir. Parece que depois desta noite não há hipóteses, mas no futebol tudo pode acontecer. Está muito difícil, mas no Bernabéu já vimos coisas assim acontecerem", disse Carlo Ancelotti.

Ele também comentou sobre a estratégia do Real Madrid para superar o Arsenal na Champions League. O treinador também abriu o jogo sobre os recados passados ao elenco nos dias de treinamentos para o confronto mais importante da temporada.

"Quero que os jogadores tenham clareza da estratégia da partida. Experimentamos coisas nos treinamentos e quero que os atletas entrem em campo com as ideias claras. Com clareza, o jogador é capaz de tirar o melhor do rendimento pessoal. Vamos tentar fazer uma partida intensa, pressionar e ter mais controle. Nada de magia, isso não existe. A única certeza é que daremos o nosso melhor".

O Real Madrid não sofria um baque tão grande na Champions desde 2012. Naquela temporada, o clube espanhol foi derrotado pelo Borussia Dortmund por 4 a 1 no jogo de ida da semifinal e não conseguiu se recuperar na volta. Expulso no último jogo do Campeonato Espanhol, Mbappé está à disposição de Ancelotti para Real Madrid x Arsenal. No entanto, o comandante comentou sobre o cartão vermelho recebido pelo francês no duelo contra o Alavés.

"Está doído e decepcionado. Precisamos dele, pois não podemos só nos defender, mas marcar gols. E mais do que nunca, a gente precisa dos gols dele".

BAYERN

O Bayern de Munique é o derrotado do jogo de ida com missão mais "fácil". A equipe alemã perdeu para a Inter de Milão por 2 a 1, em casa. Os Bávaros precisam de uma vitória por dois gols de diferença para avançarem na Itália. Um triunfo por diferença de apenas um tento levará o jogo para a prorrogação.

DIVULGAÇÃO



Expulso no Campeonato Espanhol, Mbappé está à disposição de Carlo Ancelotti para Real e Arsenal

Eufrázio

Moda alagoana brilha na 33ª edição do Minas Trend em BH

Com 10 marcas participantes, Alagoas movimenta aproximadamente R$ 1,5 milhão em vendas

DIVULGAÇÃO



Em 2025, o Sindivest comemora uma parceria de 10 anos com o Minas Trend e a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

A moda alagoana marcou presença na 33ª edição do Minas Trend, que ocorreu de 8 a 10 de abril, no BH Shopping, em Belo Horizonte -MG. O evento reuniu mais de 150 marcas expositoras dos segmentos de bolsas e calçados, joias e bijuterias, vestuário feminino e masculino, lingerie, beachwear, sleepwear e infantil - sendo 10 marcas alagoanas.

Com a temática "Olhe. Olhe de novo.", o Minas Trend convidou compradores, influenciadores, visitantes e expositores a explorarem a moda sob novas perspectivas, exaltando a criatividade, a inovação e as emoções despertadas pelo setor, gerando mais de R$ 30 milhões em vendas e negócios fechados e mais de cinco mil visitantes nos três dias de evento.

EMPRESAS

Alagoas foi representada pelas marcas Acessore.me, Severa Fitness, Alana Tenório, Piskuila, Milka Pereira, Pontos e Contos, Artecer, Adriana Gomes, Fulô.A e Mimos de Dona Peró. As últimas quatro marcas compuseram o estande coletivo "Conceito Alagoas", local de grande destaque no evento. Ao todo, as marcas alagoanas alcançaram um valor de aproximadamente R$ 1,5 milhão em vendas e negócios fechados, além de gerarem muito networking, ganharem maior visibilidade e consolidarem suas marcas no mercado.

O presidente do Sindicato da Indústria do Vestuário de Alagoas (Sindivest/AL), Francisco Acioli, destacou o orgulho com o sucesso das marcas alagoanas no evento.

"Mais uma vez, nossas marcas voltam para casa com negócios fechados e muitas vendas realizadas. São 10 anos de parceria com o Minas Trend e a Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg). E isso só é possível graças a grandes parceiros de longa data do sindicato, como a Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (Fiea), o Sebrae Alagoas e o Senai Alagoas, que impulsionam e valorizam a moda alagoana, dando oportunidades de levá-la para o mercado exterior", disse.

O superintendente do Sebrae/AL, Domício Silva, marcou presença no Minas Trend, acompanhando a abertura do evento e conhecendo de perto cada uma das marcas alagoanas presentes junto da coordenadora do artesanato do Sebrae/AL, Marina Gatto.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 90019/2025 UASG Nº. 982887. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 12300009/2024 Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para prestação dos serviços de bombeiro civil para atender as necessidades do Município e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Viçosa - AL. Data da Disponibilidade do Edital: A partir de 16/04/2025 das 08h às 12h e das 13h às 16h. Endereços: www.comprasgovernamentais.gov.br/edital ou https://transparencia.vicosa.al.gov.br/licitaçoes ou licitacao.vicosaal@gmail.com. Entrega das Propostas: A partir de 16/04/2025 às 08h no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ Abertura das Propostas: 06/05/2025 às 8h30min (horário de Brasília) no site http://www.comprasgovernamentais.gov.br/ Viçosa/AL, 15 de abril de 2025. João Victor Calheiros Amorim Santos PREFEITO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL DEODORO

AVISO DE LICITAÇÃO- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2025

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de triciclos elétricos de carga com caçamba basculante (tipo gaiola). Tipo: Menor preço por item. Data da realização: 02 de maio de 2025, às 9h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2025 -** Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de resmas de papel A4. Tipo: Menor preço por item. Data da realização: 02 de maio de 2025, às 9h:30min. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2025 -** Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de água mineral e gelo em escamas. Tipo: Menor preço por item. Data da realização: 02 de maio de 2025, às 10h. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2025** - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição materiais permanentes. Tipo: Menor preço por item. Data da realização: 02 de maio de 2025, às 10h:30min. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2025** - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de condicionadores de ar. Tipo: Menor preço por item. Data da realização: 02 de maio de 2025, às 11h. Local: Banco Nacional de Compras - BNC. Os editais encontram-se à disposição dos interessados através do *site* da Prefeitura Municipal de Marechal Deodoro e na plataforma eletrônica do BNC. Dúvidas através do *e-mail* (licitacoesmarechaldeodoro@gmail.com).

Marechal Deodoro/AL, 15 de abril de 2025.
Leandro Bittencourt Miranda

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRANHAS

AVISO DE LEILÃO Nº 001/2025
Portaria nº 100/2025 – GABPREF

A Prefeitura Municipal de Piranhas – AL torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará o Leilão de Bens Móveis Inservíveis nº 001/2025, na modalidade presencial e on-line simultaneamente, do tipo maior lance, conforme disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

O leilão será conduzido pela Leiloeira Pública Oficial Sra. Cristiane Barros da Mota Balbino, matriculada na JUCEAL sob o nº 018/2018 (Junta Comercial do Estado de Alagoas).

Data e Local do Leilão:
14 de maio de 2025 (quarta-feira)
Horário de início: 10h00min
Local: Auditório Altemar Dutra
Rua José Martiniano Vasco, Centro Histórico – Piranhas/AL
CEP: 57.460-000
Informações adicionais:
Os interessados poderão obter maiores informações junto à Comissão do Leilão, que atenderá nos dias úteis, das 08h às 13h, na Garagem Municipal de Piranhas – AL, ou diretamente com a leiloeira pelo telefone (82) 99958-9580 ou através do site: **www.lancecertoleiloes.com.br**

Piranhas – AL, 14 de abril de 2025
Cristiane Barros da Mota Balbino
Leiloeira Pública Oficial – JUCEAL nº 018/2018

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CANAPI, através da Secretaria de Saúde, avisa que realizará licitações conforme resumo:

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2025 (BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS)
Objeto: Aquisição de equipamento/material permanente e veículos, para atender as demandas setoriais da Secretaria de Saúde do Município de Canapi, nos termos da proposta 12091.467000/1240-01, Emenda Parlamentar 27260002.
Tipo: **MENOR PREÇO**.
Data e hora da sessão de disputa: **07/05/2025**, às **09:30h** (horário de Brasília).
LOCAL: Sistema eletrônico do **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, através do site **www.bnc.org.br**.
Os interessados poderão retirar o Edital através do site: **www.bnc.org.br** e se credenciarem junto ao **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, no endereço **http://bnc.org.br/sistema**, no Portal Nacional de Compras Públicas **https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1**; ou através do site **http://www.canapi.al.gov.br/lai/32/Edital-de-Licitacao**

Informações pelo e-mail: **licitacao.canapi@gmail.com**

Canapi/AL, 15 de abril de 2025.
Mileno Gonçalves Ferreira
Secretário Municipal de Saúde

APRO-Uncisal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2025

ASSEMBLEIA GERAL

A Comissão Eleitoral da **APRO-UNCISAL - Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional-SN - BIÊNIO 2025-2026,** no uso de suas atribuições previstas em assembleia realizada em 13 de fevereiro de 2025, convoca todos (as) docentes sindicalizados (as) para a Assembleia Geral a se realizar no dia 23 de abril de 2025, na sala de reuniões do 1º andar do prédio sede da UNCISAL, com primeira chamada às 11h, e segunda às 11h30, na modalidade presencial. A assembleia deliberará sobre o seguinte ponto de pauta:• Posse da diretoria.

Maceió, 15 de abril de 2025.

gov.br Documento assinado digitalmente
ANGELA LIMA PERES
Data: 14/04/2025 17:48:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Angela Lima Peres

Presidenta da Comissão Eleitoral da APRO-UNCISAL - Seção Sindical do ANDES - Sindicato Nacional-SN - BIÊNIO 2025-2026

EDITAL DE LOTEAMENTO

STÉLIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE -Oficial do 1° Registro de Imóveis e Hipotecas de Maceió, Estado de Alagoas , na forma Lei,etc.

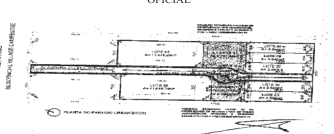
FAZ PÚBLICO, para ciência dos interessados, em cumprimento ao disposto do Artigo 19 da Lei n° 6.766, de 19 de dezembro de 1979, QUE a empresa de direito privado Engenharia de Materiais LTDA., inscrita no CNPJ n° 41.157.967/0001-69, com sede na Rua Hamilton de Barros Soltinho, n°797, no bairro de Jatiúca, nesta cidade por seu representante legal , firmado no documento , depositou neste 1° Registro , situado na Praça dos Palmares, n°36, Edf. Delmiro Gouveia ,6° andar ,Centro, nesta Capital, a documentação para registro do MEMORIAL DESCRITIVO DE LOTEAMENTO , que será implantado em UM TERRENO , localizado no bairro da Cidade Universitária , bairro antigo Tabuleiro dos Martins, nesta cidade , correspondente a uma área remanescente do imóvel, conforme as características constantes da matrícula n° 204.540, do 1° Registro Geral de Imóveis e Hipotecas e Hipotecas de Maceió/AL., denominado de LOTEAMENTO VILLAS LUSITANAS situado na Avenida Menino Marcelo , no bairro Cidade Universitária , nesta cidade. O LOTEAMENTO terá a seguinte composição: 07 (sete) Lotes; 02 (duas) Áreas Verdes; 01 (uma) Área de equipamento comunitário; e, 1 (uma) Via Pública (Avenida Villas Lusitanas).Quanto aos Lotes , totalizam em 07 (sete) e em conjunto possuem 40.767.90 m² (quarenta mil setecentos e sessenta e sete e noventa metros quadrados) e ocupam 64,61% da área loteável e com área total do terreno em 63.100,79m² (sessenta e três mil e cem e setenta e nove metros quadrados).

As áreas da via , áreas verdes , equipamentos urbanos e de equipamento comunitário , constantes do Projeto e do Memorial Descritivo do Loteamentos , a partir da data do registro imobiliário , passam a integrar o domínio do Município , consoante determina o art.22, da lei Federal 6.766 de 19.12.1979. As impugnações daqueles que se julgaram prejudicados a quanto ao domínio do referido imóvel , deverão ser apresentadas dentro de quinze (15) dias a contar a data da terceira e ultima publicação do presente Edital no Órgão Oficial do Estado.

Findo o prazo e não havendo reclamação, será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados neste 1° Registro de Imóveis, durante as horas regulamentares.

Dado e passado nesta Cidade e comarca de Maceió, aos oito (8) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco (2025).

STÉLIO DARCI CERQUEIRA DE ALBUQUERQUE
OFICIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIAÇABUÇU/AL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025-SRP - Tipo: Menor Preço – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, Data/Horário: 05 de Maio de 2025 às 09:00hs (nove horas – horário de Brasília) – O edital encontra-se disponível no site http07/www.bnc.org.br, https://piacabucu.al.gov.br/, na sede da CPL, sediado na Praça São Francisco de Borja, s/n, Centro, Piaçabuçu/AL, das 08 às 14 horas em dias úteis, e mediante solicitação enviada ao e-mail Licipmp@gmail.com. Bruno Alexsandro André do Nascimento. Pregoeiro

---

EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Sociedade Anônima de Capital Fechado
NIRE 27300070112 | CNPJ nº 12.272.084/0001-00

VERSÃO RESUMIDA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025

EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia") vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar a Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral") a ser realizada no dia 29 de abril de 2025, às 14 horas, em 1ª (**primeira**) convocação, **de forma exclusivamente digital**, por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams", para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(1)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório do auditor independente referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(2)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(3)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; **(4)** a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; **(5)** a fixação da remuneração global anual da administração para o exercício de 2025; e **(6)** a autorização para a administração da Companhia praticar todos os atos necessários para implementar as deliberações aprovadas na Assembleia. Para participação na Assembleia Geral, a Companhia requer que o acionista solicite seu cadastro até o dia **27 de abril de 2025**, inclusive, mediante solicitação pelo e-mail ri@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo ("Solicitação de Acesso"). A Solicitação de Acesso deverá: **(i)** conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e **(ii)** ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme descritos na versão da íntegra deste Edital de Convocação. Validadas a condição de acionista e a regularidade dos documentos pela Companhia após a Solicitação de Acesso, o acionista receberá, até 24 horas antes da Assembleia Geral, as instruções para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia Geral. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail ri@equatorialenergia.com.br, com até 2 horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. Será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma para participação da Assembleia Geral por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico e à manifestação de votos a distância serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (https://ri.equatorialenergia.com.br/). Ressalta-se que a presente publicação se trata de informação resumida que não deve ser considerada isoladamente. A versão integral deste Edital está disponível na página eletrônica do jornal Tribuna Independente (https://tribunahoje.com/tribuna-independente) e da Companhia. Maceió/AL, 17 de abril de 2025. **Augusto Miranda da Paz Júnior -** Presidente do Conselho de Administração.

equatorial

Eletrobras

COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - ELETROBRAS CHESF
CNPJ/MF nº 33.541.368/0001-16

REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL

A COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - ELETROBRAS CHESF, CNPJ 33.541.368/0001-16, situada à Rua Delmiro Gouveia, 333 - San Martin - Recife/PE - CEP: 50761-901, torna público que requereu, ao IMA/AL, a Renovação da Licença de Operação Nº 2023.25091437046. EXP.LOR (CORRIGIDA) para a atividade Linhas de Transmissão 230 KV - Messias/Maceió - C1 e C2 (04S6 E 04S7), localizada nos Municípios de Maceió, Satuba, Rio Largo e Messias/AL.

Eng.º Tony Ulysses Rodrigues de Matos Firmino
Diretor de Operação

equatorial

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ/MF 12.272.084/0001-00

www.equatorialenergia.com.br

Relatório da Administração 2024

A Administração da Equatorial Alagoas, em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações contábeis, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. As informações não financeiras da Equatorial Alagoas, as relacionadas ao programa "Luz para Todos" (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, DEC e FEC, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia não foram examinadas pelos auditores independentes. **Destaques de 2024:** • O **volume de energia** consumida no ano aumentou 8,8% em relação a 2023, atingindo 4.813 GWh, em virtude do aumento do consumo, com destaque para as classes Residencial, Comercial. • O **volume de energia** faturada no ano aumentou 6,3% em relação a 2023, atingindo 4.445 GWh, em virtude do aumento do consumo, com destaque para as classes Residencial e Rural. • O **ambiente livre** obteve um crescimento de número de consumidores de 82,3% em 2024, contribuindo com o aumento na energia consumida em 263 GWh comparado a 2023, em destaque temos as classes Comercial e Serviço Público. • A **Receita Operacional Líquida (ROL)** aumentou 1,5% em 2024, totalizando R$ 3.110 milhões, reflexo do forte crescimento de mercado. • **As perdas de energia** dos últimos 12 meses encerrados no ano de 2024 caíram 1,6 p. p. no ano, atingindo 16,9% da energia requerida. • Em 2024, os índices de **DEC e FEC** da Equatorial Alagoas (acumulados dos últimos 12 meses) foram de 19,5 horas e 6,4 vezes, elevação do DEC de 19,6% e redução do FEC de 10%, quando comparados aos índices observados ao final do ano anterior. **Mensagem do Presidente:** O ano de 2024 marcou o primeiro processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), sob a gestão do grupo Equatorial Energia no Estado de Alagoas. Momento em que os investimentos e melhorias operacionais e qualitativas foram reconhecidos e incorporados para o novo ciclo tarifário. Atingimos a marca histórica de R$ 2,19 Bilhões em investimentos em quase 06 anos de gestão, sendo mais de R$ 430 milhões apenas em 2024. Realizamos investimentos muito importantes, com destaque para a conclusão das Subestações Costa dos Corais no litoral norte e Craíbas no agreste, obras que darão mais robustez e segurança ao sistema para atender a forte demanda turística da região. Outra ação extremamente relevante e que ratifica a alocação eficiente dos recursos pela gestão Equatorial, é o nível das Perdas Globais 0,9 p.p. abaixo do patamar regulatório. Atingindo também o patamar mínimo histórico da concessão. Os desafios permanecem grandes no novo ciclo tarifário. Revisamos nosso plano de investimentos com vistas a atender o planejamento estratégico da Companhia, demandas regulatórias e melhoria de qualidade no fornecimento. Nosso compromisso se renova com a missão de entregar energia com qualidade aos nossos clientes e contribuir com o desenvolvimento do Estado de Alagoas.

Fernando Pompeu dos Santos Filho - Diretor-Presidente

Cenário, Ambiente Econômico e Perspectivas em Alagoas

Ambiente econômico e perspectivas no Estado de Alagoas

REGIÕES DE PLANEJAMENTO

Agreste
Alto Sertão
Baixo São Francisco
Médio Sertão
Metropolitana
Norte
Planalto da Borborema
Serrana dos Quilombos
Tabuleiros do Sul

Estado de Alagoas
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU
Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG
Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento - SINC
Gerência de Geoprocessamento - GGEO

ALAGOAS	
Capital	Maceió
Área (km²)	27.843
% da Região Nordeste	1,79%
% do Brasil	0,33%
Número de Municípios	102
População Estimada (hab.) - IBGE 2022	3.127.683
% População Nacional	1,54%
Densidade Demográfica (hab./km²)	112,38
PIB (IBGE2021), R$	76,266 bilhões
% PIB Brasileiro	0,80%

No ano de 2024, o consumo de energia na região Nordeste cresceu 5,3%, semelhante ao crescimento nacional de 5,3%. O Estado de Alagoas apresentou aumento de 8,9% no consumo de energia, fundamentalmente explicado pelo crescimento das classes residencial (11,6%), comercial (8,3%), rural (24,2%), industrial (3,5%).

Número de consumidores:

Número Total de Consumidores

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial Convencional	781.066	847.632	891.025	758.098	702.329	703.674	767.112	756.795	755.485
Residencial Baixa Renda	245.795	216.964	173.777	245.541	346.250	381.713	438.999	475.510	522.184
Industrial	8.401	2.349	2.334	1.976	2.070	1.886	2.120	2.288	2.293
Comercial	154.736	67.183	67.228	63.777	65.942	65.629	72.722	71.767	71.402
Outros	90.510	23.283	23.707	35.585	44.158	45.113	44.237	43.676	43.185
Total	1.280.508	1.157.411	1.158.071	1.104.977	1.160.749	1.198.015	1.325.190	1.350.036	1.394.549
Variação	22,6%	-9,6%	0,1%	-4,6%	5,0%	3,2%	10,6%	1,9%	3,3%

Número de Consumidores Cativos

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial Convencional	781.066	847.632	891.025	758.098	702.329	703.674	767.112	756.795	755.485
Residencial Baixa Renda	245.795	216.964	173.777	245.541	346.250	381.713	438.999	475.510	522.184
Industrial	8.395	2.341	2.319	1.951	2.041	1.849	2.075	2.226	2.197
Comercial	154.726	67.164	67.208	63.735	65.880	65.544	72.609	71.586	71.074
Outros	90.510	23.283	23.707	35.585	44.158	45.113	44.237	43.659	43.135
Total	1.280.492	1.157.384	1.158.036	1.104.910	1.160.658	1.197.893	1.325.032	1.349.776	1.394.075
Variação	22,6%	-9,6%	0,1%	-4,6%	5,0%	3,2%	10,6%	1,9%	3,3%

Número de Consumidores Livres

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial Convencional									
Residencial Baixa Renda									
Industrial	6	8	15	25	29	37	45	62	96
Comercial	10	19	20	42	62	85	113	181	328
Outros								17	50
Total	16	27	35	67	91	122	158	260	474
Variação	77,8%	68,8%	29,6%	91,4%	35,8%	34,1%	29,5%	64,6%	82,3%

O número total de consumidores aumentou 3,3% em relação ao ano de 2023, provocado sobretudo pela classe residencial crescendo em 45 mil clientes.

Mercado atendido:

Mercado Total em MWh

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial Convencional	1.068.842	1.166.417	1.245.229	1.242.223	1.219.652	1.194.489	1.179.957	1.256.610	1.359.583
Residencial Baixa Renda	236.195	225.756	187.945	196.010	335.388	409.885	493.798	597.258	709.201
Industrial	674.487	645.930	642.659	672.703	685.172	674.032	693.709	743.045	769.304
Comercial	749.877	754.689	760.702	792.022	728.557	813.985	862.278	919.958	996.177
Outros	750.320	814.120	819.575	844.735	868.663	874.539	834.176	886.671	961.182
Total	3.479.721	3.606.912	3.656.110	3.747.694	3.837.433	3.966.930	4.063.918	4.403.542	4.795.447
Variação	-1,3%	3,7%	1,4%	2,5%	2,4%	3,4%	2,4%	8,4%	8,9%

Mercado Cativo em MWh

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial Convencional	1.068.842	1.166.417	1.245.229	1.242.223	1.219.652	1.194.489	1.179.957	1.256.610	1.359.583
Residencial Baixa Renda	236.195	225.756	187.945	196.010	335.388	409.885	493.798	597.258	709.201
Industrial	535.000	402.410	246.300	198.978	143.867	134.195	126.535	116.513	95.193
Comercial	730.449	698.435	689.229	692.430	610.976	665.336	687.831	687.024	655.851
Outros	750.320	814.120	819.575	844.735	868.663	874.539	834.176	883.839	849.696
Total	3.320.806	3.307.138	3.188.278	3.174.377	3.178.547	3.278.445	3.322.298	3.541.245	3.669.524
Variação	-0,4%	-0,4%	-3,6%	-0,4%	0,1%	3,1%	1,3%	6,6%	3,6%

Mercado Livre em MWh

Consumidores	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial Convencional									
Residencial Baixa Renda									
Industrial	139.487	243.520	396.358	473.725	541.305	539.837	567.173	626.532	674.111
Comercial	19.428	56.254	71.473	99.592	117.581	148.649	174.447	232.934	340.326
Outros								2.831	111.486
Total	158.915	299.774	467.831	573.317	658.886	688.485	741.620	862.297	1.125.923
Variação	-7,5%	88,6%	56,1%	22,5%	14,9%	4,5%	7,7%	16,3%	30,6%

Comportamento do mercado: A energia distribuída cresceu (391GWh ou 8,9%), comparando 2024 em relação a 2023. O volume de energia consumida (cativa) cresceu 3,6% em relação ao ano de 2023, sendo os maiores aumentos localizados nas classes residencial (214,9GWh ou 11,6%) e poder público (22,7GWh ou 10,4%); a maior queda ocorreu no serviço público (57,6GWh ou -24,2%). O volume de energia faturada (cativa + livre) cresceu (6,3%), em relação ao ano de 2023, sendo os maiores aumentos localizados nas classes residencial (141,5GWh ou 8,1%), rural (35,7GWh ou 22,3%), comercial (29,6GWh ou 3,7%) e industrial (25,6GWh ou 3,5%) as demais classes somam (31,5GWh ou 4,5%).

Balanço energético:

Balanço Energético	1 4T23	4T24	(24/23)	12M23	12M24	(24/23)
ALAGOAS						
Sistema interligado	1.344.385	1.355.715	0,8%	5.113.616	5.270.196	3,1%
Energia injetada pela Geração Distribuída	105.397	179.815	70,6%	310.328	522.271	68,3%
Energia injetada	**1.449.782**	**1.535.530**	**5,9%**	**5.423.944**	**5.792.467**	**6,8%**
Energia distribuída	1.169.555	1.272.890	8,8%	4.403.542	4.795.447	8,9%
Energia de conexão com outras distribuidoras	4799,285	3317,875	-5,8%	18236,581	17372,469	-2,2%
Perdas totais	**275.428**	**259.322**	**-5,8%**	**1.002.165**	**979.648**	**-2,2%**
Perdas sem Geração Distribuída	246.581	192.062	-22,1%	930.055	825.444	-11,2%

Tarifas: As tarifas médias líquida e bruta de fornecimento de energia elétrica em 2024, atingiram R$ 725,14 e R$ 944,66, representando aumentos de 5,2% para a tarifa média líquida e 5,9% para a tarifa média bruta.

Tarifa Média de Fornecimento (Líquida), em R$/MWH

Classes	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	448	468	547	531	504	544	604	688	720
Industrial	323	405	464	470	502	556	649	784	818
Comercial	405	434	507	513	534	592	663	790	863
Rural	257	290	286	290	303	365	453	565	591
Poder Público	421	449	519	519	544	606	684	790	819
Iluminação Pública	249	282	312	313	359	348	392	449	473
Serviço Público	312	341	393	394	403	461	562	666	706
Próprio	427	458	504	516	563	616	687	792	830
Média Geral	355,37	390,85	487,78	482,68	479,73	523,55	595,11	689,60	725,14
Variação		10,0%	24,8%	-1,0%	-0,6%	9,1%	13,7%	15,9%	5,2%

Tarifa Média de Fornecimento (Bruta), em R$/MWH

Classes	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Residencial	609	637	757	509	764	850	825	909	957
Industrial	373	492	576	481	655	740	831	1.006	1.060
Comercial	591	632	747	526	722	856	922	1.036	1.130
Rural	328	375	435	287	409	488	601	736	775
Poder Público	507	539	639	525	670	750	825	952	987
Iluminação Pública	326	378	412	385	413	476	517	585	623
Serviço Público	349	376	441	453	461	535	632	740	791
Próprio	452	483	541	546	609	664	729	831	871
Média Geral	442,08	488,94	568,34	564,65	594,27	669,80	795,88	891,71	944,66
Variação	-4,1%	10,6%	16,2%	-0,6%	5,2%	12,7%	18,8%	12,0%	5,9%

Gestão dos Negócios: Combate às perdas: Em 2024, a quantidade de energia elétrica requerida pelo sistema da Equatorial Alagoas alcançou o patamar de 5.792 GWh, aumento de 6,5% em relação a 2023, e o faturamento atingiu 4.812 GWh, o que representou aumento de 8,2% na comparação com o ano anterior. Desse modo, as perdas de energia registradas pela Companhia, em 2024, totalizaram 979 GWh, equivalente a 16,9% da energia requerida, implicando redução de 1,6 p.p. do índice de perdas em relação ao fechamento de 2023.

Perdas totais sobre energia injetada (últimos 12 meses)

	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
Perdas 12 meses	18,5%	18,6%	18,2%	17,4%	16,9%
Meta Regulatória	21,3%	21,3%	17,8%	17,8%	17,8%

Perda não técnica sobre o mercado de baixa tensão (últimos 12 meses)

	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
% PNT/BT	15,9%	16,2%	17,5%	15,9%	14,8%
Meta Regulatória	22,0%	22,0%	15,9%	15,9%	15,9%

O ano de 2024 para a Equatorial Alagoas representou a consolidação na melhoria dos processos de combate às perdas na rede elétrica, movimento que já vinha sido observado desde ano anterior, sendo fundamental para a redução das perdas globais dentro da concessão. Com o uso de tecnologias avançadas é possível identificar com precisão os pontos da rede que estão apresentando maiores índices de perda e agir prontamente para solucionar o problema. Com essas medidas, a distribuidora vem conseguindo diminuir suas perdas e melhorar a qualidade do serviço prestado aos consumidores. Além desses fatores, em 2024, a distribuidora conseguiu manter-se abaixo do limite regulatório definido pelo agente regulador (Aneel), mesmo com a finalização da flexibilização existe, ratificando o compromisso com o combate a perdas dentro da concessão. Apresentamos a seguir o resultado das ações realizadas no plano de combate às perdas em 2024: • Regularização de 355 clientes em área de gambiarra, sendo necessária a realização de extensões de redes de média e baixa tensão; • Inspeção de 1,5 mil clientes com fornecimento de energia em média e alta tensão; • Expansão do SMC (Sistema de Medição Centralizada) em 24 mil clientes de baixa tensão; • Recadastramento do parque de Iluminação Pública de 62 municípios; • Inspeção de 106,4 mil clientes com fornecimento de energia elétrica em baixa tensão; • Regularização de 9,7 mil clientes clandestinos em área onde existia rede de energia; • Regularização de 2,6 mil clientes desligados no sistema e auto religados de forma irregular; • Identificação e regularização de 34,9 mil fraudes na medição em unidades consumidoras BT; • Crescimento de 438 medições fiscais novas em transformadores de distribuição para fins de balanço energético. Hoje a Equatorial Alagoas possui 8,4 mil transformadores monitorados para fins de balanço energético, que correspondendo a 60% do seu mercado de baixa tensão, permitindo um direcionamento mais assertivo das suas operações. **DEC e FEC:** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL utiliza alguns índices para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de energia elétrica aos seus consumidores. Os principais são: DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em horas por consumidor por ano) e FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (medido em número de vezes por consumidor por ano). O indicador de qualidade DEC apresentou um amento de 19,6% em relação ao exercício anterior, já o FEC apresentou uma redução de 10%, renovando seu patamar mínimo. O crescimento no DEC é explicado por condições climáticas atípicas no primeiro trimestre de 2024, sobretudo no mês de fevereiro. Houve incidência de fortes chuvas e descargas atmosféricas acima da média para o período. Além dos eventos supracitados, registramos a ocorrência de um Tornado cujos ventos atingiram a máxima de 117km/h e provocou severos danos à rede de Média e Baixa Tensão.

DEC (horas / consumidor / ano) - 12 meses

1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
26,7	23,9	21,6	19,3	17,3	18,5	19,8	23,8	25	23,6	22,6	18,8	17,5	16,2	16,1	16,3	17,3	17,7	18,2	19,5

FEC (horas / consumidor / ano) - 12 meses

1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21	1T22	2T22	3T22	4T22	1T23	2T23	3T23	4T23	1T24	2T24	3T24	4T24
12,4	11,6	11,1	9,6	9,3	9,2	9,3	10,2	10,3	9,7	8,7	7,8	7,2	6,9	7	7,1	7	6,8	6,6	6,4

Assuntos Regulatórios: Em 30 de abril de 2024, por meio da Resolução Homologatória nº 3.326/2024 a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") homologou as tarifas da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. ("Equatorial Alagoas") sendo em média, reajustadas em -3,49% (menos três vírgula quarenta e nove por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora para o período de 3 de maio de 2024 a 2 de maio de 2025. **Relatório de Ações Sociais:** O **Jornada de Segurança**, um dos pilares estruturantes da gestão de segurança do Grupo, continuou sua expansão ao longo de 2024, consolidando uma cultura organizacional voltada para a prevenção de riscos. O programa, que é baseado nos pilares Liderança, Comportamento, População, Capacitação e Fornecedores, tem como objetivo transformar a mentalidade das lideranças e equipes operacionais, promovendo uma atuação cada vez mais proativa na segurança do trabalho. Entre as ações realizadas em 2024, destacam-se: • 20.675 inspeções estáticas (nas bases); • 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo); • Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes; • 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras; • Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas. Paralelamente, o compromisso social da Companhia se fortaleceu com a criação do **Instituto Equatorial**, em julho de 2024. Concebido para ampliar o alcance e a efetividade das iniciativas sociais da Companhia, o Instituto fortalece projetos existentes e abre novas frentes de atuação, com foco em educação, inclusão social e desenvolvimento sustentável. A estruturação do Instituto foi um passo estratégico para consolidar as iniciativas de responsabilidade social do Grupo sob um modelo mais ágil e eficiente. Com CNPJ próprio e atuação no terceiro setor, a entidade permite uma gestão mais flexível dos recursos, facilitando parcerias e o desenvolvimento de projetos de longo prazo. A centralização das ações também trouxe maior governança e transparência, assegurando que os investimentos sociais estejam alinhados às diretrizes de sustentabilidade da Companhia. Desde sua criação, o Instituto Equatorial tem direcionado esforços para enfrentar desafios estruturais nos territórios onde o Grupo atua. Suas iniciativas se organizam em três frentes principais: • **Mobiliza:** Focado na capacitação profissional e no aumento da empregabilidade, promovendo oficinas, cursos profissionalizantes e workshops que auxiliam na inserção de grupos em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho. • **Tecendo Futuros:** Voltado para a educação, com ações que vão desde o combate ao analfabetismo até a melhoria da qualidade do ensino nas escolas públicas. • **Impulsiona:** Direcionado ao empreendedorismo e geração de renda, com programas que oferecem capacitação técnica e capital semente para viabilizar novas oportunidades, garantindo apoio prático para o desenvolvimento econômico local. Para os próximos anos, a meta é expandir suas frentes de atuação, fortalecer parcerias institucionais e aprimorar os mecanismos de avaliação de impacto, garantindo que cada ação contribua para um desenvolvimento dos locais onde o Grupo atua. Além disso, o Grupo Equatorial demonstrou avanços significativos em 2024, com destaque para a obtenção da nota B no questionário do **CDP Clima**, refletindo progressos na gestão de riscos e impactos climáticos, no engajamento da cadeia de valor e na governança. A Companhia também fez avanços no desenvolvimento do Inventário de Resíduos e do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), estruturando processos para aprimorar sistematização e monitoramento. A implementação do PGRS está prevista para 2025, com o objetivo de ampliar a rastreabilidade e garantir a eficácia das medidas adotadas. Atualmente, os materiais utilizados nas operações do Grupo não são provenientes de reciclagem, mas há iniciativas contínuas para otimizar a gestão de resíduos e implementar soluções responsáveis ao longo da cadeia produtiva. Além disso, a Equatorial iniciou um projeto para o consumo de combustível renovável em sua frota administrativa por meio da troca de combustível, de forma que o etanol seja o combustível padrão nos abastecimentos e seja utilizado em detrimento da gasolina e/ou diesel. A iniciativa rendeu à Companhia um aumento de mais de **7600%** no consumo de etanol ao último ano, projeto que continuará a ser implementado em 2025. **Plataforma E+:** A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico. **E+ Comunidade:** O E+ Comunidade busca construir relações de colaboração mútua com a sociedade por meio de diversos projetos sociais. Em 2024, a Equatorial Alagoas aumentou o número de famílias beneficiadas, chegando a um total de 17.614 famílias em 60 municípios percorridos. **E+ Educação:** Uma das principais estratégias de atuação social em que a empresa atua, o programa E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em seu escopo foram realizadas 321 palestras, em 66 municípios, sensibilizando 12.067 alunos a respeito do caminho da energia, consumo consciente e segurança. **Desempenho Econômico-Financeiro: Receita líquida:** Em relação à Receita Líquida, o total registrado no ano foi de R$ 3.110 milhões, apresentando aumento de 47 milhões ou 1,5% em relação a obtida no ano anterior. **Custos e despesas operacionais:** No ano de 2024, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de 1,932 bilhões, crescimento de 12,6% na comparação com 2023. **EBITDA:** Em 2024, o EBITDA foi positivo em R$ 669 milhões, -1,1% inferior ao obtido no ano anterior. **Resultado financeiro:** Em 2024, o resultado financeiro líquido foi negativo em R$ 171 milhões, contra R$ 151 milhões negativos reportados em 2023. **Imposto de Renda e Contribuição Social:** Em 2024, as despesas de IRPJ e CSLL, considerando os incentivos fiscais de R$ 60 milhões, totalizaram R$ 53 milhões negativos um aumento de 51% em relação a 2023 que totalizou R$ 35 milhões. **Lucro líquido:** Em 2024, a Equatorial Alagoas apurou lucro líquido de R$ 314 milhões, 16,7% inferior ao lucro apurado em 2023. **Endividamento:** No fechamento de 2024, o endividamento total consolidado da Companhia, incluindo os encargos, atingiu R$ 1.829 milhões, representando um crescimento de 19,7% em relação ao ano anterior. A alavancagem passou de 2,2x em 2023, para e 2,7x em 2024.

Investimentos:

Investimentos (R$MM)	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Alagoas						
Manutenção de rede	34	31	28	55	106	86
Expansão de rede	75	75	124	193	283	183
Equipamentos e sistemas	2	9	3	3	6	5
Outros	58	82	140	175	176	235
Próprio	**169**	**198**	**294**	**426**	**671**	**508**
PLPT						
Total	**169**	**198**	**294**	**426**	**671**	**508**

Investimentos: Em 2024, os investimentos da Equatorial Alagoas Distribuidora, na qual não temos PLPT, totalizaram R$ 508 milhões, uma redução 24% sobre o investimento realizado em 2023, tendo como destaque outros e expansão de rede de distribuição de energia.

Relacionamento com auditores externos: Em atendimento à Resolução CVM 162/22, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes prestou serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em atendimento ao artigo 27, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Resolução CVM 80/22., os Diretores da Companhia Srs. Fernando Pompeu dos Santos Filho, Diretor-Presidente; Cristiano de Lima Logrado, Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima e Henderson Rovay, declaram que (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) revisaram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 26 de março de 2025 pela Ernst & Young Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Diretoria Executiva: Fernando Pompeu dos Santos Filho - Diretor Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Henderson Rovay - Diretor; Cristiano de Lima Logrado - Diretor.

Conselho de Administração: Augusto Miranda da Paz Júnior - Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor; Sérvio Túlio dos Santos - Presidente; Cícero Vladimir de Abreu Cavalcanti - Conselheiro.

Bruno Pinheiro Macedo Couto - Superintendente de Ativos e Contabilidade - Contador - CRC MA011842-O-3 S-AL.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**52.706**	32.372
Aplicações financeiras	6	**686.086**	209.110
Contas a receber de clientes	7	**712.773**	791.488
Almoxarifado		**16.900**	7.629
Serviços pedidos		**80.349**	60.279
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	**110.344**	–
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	8	–	62.204
Impostos e contribuições a recuperar		**73.572**	63.986
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**51.865**	39.860
Depósitos vinculados	19	**336**	494
Outros créditos a receber	10	**101.631**	77.785
Total do ativo circulante		**1.886.562**	1.345.207
Não circulante			
Contas a receber de clientes	7	**189.191**	166.002
Valores a receber da Parcela A e outros itens financeiros	8	–	16.277
Serviços pedidos		**7.977**	5.650
Impostos e contribuições a recuperar		**68.189**	65.276
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		**9.024**	16.345
Imposto de renda e contribuição social diferido	17.3	**474.404**	513.645
Depósitos vinculados	19	**35.391**	30.429
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	**59.952**	–
Outros créditos a receber	10	**44**	25
Plano de aposentadoria e pensão (Benefício pós-emprego)	26	**4.342**	18.048
Ativo financeiro da concessão	11	**222.315**	206.847
Investimentos		**6.115**	6.598
Intangível	12	**2.109.373**	1.926.060
Ativos de contrato	13	**321.704**	159.934
Direito de uso		**3.230**	821
Total do ativo não circulante		**3.511.251**	3.131.957
Total do ativo		**5.397.813**	4.477.164

Passivo	Notas	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	14	**297.915**	313.912
Fornecedores - Risco sacado	14.1	**9.556**	10.886
Empréstimos e financiamentos	15	**629.144**	59.603
Debêntures	16	**6.217**	6.383
Passivo de arrendamento		**750**	312
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	–	449
Impostos e contribuições a recolher		**75.238**	75.558
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher		**8.437**	29.133
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		**10.745**	9.111
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	**45.903**	–
Contribuição de iluminação pública		**5.704**	12.633
Encargos setoriais		**57.107**	53.049
Participação nos lucros		**10.478**	10.225
Provisões para riscos judiciais	19	**9.420**	11.566
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	–	25
Dividendos a pagar		**63.159**	105.334
Outras contas a pagar		**187.071**	122.225
Total do passivo circulante		**1.416.844**	820.404
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	**1.764.510**	1.480.827
Debêntures	16	**307.545**	302.419
Passivo de arrendamento		**2.578**	586
Instrumentos financeiros derivativos	27.4	–	32.556
Impostos e contribuições a recolher		**2.050**	4.668
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	8	**20.358**	–
Encargos setoriais		**7.742**	7.765
Provisões para riscos judiciais	19	**159.954**	154.071
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	**156.802**	155.147
Benefício pós-emprego	26	**96.377**	99.053
Outras contas a pagar		**28.722**	32.224
Total do passivo não circulante		**2.546.638**	2.269.316
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	**605.780**	605.780
Reserva de capital		**14.008**	13.312
Ajuste de avaliação patrimonial		**(122.910)**	(103.921)
Reservas de lucros		**937.453**	872.273
Total do patrimônio líquido		**1.434.331**	1.387.444
Total do passivo e patrimônio líquido		**5.397.813**	4.477.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

					Reservas de lucros						
	Nota	Capital social	Reserva de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Reserva de lucros a realizar	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		605.780	12.168	(151.184)	12.898	61.794	71.741	484.208	48.700	–	1.146.105
Valor justo das opções de compra - *vesting period*		–	1.144	–	–	–	–	–	–	–	1.144
Resultado abrangente no período											
Resultado *de hedge* e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos		–	–	21.710	–	–	–	–	–	–	21.710
Destinação do lucro											
Constituição da reserva legal		–	–	–	14.907	–	–	–	–	(14.907)	–
Recomposição de incentivos fiscais		–	–	–	–	78.696	–	–	–	(78.696)	–
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	–	–	(70.810)	(70.810)
Dividendos intermediários pagos		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos adicionais propostos 2023		–	–	–	–	–	–	–	156.779	(156.779)	–
Dividendos adicionais distribuídos 2022									(48.700)		(48.700)
Juros sobre o Capital Próprio		–	–	–	–	–	–	–	–	(30.100)	(30.100)
Realização do AIC		–	–	25.553	–	–	–	–	–	(25.553)	–
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	–	–	–	(8.750)	–	–	–	(8.750)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	376.845	376.845
Realização da reserva estatutária de reforço de capital de giro		–	–	–	–	–	–	(16.802)	16.802	–	
Saldos em 31 de dezembro de 2023		605.780	13.312	(103.921)	27.805	140.490	62.991	467.406	173.581	–	1.387.444
Valor justo das opções de compra - *vesting period*	21.3	–	**579**	–	–	–	–	–	–	–	**579**
Valor justo de opção de compra *Matching shares - Vesting period*	21.3		**117**								**117**
Resultado abrangente no período											
Resultado benefício pós-emprego		–	–	**(9.142)**	–	–	–	–	–	–	**(9.142)**
Tributos diferidos sobre benefício pós-emprego				**3.108**							**3.108**
Resultado *de hedge accouting* de fluxo de caixa	27.4	–	–	**(38.214)**	–	–	–	–	–	–	**(38.214)**
Tributos diferidos sobre perdas de instrumentos financeiros	17.2	–	–	**12.993**	–	–	–	–	–	–	**12.993**
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	–	**313.856**	**313.856**
Destinação do lucro											
Reserva legal	21.2	–	–	–	**12.705**	–	–	–	–	**(12.705)**	–
Reserva de incentivos fiscais	21.2	–	–	–	–	**59.752**	–	–	–	**(59.752)**	–
Dividendos mínimos obrigatórios	18	–	–	–	–	–	–	–	–	**(60.349)**	**(60.349)**
Dividendos adicionais distribuídos 2023	18	–	–	–	–	–	–	–	**(173.581)**	–	**(173.581)**
Dividendos adicionais propostos 2024	18	–	–	–	–	–	–	–	**168.784**	**(168.784)**	–
Realização do AIC		–	–	**12.266**	–	–	–	–	–	**(12.266)**	–
Realização da reserva de lucros a realizar		–	–	–	–	–	**(2.480)**	–	–	–	**(2.480)**
Realização da reserva estatutária de reforço de capital de giro		–	–	–	–	–	–	**(39)**	**39**	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**605.780**	**14.008**	**(122.910)**	**40.510**	**200.242**	**60.511**	**467.367**	**168.823**	–	**1.434.331**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	22	**3.109.736**	3.062.974
Energia elétrica comprada para revenda	24	**(1.502.019)**	(1.379.405)
Custo de Construção	23	**(508.374)**	(671.007)
Custo de operação		**(212.142)**	(198.927)
Custos de energia elétrica, construção e operação	23	**(2.222.535)**	(2.249.339)
Lucro bruto		**887.201**	813.635
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	23	**(142.190)**	(92.460)
Despesas gerais e administrativas	23	**(117.746)**	(87.650)
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	23	**(551)**	(23.456)
Outras despesas operacionais, líquidas	23.1	**(88.171)**	(47.035)
Total de despesas operacionais		**(348.658)**	(250.601)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		**538.543**	563.034
Receitas financeiras	25	**357.871**	161.745
Despesas financeiras	25	**(529.271)**	(312.683)
Resultado financeiro, líquido		**(171.400)**	(150.938)
Lucro antes de imposto de renda e da contribuição social		**367.143**	412.096
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17.4	**(1.667)**	(11.807)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.4	**(51.620)**	(23.444)
Impostos sobre o lucro		**(53.287)**	(35.251)
Lucro líquido do exercício		**313.856**	376.845
Lucro por ação básico e diluído - R$			
Ação ordinária		**0,14687**	0,17634
Ação preferencial nominal - A		**0,14687**	0,17633
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais no final do período (em milhares de ações)		**2.137.014**	2.137.014

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		**313.856**	376.845
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado			
Resultados abrangentes *(hedge* e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		**(25.221)**	21.710
Resultados abrangentes *(hedge* e benefícios pós-emprego, líquido de tributos diferidos)		**(25.221)**	21.710
Total resultados abrangentes		**288.635**	398.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	**3.901.017**	3.623.602
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	**(551)**	(23.456)
Receitas de construção	**508.374**	671.007
Outras receitas	**14.119**	36
	4.422.959	4.271.189
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	**(2.010.393)**	(2.050.412)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(257.402)**	(199.120)
Outras despesas	**(114.975)**	(56.146)
	(2.382.770)	(2.305.678)
Valor adicionado bruto	**2.040.189**	1.965.511
Amortização	**(130.861)**	(113.719)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	**1.909.328**	1.851.792
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	**362.867**	167.247
	362.867	167.247
Valor adicionado total a distribuir	**2.272.195**	2.019.039
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	**43.565**	40.986
Benefícios	**21.736**	14.496
FGTS	**6.924**	4.872
	72.225	60.354
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	**699.850**	686.953
Estaduais	**653.986**	579.480
Municipais	**1.006**	899
	1.354.842	1.267.332
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	**451.712**	237.814
Aluguéis	**2.001**	1.825
Outras despesas financeiras	**77.559**	74.869
	531.272	314.508
Remuneração de capitais próprios		
Dividendos, juros sobre capital próprio e lucros retidos	**229.133**	257.689
Lucro líquido do período	**84.723**	119.156
	313.856	376.845
Valor adicionado	**2.272.195**	2.019.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	**313.856**	376.845
Ajustes para:		
Amortização	**130.861**	113.719
Baixa de intangível e financeiro	**9.726**	3.426
Atualização do ativo financeiro	**(3.512)**	(6.049)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	**407.061**	138.496
Baixa de recebíveis incobráveis	**50.420**	11.813
Perdas (ganhos) com instrumentos derivativos	**(202.361)**	56.661
Ajuste a valor presente	**(6.798)**	(5.931)
Rendimentos de aplicações financeiras	**(41.810)**	(35.219)
Benefício pós-emprego	**9.164**	8.665
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**551**	23.456
Provisão e atualização para riscos judiciais	**25.525**	19.687
Provisão e atualização de encargos setoriais	**26.094**	22.685
Valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros	**130.722**	(1.508)
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	**159**	11.392
Imposto de renda e contribuição social correntes	**1.667**	11.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**51.620**	23.444
Provisão para perda de estoque	**540**	–
Encargos de geração distribuída	**(2.091)**	–
Participação de lucros	**12.934**	9.406
Valor justo das opções de compra	**(2.137)**	5.486
	912.191	788.281
Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes		
Contas a receber de clientes	**11.281**	(92.616)
Serviços pedidos	**(12.927)**	26.005
Depósitos judiciais	**4.909**	(2.442)
Almoxarifado	**(9.271)**	17.019
Impostos e contribuições a recuperar	**(11.003)**	(56.695)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	**(4.684)**	(5.711)
Outros créditos a receber	**39.924**	(18.411)
Fornecedores	**(40.059)**	5.633
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	**(32.423)**	(28.742)
Impostos e contribuições a recolher	**784**	3.295
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	**(7.499)**	11.313
Imposto de renda e contribuição social (diferido)	**(9.142)**	–
Valores a pagar de parcela A e outros itens financeiros	**13.995**	8.750
Encargos setoriais	**(31.529)**	(38.445)
Contribuição de iluminação pública	**(6.929)**	(10.109)
Participação nos lucros	**(12.681)**	(11.200)
Benefício pós-emprego	**1.866**	(6.871)
Provisão para riscos judiciais	**(31.501)**	(19.322)
Outras contas a pagar	**2.551**	27.446
Caixa utilizado nas atividades operacionais	**(134.338)**	(191.103)
Rendimentos de aplicações financeiras	**41.810**	35.219
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(14.864)**	(25.789)
Juros pagos	**(163.728)**	(157.490)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**641.071**	449.118
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisições nos ativos de contrato	**(437.473)**	(590.030)
Resgates (Aplicações) de aplicações financeiras	**(476.976)**	87.169
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(914.449)**	(502.861)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	**(49.813)**	(382.832)
Captação de empréstimos e financiamentos	**622.900**	444.750
Amortização de debêntures	**(411)**	–
Captação de debêntures	–	–
Amortização do passivo de arrendamento	**(379)**	(173)
Dividendos pagos	**(278.585)**	(117.992)
Dividendos intermediários pagos	–	–
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	**293.712**	(56.247)
Redução em caixa e equivalentes de caixa	**20.334**	(109.990)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**32.372**	142.362
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**52.706**	32.372
Redução em caixa e equivalentes de caixa	**20.334**	(109.990)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis - 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Equatorial Alagoas Distribuidora Energia S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Alagoas"), sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na avenida Fernandes Lima, 3349, bairro Gruta de Lourdes, na cidade Maceió, Estado de Alagoas, controlada pela Equatorial S.A. ("Controladora"). A Companhia é a concessionária do serviço público de distribuição de energia elétrica e atividades associadas ao serviço de energia elétrica naquele Estado, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade na área de concessão que abrange todo o estado de Alagoas com 27.848 km²(*), atendendo, em 31 de dezembro de 2024, 1.394.549 (*) consumidores sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). (*) referente ao total de consumidores considerando os mercados cativo e livre. Informação não auditada. **1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:** Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 07/2001, firmado com a ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, a Companhia detinha concessão para distribuição de energia elétrica em todo o território do estado de Alagoas, cuja vigência se encerrou em 07 de julho de 2015. Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos e passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. A partir de então, a Companhia passou a operar como prestadora de serviço de distribuição de energia elétrica designada, conforme Portaria nº 388/2016 do MME. Neste período, a Companhia foi gerida pela Eletrobrás (o antigo controlador) e, para manutenção das suas atividades, recebeu recursos do fundo Reserva Global de Reversão (RGR).Em 19 de março de 2019, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 002/2019 - ANEEL, com interveniência e anuência da Equatorial S.A., como acionista controlador, cujo prazo da concessão é de 30 anos, com vigência até 18 de março de 2049, podendo ser renovado por igual período a critério do poder concedente. **1.2 Reforma tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil. A reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal. Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar. Dessa forma, até 31 de dezembro de 2024, não há impactos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições forem estabelecidas. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do

continua

continuação

EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 12.272.084/0001-00

Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. As demonstrações contábeis apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 26 de março de 2025. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos. **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes conversão são geralmente reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. **2.4 Julgamentos sobre premissas e estimativas: 2.4.1 Julgamentos e estimativas:** Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinar valores que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópicos	Notas explicativas	Descrição
Geração Distribuída	4.5	Crédito a restituir ao consumidor referente ao saldo injetado e não consumido multiplicado pelo preço médio de compra de energia.
Contas a receber de clientes	7	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia consumida, porém não faturada.
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	7.2	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável.
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	8	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens.
Ativo financeiro da concessão	11	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão.
Intangível	12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão.
Ativos de contrato	13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão.
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	17	Julgamento sobre o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.
Provisão para riscos judiciais	19	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas por meio da avaliação da probabilidade de perda.
Transações de pagamento baseado em ações	21.3	Probabilidade de exercício de opções.
Receita operacional líquida	22	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de *performance*, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção.
Benefício pós-emprego	26	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego.
Instrumentos financeiros e Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	27	Julgamento de definição do método de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros.

2.4.2 Mensuração do valor justo: A Companhia mensura instrumentos financeiros como ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPCs, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração; • **Nível 2:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • **Nível 3:** técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto do possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislação, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia reconhece, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27.3 - Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.19 - Principais mudanças nas políticas contábeis. **3.1 Receita operacional: 3.1.1 Reconhecimento de receita operacional:** A Companhia reconhece as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente. A receita é reconhecida à medida que o cliente obtém o controle do serviço de energia elétrica contratado, ou seja, quando consome a energia. A Companhia reconhece receita das principais fontes de receita a seguir: **(a) Receita de distribuição:** O faturamento e respectivo reconhecimento da receita de distribuição de energia elétrica são efetuados mensalmente de acordo com o calendário de leitura, considerando a quantidade de energia utilizada pelo cliente e a tarifa de energia vigente. Além disso, a Companhia reconhece a receita não faturada, que corresponde ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, que é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. As receitas de distribuição são classificadas como: (i) fornecimento de energia elétrica para o consumidor; e (ii) energia elétrica no mercado de curto prazo. A receita é mensurada com base na contraprestação, precificada no contrato com o cliente, recebida ou a receber, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares. **(b) Receita pela disponibilidade - uso da rede elétrica:** A Companhia reconhece receita pela disponibilidade da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes livres e cativos. Tal receita é calculada conforme Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) definida pela ANEEL. **(c) Receita de construção:** A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção é nula, considerando que: (i) o modelo tarifário não prevê margem de lucro para atividade de construção da infraestrutura; (ii) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (iii) as construções são realizadas substancialmente por meio de serviços de terceiros; e (iv) não há previsão de ganhos em construção nos planos da Administração da Companhia. **(d) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizáveis:** A receita de remuneração dos ativos regulatórios é reconhecida conforme o método dos juros efetivos, considerando a taxa regulatória estabelecida pela ANEEL, baseada no WACC regulatório (Custo Médio Ponderado de Capital) e registrada no grupo de receita líquida. Adicionalmente, também há receita advinda da atualização do ativo financeiro pela variação do IPCA. Este índice é utilizado para que o ativo financeiro melhor reflita o VNR (valor novo de reposição) na data de uma possível indenização da estrutura da concessão por parte do poder concedente, conforme descrito na nota 3.3. Ativo financeiro da concessão (ativo indenizável). **3.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. O saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e Financiamentos" no passivo circulante. **3.3 Ativo financeiro de concessão (ativo indenizável):** O Contrato de Concessão, celebrados entre a União (poder concedente - outorgante) e a Companhia (concessionária - operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, em que: • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão; • Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e • O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: • Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (VNR), classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. O VNR é determinado de acordo com a legislação que prevê os custos necessários para a substituição completa de um ativo por outro que tenham a mesma funcionalidade, qualidade de serviço e a mesma capacidade que o ativo existente, mensurado pelo valor justo por meio do resultado; e • Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com a reavaliação do bem, classificada como um ativo intangível, em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, através do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo financeiro e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. De acordo com a Lei nº 12.783/2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR. Base de Remuneração Regulatória (BRR), que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia das distribuidoras. Bem como, é reconhecida a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), uma expectativa de glosas baseada na experiência da Administração e no histórico de glosas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo. A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, conforme OCPC 05 - Contratos de Concessão. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção ou melhorias prestadas. Caso a Companhia seja ressarcida pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. Não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de gestão para o ativo financeiro. **3.4 Ativos intangíveis: 3.4.1 Contratos de concessão de serviços e custos subsequentes:** A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Em conformidade com o CPC 04, um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhoria em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **3.4.2 Obrigações especiais:** Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013. **3.4.3 Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04. A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do período da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador. **3.5 Ativos de contrato:** Os ativos de contrato são direitos à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (ICPC 01), devem ser classificados como ativo de contrato em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos, ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização) e, consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão. Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição. **3.6 Custos de empréstimos:** Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 (Custo de Empréstimos). Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o período de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. **3.7 Valores a receber (devolver) de Parcela A e outros itens financeiros:** As tarifas de energia elétrica, conforme modelo tarifário em vigor, devem considerar uma receita suficiente de modo a garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, conforme estabelecido pela Lei nº 8.987/1995. Nesse sentido, as distribuidoras de energia elétrica estão autorizadas a cobrar de seus consumidores: (i) reajuste tarifário anual e (ii) a cada ciclo, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B, e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas: • Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. Essas diferenças são registradas pelo regime de competência com base na melhor estimativa com receita, através de um ativo setorial ou de uma redução do ativo financeiro no caso de passivo setorial. Esses valores serão efetivamente liquidados no próximo período tarifário (quando do efetivo repasse à tarifa) ou, em caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, com a existência de saldos apurados que ainda não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista. Esta liquidação é apenas financeira, já que o efeito no resultado do exercício já foi reconhecido pelo regime de competência. **3.8 Subvenção e assistência governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. **(a) Benefícios fiscais:** Em 7 de julho de 2023, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) emitiu o Laudo Constitutivo nº 0091/2023, que outorga à Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. o direito a redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2023 até 2032. **(b) Benefícios pelo reinvestimento:** São decorrentes de benefício fiscal instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997, e Medida Provisória nº 2.199/2014, que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo, considerados prioritários conforme Decreto nº 4.213/2002, que estejam em operação na área da SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os valores são recolhidos ao Banco do Nordeste (BNB) e podem ser utilizados no ressarcimento de despesas já realizadas ou a realizar a título do reinvestimento. **3.9 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, há compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia a probabilidade de aceitação de tratamentos tributários incertos. Se concluído que é provável não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024, no que diz respeito às incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro, a Companhia efetuou as avaliações e concluiu que é mais provável do que não que os tratamentos fiscais serão aceitos pelas autoridades fiscais. **3.9.1 Imposto de renda e contribuição social corrente:** O imposto de renda e contribuição social corrente são calculados sobre o lucro tributável do exercício acrescidos de eventuais ajustes de exercícios anteriores. O montante dos tributos corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo mensurado pela melhor estimativa do valor esperado a receber ou a recuperar. A mensuração é realizada com base nas alíquotas vigentes na data do balanço. A Companhia compensa os ativos e passivos fiscais correntes se: • Tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e • Pretender liquidar o passivo e realizar o ativo simultaneamente. **3.9.2 Imposto de renda e contribuição social diferido:** Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre os saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas e sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis constantes nas demonstrações contábeis e os montantes apurados conforme os critérios fiscais previstos na legislação tributária. Um ativo fiscal diferido é reconhecido na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão realizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, serão considerados, com base nos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de balanço e reduzido na medida em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas taxas vigentes até a data do balanço. **3.10 Benefícios a empregados: 3.10.1 Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.10.2 Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados, conforme as orientações do CPC 33 - Benefícios a Empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. Essa abordagem reflete a prudência contábil, garantindo que os ativos sejam reconhecidos quando há uma expectativa de benefício econômico futuro. **3.10.3 Planos de benefício definido:** A obrigação líquida da Companhia para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão por ser membros participantes do Plano de Benefício Definido patrocinado pela Companhia. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo/ativo de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo/ativo de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre. **3.10.4 Transações de pagamento baseado em ações:** A Equatorial S.A. (controladora direta da Companhia) concede plano de pagamento baseado em ações a executivos alocados na Companhia. A Companhia reconhece os produtos ou os serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações quando ela obtiver os produtos ou à medida que receber os serviços. Em contrapartida, a Companhia reconhece o correspondente aumento do patrimônio líquido se os produtos ou serviços forem recebidos em transação com pagamento baseado em ações liquidada em instrumentos patrimoniais, ou um passivo financeiro, correspondente ao pagamento baseado em ações liquidado em caixa (ou com outros ativos). O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseados em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido ou passivo, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que realmente atendem às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (*vesting date*). Em situações em que os títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a serem recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data da outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado no término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado. **3.11 Capital social: 3.11.1 Ações ordinárias:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa. **3.11.2 Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro do patrimônio líquido na data da sua aprovação pelos acionistas da Companhia. **3.12 Distribuição de dividendos:** A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado anual sejam distribuídos a título de dividendos obrigatórios. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários. A Companhia registra um passivo equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendo adicional” no patrimônio líquido. Dividendo adicional ao mínimo obrigatório por lei, contido em proposta da administração efetuada antes da data do balanço patrimonial deve ser mantido no patrimônio líquido em conta específica chamada de “dividendo adicional proposto”. Caso a proposição seja realizada após a data do balanço e antes da data de emissão das demonstrações contábeis, tal fato deve ser mencionado no tópico de eventos subsequentes. **3.13 Instrumentos financeiros: 3.13.1 Ativos financeiros: (a) Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração:** Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, conforme orientações do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita para cada investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. • A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.13.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. A Companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait, etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da Companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **3.13.3 Desreconhecimento: (a) Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **(b) Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **3.13.4 Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.13.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:** A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. A Companhia não possui derivativos embutidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido abaixo. **(a) *Hedge* de fluxo de caixa:** Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia formalmente designa e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*. Para maiores informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia avalia se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota explicativa nº27.5 c - Risco de mercado. **3.14 Redução ao valor recuperável (*impairment*): 3.14.1 Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativo de contrato. A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial; ou • As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento; e • Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia elaborou um estudo que presume o tempo em que o risco de crédito de um ativo financeiro aumenta significativamente se este estiver em atraso. Nota explicativa nº 27.5.g - Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) para maiores detalhes. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); • As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro; e • As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **3.14.2 Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que a Companhia já reconhece como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização. **3.14.2.1 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas:** A Companhia adota a prática de estimativa de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), avaliando o risco de crédito dos valores a receber por faixa de atraso. Essa avaliação considera a mediana do percentual de não recebimento referente a cada faixa de atraso, apurada sobre o histórico de recebimento de 5 anos e sobre um faturamento de 24 meses obtidos no ano anterior ao primeiro ano do histórico de recebimento, com atualizações. A metodologia utilizada estabelece um percentual de estimativa das perdas esperadas para cada *aging list*, refletindo a experiência histórica de perdas de crédito da Companhia. A estimativa é demonstrada em uma matriz de provisão, que resulta do estudo do comportamento de pagamento das faturas de energia elétrica e do percentual de inadimplência dos parcelamentos de forma coletiva. Além disso, essa estimativa é ajustada para fatores prospectivos específicos, tanto para os consumidores inadimplentes quanto para o ambiente econômico, garantindo que os dados utilizados sejam relevantes e atualizados, conforme nota explicativa nº 27.5.a.ii. Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. Para os parcelamentos relevantes, a Companhia adota uma avaliação individual referente ao risco de crédito desde que são previstas no termo de confissão de dívida as garantias de liquidação dos títulos mensalmente. A Companhia entende que para as negociações com garantias de recebimento previstas, o risco de crédito é menor que o risco de crédito de título sem garantia de recebimento previsto nos termos. Para isso, a Companhia adota uma governança das negociações relevantes realizadas junto a alta administração para deliberação. Para o reconhecimento de perdas efetivas, a Companhia baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro que não tenha expectativa razoável de liquidação em sua totalidade ou em parte, sendo os títulos vencidos acima de 5 anos baixados em sua integridade. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **3.14.3 Ativos não financeiros:** A Companhia possui uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. Adicionalmente, a Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia concluiu que não há indicativos de perda ao valor recuperável *(impairment)* nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente. **3.15 Ajuste a valor presente (AVP): 3.15.1 Parcelamentos de contas a receber:** A Companhia utilizou a taxa média de 8,41% como taxa de desconto, que reflete juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados à transação, levando-se em consideração, ainda, as taxas de mercado praticadas na data inicial da transação, para cálculo do ajuste a valor presente do total dos parcelamentos, em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a valor presente. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apurou os parcelamentos ajustados a valor presente em montante inferior ao saldo total do contas a receber, acrescido de juros futuros, dessa forma, como resultado do cálculo, a Administração concluiu sobre a não necessidade de reconhecimento de AVP. **3.15.2 Outros ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo, são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **3.16 Provisões para riscos judiciais:** As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.17 Demonstração do valor adicionado (DVA):** A Companhia elaborou a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil. **3.18 Questões climáticas:** A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A administração monitora de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são: • Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas. • Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. A Companhia monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa. **3.19 Principais mudanças nas políticas contábeis: 3.19.1 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 26 (R1)/ IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante, onde o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas covenants cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024
CPC 06 (R2)/ IFRS 16: Arrendamentos	Especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (Sale and Leaseback) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024
CPC 3 (R2)/ IAS 7: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação de operações de risco sacado que envolvem as entidades e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação visam auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1): Demonstração do Valor Adicionado	A Resolução CVM nª 199, esclarece determinados critérios para elaboração e apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), cujo objetivo principal é elucidar requisitos normativos e, por consequência, reduzir a abrangência de práticas contábeis adotadas na elaboração da DVA pelas Companhias brasileiras.	01/01/2024

A Companhia avaliou as emendas e normativos acima e não identificou impactos significativos em suas demonstrações contábeis. **3.19.2 Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2025:**

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	Estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis.	01/01/2025
CPC 02/IAS 21: Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	01/01/2025
CPC 48/IFRS 9 e CPC 40 (R1)/ IFRS 7: Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01 (IFRS S1): Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02 (IFRS S2): Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa, alinhando-se aos padrões internacionais estabelecidos pelo IFRS S1 e IFRS S2. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas - operacionais, de investimento e de financiamento - para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das Companhias. A IFRS 18 também exige que as Companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis.	01/01/2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	01/01/2027

A Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos acimas e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **4. Assuntos regulatórios: 4.1 Bandeiras tarifárias:** Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), o sistema atravessou um período de redução acentuada nos níveis dos reservatórios, com início em julho de 2012 e término em novembro de 2021, com duração de 113 meses retornando ao aumento dos reservatórios a partir de então. Em 2024, as condições foram favoráveis com previsão de continuidade no ano de 2025. A tabela a seguir demonstra as bandeiras tarifárias que vigoraram em 2024 e 2023:

	Cor da bandeira	
	2024	2023
Janeiro	Verde	Verde
Fevereiro	Verde	Verde
Março	Verde	Verde
Abril	Verde	Verde
Maio	Verde	Verde
Junho	Verde	Verde
Julho	Amarela	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Vermelha 1	Verde
Outubro	Vermelha 2	Verde
Novembro	Amarela	Verde
Dezembro	Verde	Verde

4.2 Sobrecontratação de energia: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de leilões regulados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica, conforme estabelecido no Decreto nº 5.163/2004. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia participou dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Existente e Energia Nova, conforme previsto na Resolução Normativa nº 1.009/2022, para adequar seu portfólio contratual para o nível regulatório de cobertura contratual.

continua

continuação

EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 12.272.084/0001-00

Ressaltamos que tais mecanismos estão previstos nos procedimentos de comercialização, podendo a distribuidora declarar déficit ou sobras de energias dos seus contratos de compra de energia do ambiente regulado (CCEARs). A Companhia está com um nível de cobertura contratual de 106,56% em 31 de dezembro de 2024 (105,77% em 31 de dezembro de 2023). A sobrecontratação acima dos 105,00% pode gerar perda financeira. Quando considerada a sobrecontratação involuntária a cobertura contratual fica dentro do nível regulatório abaixo dos 105%. **4.3 Revisão Tarifária Periódica (RTP) 2024:** A cada cinco anos, no mês de outubro, a ANEEL apura o novo índice do reajuste tarifário da Companhia para recompor a Parcela B. Neste processo também é feita a adequação de suas despesas da Parcela A (custo não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). As tarifas de aplicação da Companhia, constantes da Resolução Homologatória nº 3326, de 30 de Abril de 2024, foram reajustadas, em média, (3,49%) correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora. Neste processo, a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA) contabilizadas pela Companhia são validadas, devendo ser feita a baixa das apuradas entre o valor apurado pela Companhia e o concedido pela ANEEL no mesmo período. A apuração das diferenças desses diversos pontos é chamada de efeito do reajuste na Companhia. **4.4 Encargos regulatórios:** A receita de prestação de serviços de distribuição está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • **Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)** - Percentuais mínimos a aplicar, estabelecidos pela Lei nº 9.991/2000, alterada pela Lei nº 14.514/2022 (P&D e PEE) e a recolher (Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME), Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL) e Conta de desenvolvimento energético (CDE)), da tabela a seguir:

De 01/01/2024 até 31/12/2025						
P&D (% da ROL)				PEE (% da ROL)		
P&D/ANEEL	CDE	FNDCT	MME	PEE/ANEEL	CDE	PROCEL
0,14 a 0,2	até 0,06	0,2	0,1	0,28 a 0,4	até 0,12	0,1

• Conta de desenvolvimento energético (CDE); • Encargo de serviços do sistema (ESS); e • Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica (TFSEE). A receita já está apresentada líquida desses encargos na demonstração do resultado. Nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros, para mais detalhes. **4.5 Marco Legal - Geração Distribuída:** A Resolução Normativa ANEEL nº 1.059, de 07 de fevereiro de 2023, que regulamenta a Lei 14.300/2022, foi considerada o marco legal da Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), sistema em que os consumidores geram sua própria energia elétrica, geralmente por meio de painéis solares ou pequenas turbinas eólicas. A Resolução abrange, entre outros, procedimentos relacionados à cobrança pelo uso da rede de distribuição e ao prazo para que a distribuidora realize as obras de conexão dos sistemas. A Resolução Homologatória nº 3.169, de 29 de dezembro de 2022, definiu os percentuais de redução, por distribuidora, a serem aplicados na Tarifa de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e na Tarifa de Energia (TE). Esses percentuais são utilizados para estabelecer a tarifa de aplicação no faturamento do consumo associado ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE). A Companhia possui em sua carteira de clientes unidades consumidoras classificadas como MMGD. A Resolução Normativa ANEEL nº 1.000/2021 define o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) como um arranjo no qual a energia ativa injetada por uma unidade consumidora com MMGD é cedida à distribuidora local a título de empréstimo gratuito. Posteriormente, essa energia é compensada com o consumo da mesma unidade ou de outras unidades consumidoras. Quando a energia gerada em determinado mês é superior à quantidade necessária para abater o consumo naquele período, o consumidor acumula um excedente de energia, que é registrado como um crédito a ser compensado em futuras faturas. Esse crédito é considerado um passivo a restituir ao consumidor, calculado com base no saldo injetado e não consumido multiplicado pelo preço médio de compra de energia da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	**9.158**	27.322
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	**1.443**	1.470
Fundo de investimento		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB (b)	**1.686**	24
Operações compromissadas (b)	**40.419**	203
Fundo de investimento aberto	–	3.353
Subtotal de equivalentes de caixa	**43.548**	5.050
Total	**52.706**	32.372

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito. Tais aplicações estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, são ativos financeiros com liquidez imediata classificados como equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa; e (b) A variação no exercício decorre do ingresso de recursos para atender a necessidade de capital de giro, conforme nota explicativa nº 15.3 - Ingressos. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 98,79% do CDI (93,19% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

6. Aplicações financeiras:

	2024	2023
Circulante		
Fundos de investimentos (a)		
Cotas de fundos de investimentos (b)	**588.316**	201.085
Cotas de fundos de investimento FIDC (c)	**3.948**	660
Títulos públicos	**66.438**	504
Letra financeira	**19.741**	295
Fundo Aberto (d)	**444**	–
Recursos vinculados (e)	**7.199**	6.566
Total das aplicações financeiras	**686.086**	209.110

(a) Os Fundos de Investimentos representam operações de baixo risco em instituições financeiras de primeira linha e são compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures e CDBs, de acordo com a norma de aplicações da Companhia. Adicionalmente, a carteira de aplicações contém fundos, que são investimentos em cotas (FIC), administrados por instituições financeiras responsáveis por alocar os recursos em cotas de diversos fundos abertos. Logo, a Companhia não possui gestão e controle direto, tampouco participação relevante nesses fundos abertos (limite máximo de 10% do PL) conforme CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas; (b) A variação no exercício decorre das captações realizadas recurso para atender a compromissos de caixa, substancialmente, amortização de empréstimos e financiamentos conforme demonstrados na nota explicativa nº 15.2 - Movimentação de empréstimos e financiamentos; (c) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), sendo parte de seus recursos utilizados na operação de antecipação de títulos a pagar a fornecedores da Companhia, conforme descrito na nota explicativa nº 14.1 Fornecedores - Risco sacado; (d) Os fundos de investimentos abertos são compostos por ativos como operações compromissadas, títulos públicos, CDBs, depósitos a prazo e outros títulos de instrumentos financeiros; e (e) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso. A carteira da Companhia é remunerada pela variação do CDI, logo, a rentabilidade média ponderada da carteira, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, equivale a 99,00% do CDI (101,59% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber de clientes: 7.1 Composição dos saldos:

	2024	Vencidos			2023	Vencidos		
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	90.592	61.429	117.026	269.047	98.420	61.014	205.319	364.753
Industrial	20.728	2.354	5.021	28.103	25.007	2.025	13.145	40.177
Comercial	55.371	10.449	49.833	115.653	63.348	13.186	78.677	155.211
Rural	13.729	2.808	7.573	24.110	16.853	3.842	15.229	35.924
Poder público	19.021	18.926	35.816	73.763	18.561	17.949	42.967	79.477
Iluminação pública	15.207	2.577	34.355	52.139	13.008	1.770	48.275	63.053
Serviço público	16.299	4.260	19.876	40.435	15.103	16.370	38.770	70.243
Contas a receber de consumidores faturados	230.947	102.803	269.500	603.250	250.300	116.156	442.382	808.838
Residencial	34.211	2.744	40.783	77.738	42.159	3.495	55.067	100.721
Industrial	40.532	60	1.259	41.851	40.622	67	6.018	46.707
Comercial	189.584	758	17.721	208.063	201.552	4.213	19.877	225.642
Rural	2.429	142	1.634	4.205	2.548	130	3.443	6.121
Poder público	46.700	1.313	19.545	67.558	42.786	1.663	42.216	86.665
Iluminação pública	9.083	26	659	9.768	6.324	60	608	6.992
Serviço público	13.991	82	1.084	15.157	358	60	3.364	3.782
Parcelamentos (a)	336.530	5.125	82.685	424.340	336.349	9.688	130.593	476.630
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	69.759	–	–	69.759	77.648	–	–	77.648
Baixa renda (c)	35.204	–	–	35.204	31.624	–	–	31.624
Outras	69.427	–	–	69.427	74.820	–	–	74.820
Subtotal bruto	741.867	107.928	352.185	1.201.980	770.741	125.844	572.975	1.469.560
(–) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(69.013)	(12.548)	(218.455)	(300.016)	(96.159)	(16.702)	(399.209)	(512.070)
Total contas a receber de clientes	672.854	95.380	133.730	901.964	674.582	109.142	173.766	957.490
Circulante				712.773				791.488
Não circulante				189.191				166.002

(a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m.. Os valores apresentados no contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R$ 111.262 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 118.060 em 31 de dezembro de 2023), em contrapartida ao resultado financeiro no montante de R$ 6.798, conforme nota explicativa nº 25 - Resultado financeiro; (b) Corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores. Seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura, que em alguns casos sucedem ao período de encerramento contábil; e (c) O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. **7.2 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD):**

	2023	Provisões/ Reversões (b)	Baixas (c)	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(285.427)	**(19.091)**	**147.753**	**(156.765)**
Parcelamentos	(195.865)	**19.498**	**50.502**	**(125.865)**
Contas a receber de consumidores não faturados	(3.215)	**892**	–	**(2.323)**
Outras (a)	(27.563)	**(1.922)**	**14.422**	**(15.063)**
Total	(512.070)	**(623)**	**212.677**	**(300.016)**

	2022	Provisões/ Reversões	Baixas (c)	2023
Contas a receber de consumidores faturados	(270.409)	(23.890)	8.872	(285.427)
Parcelamentos	(188.539)	(7.886)	560	(195.865)
Contas a receber de consumidores não faturados	(1.247)	(1.968)	–	(3.215)
Outras	(28.036)	1.124	(651)	(27.563)
Total	(488.231)	(32.620)	8.781	(512.070)

(a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 456 de 29 de novembro de 2000; (b) A movimentação líquida do exercício, gerou uma provisão, no montante de R$ 623, com impacto no resultado operacional, conforme nota explicativa nº 23 - Custos do serviço e despesas operacionais; e (c) Referente a baixa da PECLD de títulos, que foram efetivamente baixados do contas a receber.

8. Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros:

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	Constituições com efeito caixa	2024
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético	6.248	**(66.857)**	**(2.763)**	**45**	–	–	**(63.327)**
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(1.089)	**52**	**887**	**(98)**	–	–	**(248)**
Rede básica (a)	103.253	**(35.290)**	**(52.629)**	**4.934**	–	–	**20.268**
Compra de energia CVA (b)	(52.384)	**54.828**	**(1.701)**	**(7.267)**	–	–	**(6.524)**
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	17.292	**(14.765)**	**10.172**	**1.825**	–	–	**14.524**
	73.320	**(62.032)**	**(46.034)**	**(561)**	–	–	**(35.307)**
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (d)	91.477	**(34.148)**	**20.951**	**4.541**	–	–	**82.821**
Neutralidade (e)	(20.228)	**24.445**	**(21.544)**	**273**	–	–	**(17.054)**
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(13.593)	**(867)**	**(669)**	**(313)**	–	–	**(15.442)**
Risco hidrológico	(54.674)	–	**(2.179)**	**(2.245)**	–	–	**(59.098)**
Compensação créditos PIS/COFINS (nota explicativa nº 20)	–	–	**25**	–	**(25)**	–	–
CDE Modicidade Tarifária (f)	(31.757)	**13.697**	**25.694**	**(1.520)**	–	**(13.697)**	**(7.583)**
Reposicionamento tarifário - RTD (g)	29.351	**(30.251)**	**23.194**	**900**	–	–	**23.194**
Outros	4.585	**(3.433)**	**(38.408)**	**(238)**	–	**(298)**	**(37.792)**
Total	5.161	**(30.557)**	**7.064**	**1.398**	**(25)**	**(13.995)**	**(30.954)**
	78.481	**(92.589)**	**(38.970)**	**837**	**(25)**	**(13.995)**	**(66.261)**
Circulante							
Valores a receber	**231.866**						**202.278**
Valores a devolver	**(169.662)**						**(248.181)**
Efeito líquido ativo (passivo)	**62.204**						**(45.903)**
Não circulante							
Valores a receber	**53.620**						**28.272**
Valores a devolver	**(37.343)**						**(48.630)**
Efeito líquido ativo (passivo)	**16.277**						**(20.358)**
Efeito líquido total	**78.481**						**(66.261)**

	2022	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	Constituições com efeito caixa	2023
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético	10.666	**(6.000)**	**70**	**1.512**	–	–	**6.248**
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	2.414	**(65)**	**(3.263)**	**(175)**	–	–	**(1.089)**
Rede básica (a)	199.033	**(105.611)**	**(2.052)**	**11.883**	–	–	**103.253**
Compra de energia CVA (b)	(624)	**(2.339)**	**(44.433)**	**(4.988)**	–	–	**(52.384)**
ESS - Encargos do serviço do sistema (c)	26.148	**34.301**	**(44.156)**	**999**	–	–	**17.292**
	237.637	**(79.714)**	**(93.834)**	**9.231**	–	–	**73.320**
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (d)	66.230	**(23.252)**	**42.411**	**6.088**	–	–	**91.477**
Neutralidade	(8.911)	**(3.476)**	**(6.999)**	**(842)**	–	–	**(20.228)**
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(11.893)	**1.973**	**(1.099)**	**(375)**	–	**(2.199)**	**(13.593)**
Risco hidrológico	(55.465)	–	**3.600**	**(2.809)**	–	–	**(54.674)**
Compensação créditos PIS/COFINS (nota explicativa nº 20)	1.046	–	**(1.071)**	–	**25**	–	–
Empréstimo de. Escassez Hídrica (e)	(101.128)	–	**101.128**	–	–	–	–
CDE Modicidade Tarifária (f)	(54.716)	**65.216**	**(27.318)**	**(8.617)**	–	**(6.322)**	**(31.757)**
Reposicionamento tarifário - RTD (g)	–	**27.359**	–	**1.992**	–	–	**29.351**
Outros	12.898	**(22.275)**	**13.889**	**302**	–	**(229)**	**4.585**
Total	(151.939)	**45.545**	**124.541**	**(4.261)**	**25**	**(8.750)**	**5.161**
	85.698	**(34.169)**	**30.707**	**4.970**	**25**	**(8.750)**	**78.481**
Circulante							
Valores a receber	357.288						**231.866**
Valores a devolver	(267.680)						**(169.662)**
Efeito líquido ativo (passivo)	89.608						**62.204**
Não circulante							
Valores a receber	50.147						**53.620**
Valores a devolver	(54.057)						**(37.343)**
Efeito líquido ativo (passivo)	(3.910)						**16.277**
Efeito líquido total	85.698						**78.481**

a) O saldo da CVA (compensação de variação de valores de itens da Parcela A), da Rede Básica, foi afetado pelas seguintes variações: (i) constituição ativa da CVA de Rede Básica de R$ 12.965, devido os custos terem se realizado acima da cobertura tarifária e, pelo efeito negativo do processo tarifário de R$ 48.255, totalizando a movimentação negativa de Constituição de R$ 35.290; (ii) O impacto da amortização negativo para o exercício foi de R$ 52.629, onde R$ 39.368 referem-se ao efeito positivo do processo tarifário; b) O saldo teve como movimentação: (i) as constituições positivas dos custos com efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, gerando uma movimentação no exercício de R$ 91.037, das constituições negativas de R$ 97.693 referentes aos custos com os contratos de energia de leilão, que realizaram valor menor em relação a cobertura tarifária, e pelo efeito positivo do processo tarifário de R$ 61.484 resultando o movimento líquido positivo de R$ 54.828. O impacto da amortização negativa para o exercício foi de R$ 1.701, onde R$ 57.784 referem-se ao efeito negativo do processo tarifário; c) O ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). O Operador Nacional do Sistema (ONS) aciona despachos das térmicas de forma a garantir a segurança energética do sistema. No processo tarifário da Companhia, o valor de previsão desse encargo concedido pela ANEEL foi inferior aos custos efetivamente pagos, com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva, de R$ 14.765, no qual 19.380 negativos seja referente ao efeito do processo tarifário. O impacto da amortização positiva para o exercício foi de R$ 10.172; onde R$ 20.145 referem-se ao efeito positivo do processo tarifário; d) A constituição passiva de R$ 34.148 é resultante da movimentação positiva de R$ 3.145, referente à venda no mercado de curto prazo devido a movimentação da sobrecontratação, a um PLD médio de R$ 111,21/MWh, inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora de R$ 240,74/MWh, onde R$ 37.292 referem-se ao efeito negativo do processo tarifário. O impacto da amortização positiva desse item para o exercício foi de R$ 20.951, onde R$ 57.506 referem-se ao efeito negativo do processo tarifário; e) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No exercício atual, foi constituído um montante positivo de R$ 24.445, onde R$ 42.117 referem-se ao efeito positivo do processo tarifário. Adicionalmente, a amortização de componentes financeiros associados a esses encargos resultou em um impacto negativo de R$ 21.544, onde R$ 43.159 referem-se ao efeito negativo do processo tarifário; f) A Companhia registrou a entrada de recursos no montante de R$ 13.697 conforme Despacho Aneel nº 1.239 de 23 de abril de 2024, que fixou os valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético- CDE referentes aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, até 30 de abril de 2024. Esse aporte se alinha à política de Modicidade Tarifária, viabilizada pelo repasse de recursos do Fundo da CDE. O objetivo primordial é mitigar o impacto dos custos de energia elétrica para os consumidores finais, promovendo condições mais favoráveis nas tarifas de energia. A política de Modicidade Tarifária da CDE é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade econômico-financeira do setor elétrico e para a proteção do consumidor, garantindo a equidade na distribuição dos encargos setoriais e a moderação das tarifas de energia. O impacto da amortização positiva do componente financeiro desse item, para o exercício, foi de R$ 25.694, onde R$ 7.503 referem-se ao efeito negativo do processo tarifário; e g) Trata-se do reconhecimento da diferença entre tarifas anterior à data de aniversário da concessão e a data de publicação 23 maio de 2023, momento em que a ANEEL publicou resolução homologatória, permitindo a cobrança da atualização das tarifas que foi postergada. O impacto da amortização positiva do componente financeiro desse item para o exercício foi de R$ 23.194, onde R$ 30.296 referem-se ao efeito positivo do processo tarifário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu o montante de R$ 41.025 (R$ 10.258 em 31 de dezembro de 2023) de bandeira tarifária, sendo que R$ 37.452 (R$ 153 negativos em 31 de dezembro de 2023) obtidos por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes e R$ 3.573 (R$ 10.411 em 31 de dezembro de 2023) recebido via CCRBT. A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE. **9. Partes relacionadas,:** A Companhia possui transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2024 Ativo (Passivo)	2024 Efeito no resultado Receita (Despesa)	2023 Ativo (Passivo)	2023 Efeito no resultado Receita (Despesa)
Contas a receber de clientes					
Associação para Assinatura de Energia	**(m)**	**88**	–	–	–
Total		**88**	–	–	–
Outros créditos a receber (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(f)	**76**	–	119	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(f)	**4**	–	33	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(f)	**74**	–	116	–
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(f)	–	–	143	–
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(f)	–			
E-nova Geração Distribuída S.A.	(f)	**5**	**20**	7	7
Total		**159**	**20**	**418**	**7**
Outros créditos a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**1.938**	**5.448**	1.028	5.219
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**2.877**	**7.883**	2.243	7.269
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**1.015**	**3.117**	717	3.639
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(a)	**1.022**	**3.249**	585	2.971
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	**223**	**649**	80	404
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**2.503**	**4.674**	–	–
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(a)	**15**	**40**	10	57
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(a)	**15**	**40**	10	55
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(a)	**19**	**54**	15	83
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(a)	**60**	**132**	24	135
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(a)	**16**	**44**	11	61
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(a)	**17**	**47**	12	69
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(a)	–	–	13	72
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(a)	**31**	**79**	17	95
Integração Transmissora de Energia S.A. (INTESA)	(a)	–	–	16	90
Total		**9.751**	**25.456**	4.781	20.219
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(f)	–	–	(297)	–
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(f)	–	–	(217)	–
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(f)	–	–	(7)	–
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(f)	**(405)**	–	(729)	–
Instituto Equatorial	(g)	–	–	(4.083)	(5.826)
Equatorial Serviços S.A.	(b)	**(4.419)**	**(19.393)**	(5.208)	(15.815)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(c)	**(445)**	**(1.264)**	(211)	(3.249)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(i)	**(57)**	**(656)**	(60)	–
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(i)	**(51)**	**(645)**	(54)	–
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(i)	**(100)**	**(946)**	(110)	–
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(i)	**(180)**	**(1.690)**	(188)	–
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(i)	**(52)**	**(699)**	(87)	–
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(i)	**(103)**	**(970)**	(108)	–
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(i)	–	–	(69)	–
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(i)	**(64)**	**(1.088)**	(94)	–
Equatorial Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(i)	–	–	(59)	–
Controladora direta					
Equatorial S.A.	(i)	–	–	(360)	(360)
Total		**(5.876)**	**(27.351)**	(11.941)	(25.250)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(4.024)**	**(10.968)**	(4.862)	(12.628)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(1.150)**	**(5.070)**	(501)	(5.198)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(422)**	**(1.632)**	(421)	(1.733)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(a)	**(711)**	**(1.808)**	(513)	(2.484)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(a)	**(1.729)**	**(3.074)**	–	–
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(a)	**(162)**	**(472)**	(101)	(324)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(j)	**(5)**	**(11)**	(2)	(5)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(j)	**(8)**	**(21)**	(5)	(16)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(j)	**(4)**	**(8)**	(1)	(2)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(j)	**(81)**	**(293)**	(101)	(277)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(j)	**(5)**	**(11)**	(3)	(6)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(j)	**(3)**	**(6)**	(1)	(2)
Equatorial Transmissora 7 SPE S.A.	(j)	–	–	(7)	(14)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(j)	**(12)**	**(25)**	(5)	(10)
Equatorial Transmissora de Energia S.A.(INTESA)	(j)	–	–	(19)	(40)
Controladora direta					
Equatorial S.A.	(e)	**(2.256)**	**(7.854)**	(2.252)	(7.850)
Entidade é plano de benefício pós-emprego					
Equatorial Energia Fundação de Previdência - EQTPREV	(d)	–	**(1.923)**	–	(1.480)
Total		**(10.572)**	**(33.176)**	(8.794)	(32.069)
Dividendos a pagar (i)					
Controladora direta					
Equatorial S.A.	(j)	**(48.678)**	–	(81.369)	–
Outros tipos de partes relacionadas					
Equatorial Energia Distribuição S.A.	(j)	**(11.938)**	–	(19.978)	–
Outros	(j)	**(2.543)**	–	(3.987)	–
Total		**(63.159)**	–	(105.334)	–

Empresas	Nota	2024 Ativo	2024 Passivo	2023 Ativo	2023 Passivo
Investimentos em serviço - (bens em comodato)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(h)	–	–	205	(205)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(l)	**662**	**(662)**	–	–
Total		**662**	**(662)**	205	(205)

(a) Valores referentes aos contratos de compartilhamento que abrangem os contratos de infraestrutura relacionados ao uso do sistema de transmissão e recursos humanos, após validação de cálculos pelo órgão regulador ANEEL; (b) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado; (c) Os valores com a Equatorial Telecomunicações Ltda. têm como objetivo utilizar a estrutura de distribuição de energia de uso mútuo dos postes para levar o cabeamento de fibra ótica; (d) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar. As condições do plano de previdência da Equatorial Alagoas com a EQTPREV; (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (Contratante) e a Equatorial S.A. (Contratada), com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido; (f) Os valores são provenientes da compra e venda de materiais; (g) Os valores com o Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT) e Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa. Adicionalmente, a Companhia reconheceu despesas de doações realizadas para o instituto, agosto de 2024, no montante de R$ 1.826; (h) Relação de ativos cedidos em comodato no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. para a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, que foram devolvidos em 2024; (i) Valores referem-se a serviços prestados pelas transmissoras de energia, do mesmo grupo econômico da Companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); (j) Valor refere-se à distribuição de dividendos mínimos e adicionais referentes ao exercício de 2024; (k) Saldo referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual a Companhia atua como arrendador e a E-Nova como arrendatária; (l) Relação de ativos cedidos em comodato, da Equatorial Piauí Distribuição de Energia S.A. para à Equatorial Alagoas Distribuição de Energia S.A. de forma não onerosa pelo prazo de 10 (dez) meses conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes; e (m) Os valores com a Associação são provenientes do contrato de uso da rede de energia elétrica da Equatorial Alagoas pelos municípios do Estado do Maranhão; **9.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui o Conselho de Administração, o Presidente e Diretores. A remuneração total foi fixada em até R$ 12.000, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2024 (R$ 12.000 em 26 de abril de 2023). Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possui para suas pessoas-chave da Administração remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho. Os benefícios pós-emprego estão descritos na nota explicativa no 26 - Benefício pós emprego (Entidade de previdência privada) e referem-se aos planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social. Os diretores executivos possuem o benefício de plano de Pagamento Baseado em Ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 21.3 - Plano de opção de compra de ações. Proporção de cada elemento na remuneração total paga, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

	2024	%
Remuneração fixa	**2.873**	**52%**
Salário ou Pró-labore	2.671	48%
Benefícios diretos e indiretos	202	4%
Remuneração variável	**2.246**	**40%**
Benefícios pós emprego	**46**	**1%**
Remuneração baseada em ações	**382**	**7%**
Valor total da remuneração por órgão	**5.547**	**100%**

9.2 Garantias: A Equatorial S.A., controladora direta da Companhia, presta garantia como avalista ou fiadora da Companhia, com ônus (*), nos contratos de financiamentos e sem ônus nas apólices de seguros abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	2024 (a)
BNDES 18/19/20	**284.845**	**100**	**23/12/2019**	**15/10/2039**	**222.219**	**239.012**
BNDES 21/22/23	**491.929**	**100**	**28/01/2021**	**15/05/2040**	**491.429**	**537.759**
Apólice de seguros	**278.421**	**100**	**27/02/2020**	**12/09/2029**	**N/A**	**N/A**
	1.055.195				**713.648**	**776.771**

(a) Os valores atualizados dos financiamentos, estão líquidos do custo de captação. *Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor.

10. Outros créditos a receber:

	2024	2023
Circulante		
Valores a recuperar de empregados	**674**	–
Adiantamento a fornecedores	**4.025**	3.849
Alienação de bens e direitos	**253**	–
Créditos em conta de energia elétrica	**62**	–
Despesas pagas antecipadamente	**545**	–
Subvenção descontos tarifários (a)	**59.379**	–
Sobra física	–	2.648
Partes relacionadas - nota explicativa nº 9	**9.910**	5.199
Uso mútuo de poste	**3.244**	3.688
PECLD Uso mútuo de poste	**(1.862)**	(1.934)
Outros créditos a receber	**25.401**	64.335
Total circulante	**101.631**	77.785
Não circulante		
Despesas pagas antecipada	**38**	–
Outros créditos a receber	**6**	25
Total não circulante	**44**	25
Total outros créditos a receber	**101.675**	77.810

(a) Valores a receber referentes aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 2.420, de 27 de novembro de 2018. O subsídio tarifário CDE, referente à receita de desconto tarifário, apresentou um incremento devido ao aumento de mercado e ao reposicionamento da Parcela A nos processos de reajuste tarifário anual dos anos de 2023 e 2024, conforme as Resoluções Homologatórias da ANEEL nº 3.279, de 17 de outubro de 2023, e nº 3.407, de 15 de outubro de 2024; **11. Ativo financeiro da concessão:** A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	31/12/2023	Atualização do ativo financeiro (a)	Ativo de contrato (b)	Baixas	Reclassificação (c)	31/12/2024
Ativo financeiro	236.316	**3.512**	**28.777**	**(588)**	**(16.233)**	**251.784**
Obrigações especiais	(29.469)	–	–	–	–	**(29.469)**
Total ativo financeiro da concessão	206.847	**3.512**	**28.777**	**(588)**	**(16.233)**	**222.315**

	31/12/2022	Atualização do ativo financeiro (a)	Ativo de contrato (b)	Baixas	Reclassificação	31/12/2023
Ativo financeiro	105.767	6.049	95.031	–	–	206.847
Obrigações especiais	–	–	–	–	–	–
Total ativo financeiro da concessão	105.767	6.049	95.031	–	–	206.847

(a) Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IPCA, por ser este um dos principais critérios de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário; (b) Correspondem às transferências dos ativos de contrato para o ativo financeiro da concessão; e (c) Correspondem às reclassificações do ativo financeiro para o intangível no valor de R$ 16.233, em decorrência do processo de rebifurcação dos ativos, devido a contabilização do laudo de avaliação do processo de revisão tarifaria periódica. A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente. **12. Intangível:** O ativo intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2024 Custo	Amortização	(–) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	4,20	**3.489.965**	**(1.125.311)**	**(255.281)**	**2.109.373**
Total intangível		**3.489.965**	**(1.125.311)**	**(255.281)**	**2.109.373**

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	2023 Custo	Amortização	(–) Obrigações vinculadas à concessão	Valor líquido
Em serviço	3,81%	3.194.349	(1.003.225)	(265.064)	1.926.060
Total intangível		3.194.349	(1.003.225)	(265.064)	1.926.060

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis pela vida útil do bem e limitados à data do contrato de concessão, até março de 2049, conforme ICPC 01(R1) - Contratos de concessão. **12.1 Movimentação do ativo intangível:**

	2023	Adições	Baixas	Transferências ativos de contrato (a)	Reclassificações (c)	Outros (d)	2024
Em serviço	3.194.349	–	**(38.618)**	**317.772**	**16.233**	**229**	**3.489.965**
(–) Amortização	(1.003.225)	**(151.324)**	**29.259**	–	–	**(21)**	**(1.125.311)**
Total em serviço	2.191.124	**(151.324)**	**(9.359)**	**317.772**	**16.233**	**208**	**2.364.654**
Obrigações especiais em serviço (b)	(478.820)	–	219	(11.576)	–	–	**(490.177)**
(–) Amortização	213.756	21.140	–	–	–	–	**234.896**
Total em obrigações especiais	(265.064)	**21.140**	**219**	**(11.576)**	–	–	**(255.281)**
Total	1.926.060	**(130.184)**	**(9.140)**	**306.196**	**16.233**	**208**	**2.109.373**

	2022	Adições	Baixas	Transferências ativos de contrato (a)	Reclassificações (c)	2023
Em serviço	2.516.974	–	(38.315)	715.916	(226)	3.194.349
(–) Amortização	(918.981)	(119.154)	34.889	–	21	(1.003.225)
Total em serviço	1.597.993	(119.154)	(3.426)	715.916	(205)	2.191.124
Obrigações especiais em serviço (b)	(355.644)	–	–	(123.176)	–	(478.820)
(–) Amortização	207.870	5.886	–	–	–	213.756
Total em obrigações especiais	(147.774)	5.886	–	(123.176)	–	(265.064)
Total	1.450.219	(113.268)	(3.426)	592.740	(205)	1.926.060

(a) Correspondem às transferências (bifurcação) de ativos de contrato para o intangível em serviço e ativo financeiro da concessão; (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; (c) Correspondem às reclassificações do ativo financeiro para o intangível; e (d) Reclassificação de bens em comodato. A Companhia avaliou e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023. **13. Ativos de contrato:** A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2023	Adições (c)	Transferências (a) Ativo intangível	Transferências (a) Ativo financeiro	2024
Ativo contratual	164.902	**508.374**	**(317.772)**	**(28.777)**	**326.727**
Obrigações especiais (b)	(4.968)	**(11.631)**	**11.576**	–	**(5.023)**
Total	159.934	**496.743**	**(306.196)**	**(28.777)**	**321.704**

	2022	Adições	Transferências Ativo intangível	Transferências Ativo financeiro	2023
Ativo contratual	304.842	671.007	(715.916)	(95.031)	164.902
Obrigações especiais	(103.865)	(24.279)	123.176	–	(4.968)
Total	200.977	646.728	(592.740)	(95.031)	159.934

(a) Correspondem às transferências de ativos de contrato para o intangível e ativo financeiro em serviço; (b) Obrigações especiais representam, substancialmente, recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica; e (c) O montante de R$ 496.743 (R$ 646.728 em 31 de dezembro de 2023) refere-se às adições líquidas de ativos de contrato reconhecidas no exercício, onde R$ 437.472 impactou o caixa da Companhia, R$ 539 refere-se a provisão para perda de estoques líquidas, conforme nota explicativa nº 23.1 - Outras despesas operacionais, líquidas, e R$ 22.732 refere-se às adições em contrapartida de fornecedores, R$ 34.057 refere-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R$ 3.021 trata-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20(R1) - Custos de empréstimos, ver informações na nota explicativa nº 15.2 - Empréstimos e financiamentos. A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada aos ativos de contrato, pois esses ativos serão remunerados a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, e, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL. **14. Fornecedores:**

	2024	2023
Suprimento de energia elétrica (a)	**133.080**	129.398
Encargos de uso da rede elétrica	**40.281**	37.796
Materiais e serviços (b)	**118.678**	134.777
Partes relacionadas - nota explicativa nº 9	**5.876**	11.941
Total fornecedores	**297.915**	313.912

(a) O saldo de 31 de dezembro de 2024 teve uma movimentação positiva em R$ 3.682 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023, esse aumento se deve aos maiores custos das operações com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE referentes ao efeito disponibilidade, efeito da contratação de cotas de garantia e exposição financeira que são valoradas ao PLD; e (b) A composição deve-se substancialmente às despesas de material e serviço, referentes ao custeio operacional e investimento na área de concessão da Companhia. O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia em prazo médio de até 76 dias (81 dias em 31 de dezembro de 2023). **14.1 Fornecedores - Risco sacado:** Com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, a Companhia autorizou a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, a Companhia realizará o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pela Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. A Companhia não possui influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira. Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). A Companhia disponibiliza ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. A Companhia não possui operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual a Companhia não é parte. A Companhia quita a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de fornecedores - risco sacado é de R$ 9.556 (R$ 10.886 em 31 de dezembro de 2023), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura, e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC. Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R$ 90.195 durante o ano de 2024 (R$ 159.751 em 31 de dezembro de 2023) O prazo médio de pagamentos destes títulos é de 52 dias (52 dias em 31 de dezembro de 2023).

15. Empréstimos e financiamentos: 15.1.1 Composição do saldo:

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	31/12/2024 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira					
Bank of America (a)	CDI + 1,15% a 1,50%	N/A	**257.835**	**108.187**	**366.022**
Santander (a)	CDI + 1,62%	N/A	**4.469**	**323.968**	**328.437**
Citibank (a)	CDI + 1,29%	N/A	**312.129**	–	**312.129**
Scotiabank	CDI + 1,15%	N/A	**2.857**	**557.307**	**560.164**
Total moeda estrangeira US$			**577.290**	**989.462**	**1.566.752**
Moeda nacional					
BNDES	IPCA + 3,93% a 4,43%	Aval/Fiança + Conta reserva + Recebíveis	**51.726**	**725.111**	**776.837**
Santander	CDI + 1,62%	N/A	**132**	**50.000**	**50.132**
Subtotal			**51.858**	**775.111**	**826.969**
(–) Custo de captação			**(4)**	**(63)**	**(67)**
Total moeda nacional			**51.854**	**775.048**	**826.902**
Total empréstimos e financiamentos			**629.144**	**1.764.510**	**2.393.654**

	Custo da dívida (% a.a.)	Garantias	31/12/2023 Principal e encargos Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira					
Bank of America	CDI + 1,15% a 1,50%	N/A	4.306	195.571	199.877
Santander	CDI + 1,62%	N/A	3.040	253.287	256.327
Citibank	CDI + 1,29%	N/A	2.342	242.065	244.407
Total moeda estrangeira US$			9.688	690.923	700.611
Moeda nacional					
BNDES	IPCA + 3,93% a 4,43%	Aval/Fiança + Conta reserva + Recebíveis	49.890	739.971	789.861
Santander	CDI + 1,62%	N/A	29	50.000	50.029
Subtotal			49.919	789.971	839.890
(–) Custo de captação			(4)	(67)	(71)
Total moeda nacional			49.915	789.904	839.819
Total empréstimos e financiamentos			59.603	1.480.827	1.540.430

(a) Considera-se no custo da dívida do Santander, *Bank of America*, *Citibank* e *Scotiabank*, o custo da ponta passiva do *swap*. Para mais detalhes, vide nota explicativa nº 27.4 - Instrumentos financeiros derivativos. **15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos:** A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme demonstrada:

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**49.914**	**789.905**	**9.689**	**690.922**	**1.540.430**
Ingressos	–	–	–	**622.900**	**622.900**
Encargos(a)	**38.948**	–	**60.852**	–	**99.800**
Variação monetária e cambial	**11.404**	**25.407**	**80.439**	**155.791**	**273.041**
Transferências	**40.264**	**(40.264)**	**480.151**	**(480.151)**	–
Amortizações de principal	**(49.813)**	–	–	–	**(49.813)**
Pagamentos de juros	**(38.867)**	–	**(53.841)**	–	**(92.708)**
Custo de captação (b)	**4**	–	–	–	**4**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**51.854**	**775.048**	**577.290**	**989.462**	**2.393.654**

	Moeda nacional Passivo circulante	Moeda nacional Passivo não circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo circulante	Moeda estrangeira (US$) Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	186.476	1.001.850	3.179	272.979	1.464.484
Ingressos	–	–	–	444.750	444.750
Encargos	74.438	–	23.536	–	97.974
Variação monetária e cambial	6.884	29.372	–	(26.807)	9.449
Transferências	241.317	(241.317)	–	–	–
Amortizações de principal	(382.832)	–	–	–	(382.832)
Pagamentos de juros	(76.373)	–	(17.026)	–	(93.399)
Custo de captação (b)	4	–	–	–	4
Saldos em 31 de dezembro de 2023	49.914	789.905	9.689	690.922	1.540.430

(a) O montante de R$ 99.800 refere-se a encargos reconhecido no exercício, onde R$ 94.953 impactou o resultado financeiro da Companhia e R$ 3.021 referente à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos. Ver informações na nota explicativa nº 13 - Ativos de contrato; e (b) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

15.3 Ingressos:

Instituição	Ingresso	Data do Ingresso	Pagamento de Juros	Amortização	Destinação de Recursos	Encargo Financeiro (a.a.)	Taxa Efetiva com Derivativo (a.a.)
Bank of America	100.000	Out-24	Anual	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 5,7294%	CDI + 1,15%
Scotiabank	522.900	Nov-24	Bullet	*Bullet*	Capital de Giro	USD + 5.7670%	CDI + 1,15%
Total	622.900						

15.4 Cronograma de amortização da dívida: Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2024 Valor	%
Circulante	**629.144**	26%
2026	**424.620**	18%
2027	**716.145**	30%
2028	**50.652**	2%
2029	**50.652**	2%
De 2030 Até 2040	**522.504**	22%
Subtotal	**1.764.573**	74%
(–) Custo de captação (não circulante)	**(63)**	0%
Não circulante	**1.764.510**	74%
Total	**2.393.654**	100%

15.5 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias fidejussórias, recebíveis, *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia:

Covenants Empréstimos	Santander	NCE Santander	*Bank of America*	*Citibank*	*Scotiabank*
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7

Os indicadores acima, obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cuja apuração é anual, sujeito a relatório de asseguração limitada, que deve ser entregue até 31 de maio do ano subsequente, portanto, após a divulgação das demonstrações contábeis da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos.

16. Debêntures: 16.1 Movimentação das debêntures:

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.383	302.419	308.802
Encargos	**31.533**	–	**31.533**
Transferências	**(323)**	**323**	–
Pagamento de juros	**(31.699)**	–	**(31.699)**
Variação monetária e cambial	–	**5.214**	**5.214**
Custo de captação (a)	**323**	**(411)**	**(88)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**6.217**	**307.545**	**313.762**

continua

→★ continuação

EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 12.272.084/0001-00

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.726	297.444	303.170
Ingressos	35.198	–	35.198
Encargos	(323)	323	–
Transferências	(34.541)	–	(34.541)
Variação monetária e cambial	–	4.652	4.652
Custo de captação (a)	323	–	323
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.383	302.419	308.802

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

16.3 Características das debêntures:

Emissão	Característica	Série	Garantias	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	Passivo circulante (2024)	Passivo não circulante (2024)	Saldo líquido do custo de captação (2024)
1ª	(1)/(3)/(4)	1ª	N/A	200.000	CDI + 1,635% a.a.	out/22	out/27	**5.121**	**200.000**	**205.121**
2ª (a) (b)	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	N/A	100.000	CDI + 0,74% a.a.	out/22	out/34	**1.096**	**107.545**	**108.641**
								6.217	**307.545**	**313.762**

(1) Emissão pública de debênture simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie Quirografária; (5) Debêntures Incentivadas. (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura; e (b) Considera-se no custo da 2ª série, o custo da ponta passiva do *swap*. As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim. **16.4 *Covenants* das debêntures:** As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

***Covenants* debêntures**	**1ª debêntures**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos. **17. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos: 17.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda é calculado com alíquota de 25%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social pela alíquota de 9%, sendo oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração concluiu os estudos de recuperabilidade dos seus créditos fiscais com base em projeções provenientes do seu planejamento estratégico e considera que serão realizados à medida em que as provisões forem realizadas e na realização de eventos futuros, ao longo do período da concessão. Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos, conforme apresentação abaixo:

	2024	2023
Créditos ativos de:		
Prejuízo fiscal	**233.751**	229.983
Base negativa	**99.071**	78.079
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	**60.961**	55.287
PECLD	**15.390**	9.942
Custo de Construção - CPC 47	**193**	192
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	**33**	26
Provisão para participação nos lucros	**1.946**	2.059
Ajuste a valor presente	**15.712**	17.999
Provisão atuarial	**76.191**	72.465
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	**29.045**	29.045
Variação *Swap*	–	11.221
Outras diferenças temporárias	**16.647**	22.972
Total ativo fiscal diferido	**216.118**	221.208
Diferenças temporárias:		
Reversão para perda de estoque	**(3.068)**	(3.252)
Atualização do ativo financeiro VNR	**(13.567)**	(12.373)
Variação SWAP	**(57.901)**	–
Total passivo fiscal diferido	**(74.536)**	(15.625)
Total tributo diferido ativo	**474.404**	513.645

17.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

2024

	2023	Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	Baixas	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízo fiscal	229.983	**6.505**	**–**	**(2.737)**	**233.751**	**233.751**	**–**
Base Negativa de CSLL	78.079	**21.977**	**–**	**(985)**	**99.071**	**99.071**	**–**
Provisão para riscos judiciais	55.287	**5.674**	**–**	**–**	**60.961**	**60.961**	**–**
PECLD	9.942	**5.448**	**–**	**–**	**15.390**	**15.390**	**–**
Provisão para participação nos lucros	2.059	**(113)**	**–**	**–**	**1.946**	**1.946**	**–**
Provisão atuarial	72.465	**618**	**3.108**	**–**	**76.191**	**76.191**	**–**
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	29.045	**–**	**–**	**–**	**29.045**	**29.045**	**–**
Custo de Construção - CPC 47	192	**1**	**–**	**–**	**193**	**193**	**–**
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	26	**7**	**–**	**–**	**33**	**33**	**–**
Ajuste a valor presente - AVP	17.999	**(2.287)**	**–**	**–**	**15.712**	**15.712**	**–**
Atualização do ativo financeiro VNR	(12.373)	**(1.194)**	**–**	**–**	**(13.567)**	**–**	**(13.567)**
Variação *Swap*	11.221	**(82.115)**	**12.993**	**–**	**(57.901)**	**–**	**(57.901)**
Provisão para perda de estoque	(3.252)	**184**	**–**	**–**	**(3.068)**	**–**	**(3.068)**
Outras diferenças temporárias	22.972	**(6.325)**	**–**	**–**	**16.647**	**16.647**	**–**
Total	513.645	**(51.620)**	**16.101**	**(3.722)**	**474.404**	**548.940**	**(74.536)**

2023

	2022	Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	245.268	(15.285)	–	229.983	229.983	–
Base Negativa de CSLL	88.296	(10.217)	–	78.079	78.079	–
Provisão para contingências	55.282	5	–	55.287	55.287	–
PECLD	4.495	5.447	–	9.942	9.942	–
Provisão para participação nos lucros	2.679	(620)	–	2.059	2.059	–
Provisão atuarial	31.331	5.328	35.806	72.465	72.465	–
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	33.450	(4.405)	–	29.045	29.045	–
Custo de Construção - CPC 47	192		–	192	192	–
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	23	3	–	26	26	–
Ajuste a valor presente - AVP	19.990	(1.991)	–	17.999	17.999	–
Atualização do ativo financeiro VNR	(10.317)	(2.056)	–	(12.373)	–	(12.373)
Variação *Swap*	2.686	9.235	(700)	11.221	11.221	–
Provisão para perda de estoque	–	(3.252)	–	(3.252)	–	(3.252)
Outras diferenças temporárias	28.608	(5.636)	–	22.972	22.972	–
Total	501.983	(23.444)	35.106	513.645	529.270	(15.625)

17.3 Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2034, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	**43.860**	**47.115**	**56.564**	**53.291**	**348.110**	**548.940**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o saldo de R$ 548.940 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e ajustes temporários, que correspondem a R$ 233.751, R$ 75.448 e R$ 216.120, respectivamente. **17.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	IRPJ 2024	CSLL 2024	IRPJ 2023	CSLL 2023
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	**367.143**	**367.143**	412.096	412.096
Alíquota fiscal	**25%**	**9%**	25%	9%
Pela alíquota fiscal	**(91.786)**	**(33.043)**	(103.024)	(37.089)
Outras adições (reversões) permanentes	**1.405**	**559**	8.874	3.818
Incentivo PAT	**760**	**–**	999	–
Incentivo prorrogação licença maternidade	**102**	**–**	3	–
IRPJ Subvenção Governamental	**59.752**	**–**	78.696	–
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	**8.048**	**916**	7.779	4.693
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	**(21.719)**	**(31.568)**	(6.673)	(28.578)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	**6%**	**9%**	2%	7%
Imposto Corrente	**6.881**	**(8.548)**	7.335	(19.142)
Imposto Diferido	**(28.600)**	**(23.020)**	(14.008)	(9.436)

18. Dividendos a pagar: Conforme o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. (i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	**313.856**	376.845
(–) Constituição de incentivo fiscal	**(59.752)**	(78.696)
(–) Reserva legal	**(12.705)**	(14.907)
Lucro líquido ajustado	**241.399**	283.242
Dividendos mínimos obrigatórios	**(60.349)**	(70.810)
Dividendos intermediários		–
Dividendos adicionais propostos - nota explicativa 21.2 Reserva de Lucros	**(168.784)**	(156.779)
Juros sobre o capital próprio		(30.100)
Realização do AIC	**(12.266)**	(25.553)
Dividendos propostos	**(241.399)**	(283.242)

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	69.481
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	48.700
Dividendos mínimos obrigatórios	70.810
Juros sobre capital próprio	30.100
Imposto de renda retido na fonte sobre JCP	(4.515)
Pagamentos de dividendos	(117.992)
Realização da reserva de lucros a realizar	8.750
Saldo em 31 de dezembro de 2023	105.334
Dividendos adicionais distribuídos de 2023 (a)	**173.581**
Dividendos mínimos obrigatórios	**60.349**
Pagamento de dividendos	**(278.585)**
Realização da reserva de lucros a realizar	**2.480**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**63.159**

(a) Em 26 de abril de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 173.581, o qual é composto pelo dos dividendos adicionais com base no lucro de 31 de dezembro de 2023. **19. Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	Provisão 2024	Depósitos vinculados 2024	Provisão 2023	Depósitos vinculados 2023
Cíveis	**105.259**	**10.285**	108.820	15.937
Tributárias	**35.037**	**9.734**	23.352	20
Trabalhistas	**25.722**	**13.681**	30.436	13.077
Regulatório	**3.356**	**2.027**	3.029	1.889
Total	**169.374**	**35.727**	**165.637**	**30.923**
Circulante (a)	**9.420**	**336**	11.566	494
Não circulante	**159.954**	**35.391**	154.071	30.429

(a) Os valores classificados no ativo circulante referem-se a alvarás judiciais já obtidos em favor da Companhia, cujos depósitos ou penhoras judiciais foram efetivados anteriormente, sendo a expectativa de recebimento dentro dos próximos 12 meses.

19.1 Movimentação dos riscos no exercício:

2024

	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	108.820	**13.871**	**(20.436)**	**(4.571)**	**7.575**	**105.259**
Tributárias	23.352	**9.713**	**–**	**(17)**	**1.989**	**35.037**
Trabalhistas	30.436	**4.333**	**(11.065)**	**(931)**	**2.949**	**25.722**
Regulatórios	3.029	**–**	**–**	**–**	**327**	**3.356**
Total	165.637	**27.917**	**(31.501)**	**(5.519)**	**12.840**	**169.374**

2023

	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	107.979	12.032	(11.167)	(5.231)	5.207	108.820
Tributárias	21.237	–	(2)	–	2.117	23.352
Trabalhistas	33.376	4.865	(8.153)	(2.591)	2.939	30.436
Regulatórios	2.680	–	–	–	349	3.029
Total	165.272	16.897	(19.322)	(7.822)	10.612	165.637

16.2 Cronograma de amortização da dívida: As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	Valor 2024	%
Circulante	**6.217**	**2%**
2027	**200.000**	64%
Até 2034	**110.807**	35%
Subtotal	**310.807**	**99%**
Custo de captação (Não circulante)	**(3.262)**	-1%
Total não circulante	**307.545**	**98%**
Total debêntures	**313.762**	**100%**

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; **(2)** Reversões realizadas no exercício, refere-se a horas extras, auxílio alimentação, quebra de contrato, e cobrança indevida; e **(3)** Atualizações e/ou reversões de monetárias de atualizações mensais, (no grupo de despesas financeiras). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cíveis (a)	**258.005**	335.818
Fiscais (b)	**534.557**	496.581
Trabalhistas	**48.414**	44.233
Total	**840.976**	876.632

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos: **19.2 Cíveis:** A Companhia figura como ré em 5.934 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (5.824 em 31 de dezembro de 2023). Destes, 5.745 processos são avaliados como prováveis, no montante de R$ 105.259 (R$ 108.820 em 31 de dezembro de 2023). Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias que questionam falha no fornecimento, adequação de rede de distribuição, morte por descarga elétrica, e danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento	**25.872**	28.119
Morte por eletroplessão	**23.901**	23.487
Cobrança indevida	**4.424**	5.955
Fraude questionada	**3.714**	4.202
Geração Distribuída	**2.206**	1.201
Corte indevido	**893**	1.374
Acidente com terceiros	**4.219**	4.004
Falha no atendimento	**1.594**	1.496
Quebra de contrato	**11.895**	12.822
SPC/SERASA	**1.938**	2.643
Portaria do DNAEE	–	69
Acidente com animais	**1.152**	1.182
Servidão de passagem	**709**	664
Adequação de Rede de Distribuição	**20.411**	18.897
Outras	**2.331**	2.705
Total	**105.259**	108.820

Além dos processos provisionados, existem 168 processos cíveis (184 processos em 31 de dezembro de 2023) processos cíveis cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 258.005 (R$ 335.818 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão. Destacam-se as ações cíveis por quebra de contrato, falha no fornecimento e cobrança indevida, que acumulam o saldo de R$ 223.592 (R$ 280.400 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento	**57.621**	53.397
Adequação de rede	**847**	786
Licitação	**18.433**	17.337
Quebra de contrato	**144.398**	134.053
Cobrança indevida	**21.574**	19.423
Corte indevido	**539**	3.264
Recadastramento iluminação pública	**4.808**	4.734
Portaria da DNAEE	–	92.950
Outras	**9.785**	9.874
Total	**258.005**	335.818

Dentre os processos possíveis, um dos principais processos discute eventual descumprimento contratual, com objetivo de recebimento de indenização. O montante estimado é de R$ 125.602. O processo foi julgado favoravelmente à Equatorial, sendo reconhecida a total improcedência dos pleitos e está aguardando a certificação do trânsito em julgado da decisão. A demanda refere-se a contrato firmado e encerrado, ainda sob a gestão da Eletrobrás. **19.3 Tributárias:** A Companhia figura como ré em 269 processos fiscais em 31 de dezembro de 2024 (500 em 31 de dezembro de 2023), destes 20 processos são avaliados como prováveis, no montante de R$ 35.037 (R$ 23.352 em 31 de dezembro de 2023). Os processos mais significativos envolvem demandas de auto de infração por suposta falha no recolhimento de ICMS no fornecimento elétrico durante determinado período e processo referente a autorregularização de PIS/COFINS. A Companhia realizou um depósito judicial no valor de R$ 9.713 referente aos impostos PIS/COFINS na apuração de fevereiro de 2024. Por meio de um Mandado de Segurança foi solicitado a aplicação da regulamentação da Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de recuperar 50% desse valor (em caixa) e compensá-lo com prejuízo fiscal. No entanto, não houve decisão até a data de vencimento do tributo.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2024	2023
ISS	**30**	28
ICMS	**25.279**	23.277
PIS/COFINS	**9.713**	–
CIP	**3**	3
Outras	**12**	44
Total	**35.037**	23.352

Além dos processos provisionados, há 222 processos (450 processos em 31 de dezembro de 2023) cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 534.557 (R$ 496.581 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2024	2023
PIS e COFINS	**123**	115
ISS	**12.398**	11.561
ICMS (a)	**456.663**	403.107
IPTU	**12**	11
COBRANÇA INDEVIDA	**37.903**	34.346
CSLL/PIS e COFINS	**1.277**	1.173
ICMS, TUSD e TUST	**705**	663
Multa por infração	**17.420**	15.665
CIP	**51**	83
Outras	**8.005**	29.857
Total	**534.557**	496.581

(a) Referem-se a demandas como autos de infração por suposta falha no recolhimento de ICMS no fornecimento elétrico, durante determinado período ou ações que questionam a cobrança do ICMS incidente sobre as faturas de energia. A maior parte das demandas tem fato de origem conciliado à época da gestão estatal, e, conforme prognóstico de perda possível, não foram constituídas provisões. **19.4 Trabalhistas:** O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2024 é composto por 699 reclamações ajuizadas (711 reclamações em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a Companhia. Destes, 242 processos são avaliados como prováveis, no montante de R$ 25.722 (R$ 30.436 em 31 de dezembro de 2023) com pedidos que variam entre horas extras, auxílio alimentação, contratação por concurso público, adicional de periculosidade, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), verbas rescisórias, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dos processos trabalhistas existentes, constam ações coletivas ajuizadas tanto pelo Ministério Público do Trabalho, quanto pelo Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Responsabilidade subsidiária	**356**	171
Doença ocupacional/profissional	**1.666**	1.777
Acidente de trabalho	**383**	359
Horas extras	**8.285**	10.079
Gratificação	**188**	29
Reajuste salarial	**157**	146
Auxílio alimentação	**4.385**	5.733
Diferença salarial	**781**	725
Concurso público	**1.810**	3.043
FGTS	**95**	166
Plano de saúde	**63**	103
Verbas rescisórias	**579**	660
Seguro de Vida	**361**	509
Reintegração no emprego	**399**	466
Danos morais	**715**	517
Outras	**5.499**	5.953
Total	**25.722**	30.436

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem 424 processos trabalhistas (396 processos em 31 de dezembro de 2023), cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração como possível, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 48.414 (R$ 44.233 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Reflexos plano Bresser	**2.634**	2.457
Horas extras	**20.304**	22.455
Responsabilidade Subsidiária	**8.350**	2.724
Acidente de trabalho	**4.714**	2.785
Doença ocupacional	**347**	359
Reintegração no emprego	**90**	82
Auxílio alimentação	**783**	774
FGTS	**89**	83
Plano de saúde	**173**	217
Equiparação salarial	**97**	90
Verbas rescisórias	**339**	270
Gratificação	**858**	1.844
Periculosidade	**196**	415
Danos morais	**4.707**	4.606
Anuênio	**755**	1.031
Outras	**3.978**	4.041
Total	**48.414**	44.233

20. PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores: Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em 22 de julho de 2019. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago. A partir de 2019 a Companhia constituiu saldo ativo referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica. Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021- FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.3 - Revisão Tarifária Periódica (RTP) 2024, sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram as seguintes movimentações: a Companhia registrou um complemento passivo no montante de R$ 1.655, com efeito no resultado de R$ 159 e um complemento no ativo de R$ 1.734, decorrente da revisão do crédito. Adicionalmente, houve amortização do passivo via CVA de R$ 25.

	2024	2023
Ativo		
Circulante	**27.909**	26.016
PIS e COFINS a recuperar	**27.909**	26.016
Passivo		
Circulante	–	25
Não circulante	**156.802**	155.147
PIS e COFINS consumidores a restituir	**156.802**	155.172

21. Patrimônio líquido: 21.1 Capital social: O capital social autorizado da Companhia é de R$ 2.500.000 e o capital subscrito e integralizado é de R$ 605.780 (R$ 605.780 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a um total de 2.137.013.648 (dois bilhões, cento e trinta e sete milhões, treze mil, seiscentos e quarenta e oito) ações, divididas em 2.099.703.965 (dois bilhões, noventa e nove milhões, setecentos e três mil, novecentos e sessenta e cinco) ações ordinárias e 37.309.683 (trinta e sete milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e oitenta e três) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

2024

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial S.A.	**1.626.122.139**	**27.212.705**	**1.653.334.844**	**77,37%**
Equatorial Energia Distribuição S.A.	**398.943.753**	**7.088.840**	**406.032.593**	**19,00%**
Minoritários	**74.638.073**	**3.008.138**	**77.646.211**	**3,63%**
Total	**2.099.703.965**	**37.309.683**	**2.137.013.648**	**100%**

Em 21 de dezembro de 2023, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração da Equatorial S.A., a Controladora aprovou a transferência de 398.943.753 (trezentos e noventa e oito milhões, novecentas e quarenta e três mil, setecentas e cinquenta e três) ações ordinárias e 7.088.840 (sete milhões, oitenta e oito mil, oitocentas e quarenta) ações preferenciais, representativas de 19% do capital social total da Companhia, de titularidade da Equatorial S.A., para a Equatorial Energia Distribuição S.A.

21.2 Reservas de lucros:

	Nota	2024	2023
Reserva legal	(a)	**40.510**	27.805
Reserva de incentivos fiscais	(b)	**200.242**	140.490
Dividendos adicionais propostos	(c)	**168.823**	173.581
Reserva estatutária de reforço de capital de giro	(c)	**467.367**	467.406
Reserva de lucros a realizar	(d)	**60.511**	62.991
Total		**937.453**	872.273

(a) Reserva legal: É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva legal da Companhia é de R$ 40.510 (R$ 27.805 em 31 de dezembro de 2023). O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, reduz a base de cálculo da reserva legal. **(b) Reserva de incentivos fiscais:** É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R$ 200.242 (R$ 140.490 em 31 de dezembro de 2023). **(c) Reserva de dividendos adicionais propostos:** Em 26 de março de 2025, em Reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a distribuição da integralidade da reserva no montante de R$ 168.784, oriundos da reserva de dividendos adicionais propostos. Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da reserva de dividendos adicionais propostos é R$ 168.823 (R$ 173.581 em 31 de dezembro de 2023). **(d) Reserva estatutária de reforço de capital de giro:** Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. O valor total dessa reserva não excederá 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. Atingido esse limite ou a qualquer tempo, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração, poderá distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio à conta da reserva estatutária de reforço de capital de giro ou destinar seu saldo, total ou parcialmente, para aumento de capital, inclusive com bonificação em novas ações. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R$ 467.367 (R$ 467.406 em 31 de dezembro de 2023). **(e) Reserva de lucros a realizar:** Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R$ 60.511 (R$ 62.991 em 31 de dezembro de 2023). **21.3 Planos de opção de compra de ações:** A Companhia instituiu Planos de opção de compra de ações aos colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício. Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., por intermédio de um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **(i) Quinto Plano de Opção de Compra de Ações:** No dia 22 de julho de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Equatorial aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Equatorial S.A. e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Controladora e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis. Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

3º Outorga – *Vesting Date*	3º Outorga – Opções exercíveis	4º Outorga – *Vesting Date*	4º Outorga – Opções exercíveis
17/12/2020	487.500	17/12/2020	487.500
17/12/2021	487.500	17/12/2021	487.500
17/12/2022	487.500	17/12/2022	487.500
17/12/2023	487.500	17/12/2023	487.500
	1.950.000		**1.950.000**

7º Outorga

Vesting Date	Opções exercíveis
02/08/2024	17.500
02/08/2025	17.500
02/08/2026	17.500
02/08/2027	17.500
	70.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga. As ações do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra, ou a serem emitidas. O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo "*Black & Scholes*" de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Plano são:

3ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A.)	2024	2023
Valor justo na data de outorga (05/08/2021)	**9,61**	9,61
Quantidade outorgada	**180.000**	180.000
Preço da ação na data de outorga	**24,78**	24,78
Valor justo ponderado do *vesting period*	**23,63**	23,90
Volatilidade esperada (média ponderada)	**30,30%**	30,30%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	**4,25**	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	**10,36%**	10,36%
4ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A.)	**2024**	2023
Valor justo na data de outorga (11/03/2022)	**12,02**	12,02
Quantidade outorgada	**25.000**	25.000
Preço da ação na data de outorga	**23,59**	23,59
Valor justo ponderado do *vesting period*	**23,00**	23,28
Volatilidade esperada (média ponderada)	**30,89%**	30,89%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	**4,25**	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	**12,26%**	12,26%
7ª Outorga (Direito de compra de ações da Equatorial S.A.)	**2024**	**2023**
Valor justo na data de outorga (02/08/2023)	**15,24**	15,24
Quantidade outorgada	**70.000**	70.000
Preço da ação na data de outorga	**33,05**	33,05
Valor justo ponderado do *vesting period*	**30,45**	30,79
Volatilidade esperada (média ponderada)	**31,34%**	31,34%
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	**4,25**	4,25
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos)	**11,25%**	11,25%

(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco: Desta forma, para as respectivas datas de outorga ou de final de exercício, adotou-se o preço de mercado da ação Equatorial S.A. na data, a volatilidade histórica (não foi adotada uma volatilidade esperada), o prazo médio de vencimento de cada lote das opções, o preço de exercício das opções ajustado por dividendos projetados para o período e a taxa livre de risco com base na curva dos títulos públicos federais futuro pré-fixado no prazo médio esperado de exercício de cada lote. Considerou-se ainda uma taxa de não subscrição de ações sobre as outorgadas, com base no histórico da Companhia como expectativa futura. **(b) Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado:** O preço de exercício foi calculado com base no preço de emissão das opções e ajustado pelos dividendos declarados no exercício. Como parâmetro de proventos, adotou-se o valor efetivamente declarado em 2023 e uma estimativa futura de acordo com parâmetros internos. **(c) Forma de determinação da volatilidade esperada:** Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Em opções	Número de opções 31/12/2024	Média ponderada do preço de exercício 31/12/2024	Número de opções 31/12/2023	Média ponderada do preço de exercício 31/12/2023
Existentes em 1º de janeiro	**2.020.000**	–	1.950.000	18,90
Outorgadas durante o exercício	**205.000**	–	70.000	–
Encerradas durante o exercício	**(1.950.000)**	–	–	–
Existentes ao fim do exercício 1ª Outorga	–	–	1.950.000	18,62
Existentes ao fim do exercício 3ª Outorga	**180.000**	**23,63**	–	–
Existentes ao fim do exercício 4ª Outorga	**25.000**	**23,00**	–	–
Existentes ao fim do exercício 7ª Outorga	**70.000**	**30,45**	70.000	30,79
Total existentes ao fim do período/exercício	**275.000**	–	2.020.000	–

A despesa reconhecida no exercício findo 31 de dezembro de 2024 para a Companhia foi de R$ 579 (R$ 1.144 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data-base. (ii) **Plano de outorga de "*Matching Shares*":** Em 30 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Equatorial S.A. a criação de um novo incentivo de longo prazo do Grupo, no formato de Plano de Investimento em Ações ("Plano") e, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Equatorial S.A. aprovou o 1º Programa de Investimento em Ações (*Matching Shares*) ("1º Programa *Matching*"). O 1º Programa *Matching* tem por objetivo que os participantes selecionados invistam recursos próprios na aquisição e manutenção de ações próprias durante o período de carência de, no mínimo, 4 (quatro) anos, conforme previsto no programa. Ao investir na aquisição de ações próprias e assumir o risco de ficar investido na Companhia durante o período de carência, pretende-se, ao outorgar as Ações *Matching,* alinhar os interesses de longo prazo dos participantes aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor. Os critérios para fins de determinação do número de Ações *Matching* a que os participantes farão jus são: (i) se o participante investir até 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 0,5 (meia) ação para cada 1 (uma) ação adquirida; ou (ii) se o participante investir mais do que 50% de seus recursos na aquisição de ações, será outorgada 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) ação adquirida. O direito de receber as Ações *Matching* dependerá da manutenção plena e ininterrupta da propriedade das Ações Próprias pelos Participantes ("Condição de Investimento"), bem como da sua permanência como administrador ou empregado da Companhia e/ou de sociedades sob o seu Controle ("Condição de Serviço"), durante o período de carência. As Ações *Matching* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência. Ademais, em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou um Programa de Recompra de Ações, com prazo de duração até 14 de novembro de 2025, com o objetivo prioritário de atender o Plano de *Matching Shares* ou para permanência em tesouraria, para posterior alienação. As informações das Opções outorgadas ocorridas, estão descritas abaixo:

1º Outorga

Vesting Date	Opções exercíveis
15/05/2025	**2.853**
15/05/2026	**2.853**
15/05/2027	**2.853**
15/05/2028	**2.853**
	11.412

As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do Programa são:

1º Outorga	**2024**
Valor justo na data de outorga	**31,12**
Data de outorga: 15/05/2024	
Quantidade outorgada	**11.412**
Valor justo ponderado do *vesting period*	**31,12**

A despesa reconhecida na Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 117 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data-base. **(iii) Plano de outorga de "*Phantom Shares*":** Em 12 de dezembro de 2019, o Grupo criou o programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa ("Programa"). O Programa visa atingir os seguintes objetivos: (a) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos beneficiários contemplados pelo Programa; (b) reter os beneficiários; e (c) focar no longo prazo na valorização e potencial de crescimento da Companhia. O Programa concede aos beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração da Companhia e suas subsidiárias adquirir direitos a "*Phantom Shares*", mediante o atendimento cumulativo das condições a seguir: (i) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador do Grupo durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2025 e (ii) 50% (cinquenta por cento) das "*Phantom Shares*" outorgadas, o Beneficiário deverá permanecer continuamente vinculado como empregado ou administrador da Companhia ou de sociedade sob seu controle durante o Período de Carência que se encerra em 1º de maio de 2026; e (ii) o atingimento das Metas de *Performance* pela Companhia. **(a) Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco:** O Preço das "*Phantom Shares*" outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das ações da Equatorial na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a cada período de carência, ou seja, imediatamente anteriores a 1º de maio de 2025 e 1º de maio de 2026. **(b) Forma de cálculo da despesa do programa - Contrato *Phantom* 2019:** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado. Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

Em ações	Número de ações 2024	Valor justo ponderado do preço 2024	Número de ações 2023	Valor justo ponderado do preço 2023
Existentes em 1º de janeiro	**235.000**	**33,35**	280.000	24,77
Extintas durante o exercício	**(75.000)**	–	(125.000)	–
Outorgadas durante o exercício	–	–	80.000	33,35
Existentes ao fim do exercício	**160.000**	**33,75**	235.000	–

A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 2.568 (R$ 3.353 em 31 de dezembro de 2023). Ressalta-se que este plano de opção é classificado como instrumento financeiro passivo liquidável em caixa. As quantidades acima podem variar conforme a *performance* e serem multiplicadas por um percentual entre 90% e 110%. O plano de "*Phantom shares*" está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de *performance* estão vinculadas. **(c) Forma de cálculo da despesa do programa - Contrato Phantom 2023:** O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro de 2023, ponderado pelo volume negociado. A Companhia realizou a estimativa de valor justo do referido plano por meio da técnica de avaliação *Monte Carlo* para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance do plano e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da quantidade-alvo.

Em ações	Número de ações 31/12/2024	Valor justo ponderado do preço 31/12/2024	Número de ações 31/12/2023	Valor justo ponderado do preço 31/12/2023
Existentes em 1º de janeiro	**114.030**	**33,28**	–	–
Outorgadas durante o exercício	–	–	114.030	–
Cancelamento durante o exercício (a)	**(22.445)**	–	–	–
Existentes ao fim do período/exercício	**91.585**	**26,16**	**114.030**	**33,28**

(a) Trata-se de transferências de ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membros do mesmo grupo econômico Equatorial Maranhão, Equatorial Pará, Equatorial Piauí, Equatorial Alagoas, Equatorial Goiás, Equatorial Serviços, Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D, Equatorial Transmissora 4 SPE, Concessionária de Saneamento do Amapá - CSA e Echoenergia e a controladora Equatorial S.A. A despesa reconhecida para o plano de "*Phantom shares*" no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R$ 265 (R$ 989 em 31 de dezembro de 2023). O valor justo ponderado do preço reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi de R$ 32,19 (R$ 33,28 em 31 de dezembro de 2023). **22. Receita operacional líquida:** A conciliação da receita bruta para a receita líquida está conforme a seguir demonstrada:

	2024	2023
Receita de distribuição (a)	**3.406.673**	3.155.957
Remuneração financeira WACC	**11.309**	9.165
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (b)	**(131.559)**	(3.462)
Subvenção CDE - Outros	**187.600**	92.333
Fornecimento de energia elétrica	**3.474.023**	3.253.993
Suprimento de energia elétrica (c)	**70.690**	35.760
Receita pela disponibilidade - uso da rede	**263.305**	216.167
Receita de construção (d)	**508.374**	671.007
Atualização dos ativos financeiro e contrato	**3.512**	6.049
Outras receitas	**89.487**	111.633
Subtotal	**935.368**	1.040.616
Receita operacional bruta	**4.409.391**	4.294.609
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	**(653.986)**	(579.480)
PIS e COFINS	**(284.526)**	(267.816)
Encargos do consumidor	**(28.737)**	(25.043)
ISS	**(1.006)**	(899)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	**(311.011)**	(340.624)
Penalidades DIF/FIC e outras	**(20.389)**	(17.773)
Deduções da receita operacional	**(1.299.655)**	(1.231.635)
Receita operacional líquida	**3.109.736**	3.062.974

(a) A variação se deve, principalmente, pelo aumento no número de consumidores e, consequentemente, aumento da distribuição de energia faturada em 2024; (b) A variação de R$ 128.097 dos ativos e passivos regulatórios deve-se principalmente por: (i) variação positiva pelo reconhecimento de despesa na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid, no montante de R$ 6.924; (ii) previsão dos custos de energia e encargos concedido pela ANEEL no reajuste foram mais aderentes aos custos efetivamente pagos, diferente do ocorrido no ano anterior, gerando uma variação negativa de Parcela A de R$ 89.971; (iii) variação negativa entre os valores amortizados do último reajuste no montante de R$ 4.849 em relação ao exercício anterior; (iv) efeito negativo na variação da CVA da Bandeira Faturada R$ 37.605, devido as bandeiras tarifárias ocorridas a partir de julho de 2024, o que não ocorreu em 2023; e (v) variação negativa entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente a distribuidora no montante de R$ 2.596; (c) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação ao exercício anterior devido à venda em MWh ter sido superior do que o mesmo exercício de 2023. Findo o exercício de 2024, foram vendidos 277.623 MWh enquanto no exercício anterior foram 248.099 MWh; e (d) A receita de construção foi menor comparado com 2023 em função dos novos investimentos realizados em obras, compras de materiais, serviços, mão de obras e outros, apresentarem uma menor demanda durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

23. Custo do serviço e despesas operacionais:

	2024 – Custo do serviço de energia elétrica	2024 – Despesas com vendas	2024 – Despesas administrativas	2024 – Perdas por redução ao valor recuperável	2024 – Total	2023 – Custo do serviço de energia elétrica	2023 – Despesas com vendas	2023 – Despesas administrativas	2023 – Perdas por redução ao valor recuperável	2023 – Total
Pessoal	**(34.135)**	**(14.810)**	**(40.574)**	**–**	**(89.519)**	(16.709)	(14.325)	(42.037)	–	(73.071)
Material	**(2.004)**	**(19.414)**	**(1.607)**	**–**	**(23.025)**	(4.391)	(5.043)	(371)	–	(9.805)
Serviços de terceiros	**(61.187)**	**(106.215)**	**(47.242)**	**–**	**(214.644)**	(86.658)	(72.029)	(17.549)	–	(176.236)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	**(1.502.019)**	**–**	**–**	**–**	**(1.502.019)**	(1.379.405)	–	–	–	(1.379.405)
Custo de construção - nota explicativa nº 22	**(508.374)**	**–**	**–**	**–**	**(508.374)**	(671.007)	–	–	–	(671.007)
PECLD - nota explicativa nº 7.2	**–**	**–**	**–**	**(623)**	**(623)**	–	–	–	(23.839)	(23.839)
Provisão para riscos judiciais e depósitos judiciais	**–**	**–**	**(12.685)**	**–**	**(12.685)**	–	–	(9.075)	–	(9.075)
Amortização	**(115.327)**	**–**	**(15.534)**	**–**	**(130.861)**	–	–	–	–	–
Arrendamentos e aluguéis	**(468)**	**(1.276)**	**(257)**	**–**	**(2.001)**	(91.840)	–	(21.879)	–	(113.719)
Outros	**979**	**(475)**	**153**	**72**	**729**	671	(1.063)	3.261	383	3.252
Total	**(2.222.535)**	**(142.190)**	**(117.746)**	**(551)**	**(2.483.022)**	(2.249.339)	(92.460)	(87.650)	(23.456)	(2.452.905)

(a) Para maior detalhamento, vide a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 24 - Energia elétrica comprada para revenda.

23.1 Outras despesas operacionais, líquidas:

Outras receitas operacionais	2024	2023
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	**14.116**	36
Reversão de provisão para perda de estoque	**6.943**	9.565
Outras receitas operacionais	**340**	145
Total de outras receitas operacionais	**21.399**	9.746
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos	**(27.750)**	(32.019)
Indenização por danos a terceiros	**(1.578)**	(3.059)
Provisão para perda de estoque (a)	**(7.483)**	–
Baixa de recebíveis incobráveis (b)	**(50.420)**	(11.813)
Outras despesas operacionais	**(22.339)**	(9.890)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	**(109.570)**	(56.781)
Total	**(88.171)**	(47.035)

(a) A distribuidora avalia periodicamente seus estoques e obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante constituído em 2024 trata-se em sua maioria de itens obsoletos, morosos e/ou danificados. Para os materiais que não havia expectativa de benefício econômico, a distribuidora realizou a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens; e (b) No exercício de 2024 foram realizadas baixas de títulos vencidos, do contas a receber, acima de 5 anos.

24. Energia elétrica comprada para revenda:

	2024 GWh (*)	2024 R$	2023 GWh (*)	2023 R$
Energia de leilão (a)	**3.640**	**(826.958)**	3.632	(776.532)
Contratos Eletronuclear	**135**	**(44.899)**	145	(49.652)
Contratos cotas de garantias	**660**	**(157.865)**	736	(122.492)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/Energia reserva (b)	**–**	**(94.928)**	–	(105.959)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	**–**	**(69.275)**	–	(55.219)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	**72**	**(38.920)**	75	(41.647)
(–) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (d)	**–**	**134.025**	–	127.170
Geração distribuída (f)	**–**	**(63.717)**	–	(27.658)
Subtotal	**4.507**	**(1.162.537)**	4.588	(1.051.989)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (e)	**–**	**(339.482)**	–	(327.416)
Total	**4.507**	**(1.502.019)**	4.588	(1.379.405)

(a) A variação refere-se aos custos com contratos, Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado (CCEAR), Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) decorrentes de preços de pagamentos maiores aos observados em 2023 em 14,4% passando para R$ 244,69/MWh; (b) A redução nas despesas associadas ao ESS no exercício de 2024 deve-se a queda no acionamento das térmicas fora da ordem de mérito pela situação hidrológica favorável, ocasionando redução dos pagamentos associado a este encargo; (c) A energia de curto prazo apresentou uma variação de R$ 14.056 no exercício de 2024, em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por Disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao exercício de 2023; (d) Saldo decorre do diferimento do crédito do PIS/COFINS sobre a CVA realizado pela companhia (regime caixa); (e) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.217 de 04 de julho de 2023 com vigência a partir de julho de 2023 até junho de 2024 e Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão); e (f) Os valores referem-se ao impacto da contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia (kWh) gerada por consumidores de GD, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar, com impacto dos encargos de geração distribuída no resultado financeiro.

25. Resultado financeiro:

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	**41.810**	35.219
Valores a receber/devolver parcela A	**14.752**	30.315
Receita Financeira de AVP	**8.239**	5.931
Variação monetária e cambial da dívida (b)	**829**	30.406
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	**246.348**	12.312
Acréscimo moratório de energia vendida	**39.842**	35.531
PIS/COFINS sobre receita financeira	**(4.996)**	(5.502)
Outras receitas financeiras	**11.047**	17.533
Total de receitas financeiras	**357.871**	161.745
Despesas financeiras		
Valores a receber/devolver parcela A	**(13.915)**	(25.345)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (c)	**(43.987)**	(68.973)
Despesa financeira de AVP	**(1.441)**	–
Encargos da dívida	**(128.639)**	(124.336)
Variação monetária e cambial da dívida (b)	**(279.084)**	(44.507)
Atualização de contingências	**(12.840)**	(10.612)
Juros, multas s/operação de energia	**(26)**	(25)
Descontos concedidos	**(9.227)**	–
Encargos de geração distribuída	**(2.091)**	–
Outras despesas financeiras	**(38.021)**	(38.885)
Total de despesas financeiras	**(529.271)**	(312.683)
Total	**(171.400)**	(150.938)

continua →★

Eufrázio

→★ continuação

EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 12.272.084/0001-00

(a) O aumento nos rendimentos das aplicações financeiras deve-se, principalmente, a melhora do caixa e aplicações da Companhia em comparação ao exercício anterior; (b) Em 2024, a despesa foi originada principalmente pela variação cambial da dívida, devido à valorização do dólar em 27,9% frente ao real, contribuindo para uma despesa líquida no exercício; e (c) Refere-se à contratação de operação de swap, designada como hedge de fluxo de caixa, que troca Dólar+spread por CDI+spread, na qual a principal variação refere-se ao câmbio sobre essas operações. No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou receita com a alta do dólar em 27,9%, saindo de R$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023, para R$ 6,19 em 31 de dezembro 2024. No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, o principal efeito refere-se à variação cambial, que gerou despesa com a queda do dólar em 7,21%, saindo de R$ 5,21 em 31 de dezembro de 2022 para R$ 4,84 em 31 de dezembro de 2023. **26. Benefício pós-emprego (Entidade de previdência privada): 26.1 Características do plano de aposentadoria:** A Companhia é patrocinadora da EQTPREV - Fundação Equatorial de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, que tem por finalidade, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, a administração e execução dos Planos de Benefícios de natureza previdenciária. No dia 04 de janeiro de 2021, ocorreu a efetiva incorporação da Fundação CEAL de Assistência Social e Previdência - FACEAL pela Equatorial Fundação de Previdência - EQTPREV. A partir da referida data os órgãos estatutários das Fundações incorporadas foram extintos e toda a gestão dos Planos de Benefícios por elas anteriormente realizada passou a ser exercida pela EQTPREV. Para os participantes, assistidos e beneficiários não há impacto, pois, os benefícios serão pagos de acordo com os Regulamentos de seus respectivos Planos. A Companhia realiza anualmente as avaliações atuariais por avaliadores independentes, considerando cotação de mercado ativo, análise de sensibilidade, taxa esperada global de retorno dos ativos com base nas expectativas de mercado vigentes e aplicáveis durante o período o qual a obrigação deve ser liquidada. Assim, as principais premissas atuarias utilizadas são: (i) taxa de inflação; (ii) taxa de desconto; (iii) futuros aumentos salariais; e (iv) futuros aumentos de pensão. Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir: **(a) Plano Equatorial BD:** Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Companhia, sendo oferecido aos seus empregados e respectivos dependentes. O Plano BD é estruturado na modalidade de "Benefício Definido", existindo compromisso pós-emprego com os participantes em atividade e com os assistidos. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Aposentadoria por invalidez: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria. A Aposentadoria por Invalidez rem carência de 12 meses de contribuição para o Plano. • Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição: O benefício a ser concedido equivale ao valor da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria. A carência para esses benefícios corresponde a 120 meses de contribuição para o Plano. • Aposentadoria por idade: O benefício a ser concedido equivale ao valor de 1/20 (um vinte avos) da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria, para cada ano de contribuição ao Plano (limitado a 20/20). • Aposentadoria especial: O benefício a ser concedido equivale ao valor de 1/20 (um vinte avos) da diferença positiva entre 80% do Salário Real de Benefício (SRB) e o valor do Menor Valor Teto de Cálculo do Benefício Complementar, apurada na data de concessão da suplementação da aposentadoria, para cada ano de contribuição ao Plano (limitado a 20/20). A Aposentadoria Especial tem carência de 180 meses de contribuição para o Plano. • Pensão por morte: O benefício a ser concedido consiste em uma renda mensal equivalente a 50% (mais 10% por beneficiário) da renda recebida pelo participante assistido ou da renda que o participante ativo teria direito se viesse a se aposentar por invalidez na data de falecimento. • Abono anual: O benefício é concedido na mesma época em que é concedido o abono anual da Previdência Social, e consiste em uma prestação pecuniária anual de 1/12 (um doze avos) da renda mensal devida em dezembro por mês de complementação recebida durante o ano. **(b) Plano CD:** Plano de benefícios previdenciários administrado pela EQTPREV e patrocinado pela Companhia, dentre outras patrocinadoras. O Plano CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco. Os benefícios de risco são: • Benefício por entrada em invalidez: Concedido em caso de invalidez de participante ativo, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião da entrada em invalidez total e permanente, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade. • Benefício de pecúlio por morte como participante ativo: Concedido aos beneficiários do participante ativo, na ocorrência de seu falecimento, no valor de 13/12 (treze, doze avos) do dobro da Contribuição Real Média Mensal (CRMM), multiplicada pelo número de meses que, por ocasião do falecimento do participante ativo, faltavam para o participante completar os exatos 55 (cinquenta e cinco) anos de idade. **(c) Planos de saúde:** A Companhia oferece a seus empregados e ex-empregados um plano de saúde, administrado pela Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência Estadual. É oferecido também um plano odontológico para os colaboradores da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. Os planos de saúde (UNIMED) e odontológico (UNIODONTO) possuem mensalidades pré-estabelecidas, reajustadas anualmente, com pagamento mensal da parcela do empregado e da parcela patronal, totalizando 12 faturas ao ano. No Plano de Saúde e Odontológico existem 03 grupos distintos, denominados G1, G3 e G8. As definições dos grupos são apresentadas a seguir: • G1: composto pelos empregados, afastados e futuros ex-empregados da Equatorial, conforme estabelecido no item 11.4 do Acordo Coletivo de Trabalho de 2019/2021. A parcela de participação da Equatorial para este grupo varia conforme faixas salariais para o Plano de Saúde e equivale a 60% para o Plano Odontológico. Caso um empregado da Companhia venha a se invalidar permanentemente, ele e seus dependentes têm o direito a permanecer no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). Para os inválidos, a Equatorial mantém o pagamento da parcela patronal para o titular e seus dependentes semelhante ao que contribuiria se ele ainda estivesse em atividade. Este grupo é aberto para novas inclusões de ativos e inativos, conforme as alterações no quadro de empregados da Companhia; • G3: composto por ex-empregados inválidos que permanecem no plano de saúde e odontológico sem contribuírem para os referidos planos, de forma que a participação da Equatorial para este grupo é de 100% das mensalidades. A Equatorial contribui para os titulares e para os seus dependentes. Os titulares e dependentes deste grupo permanecem no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). Este é um grupo fechado, onde não há novas inclusões; e • G8: composto por ex-empregados (válidos e inválidos) que permanecem no plano de saúde e odontológico por decisão judicial. A parcela de participação da Equatorial para este grupo é estabelecida individualmente conforme cada decisão judicial. A Equatorial contribui para os titulares e para os seus dependentes. Os titulares e dependentes deste grupo permanecem no plano vitaliciamente até o falecimento do titular (exceto filhos válidos, que permanecem temporariamente, conforme acordo coletivo, até 24 anos). A inclusão de novos titulares neste grupo somente pode ocorrer por meio de decisão judicial. **(d) Plano Equatorial CD:** Plano de benefícios previdenciários administrado pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTLPREV), patrocinado pela Equatorial Energia Alagoas, dentre outras patrocinadoras. O Equatorial CD é um plano contributivo com modalidade de "Contribuição Definida" para os benefícios programados e de "Benefício Definido" para os benefícios de risco. De acordo com o Regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos empregados são os seguintes: • Aposentadoria Normal: É concedida ao participante que atender cumulativamente as seguintes condições: i. Ter 180 meses ininterruptos de vinculação empregatícia com a patrocinadora; ii. Ter 60 meses de contribuição efetiva ao plano; iii. Ter idade igual ou superior a 55 anos; e iv. Não manter vínculo empregatício com a patrocinadora. O valor do benefício resulta da transformação do saldo de contas em uma renda certa, de 12 parcelas por ano, por "n" meses. • Aposentadoria de Incapacidade para o Trabalho: O benefício é concedido ao participante que estiver em gozo da aposentadoria por Invalidez da Previdência Social, desde que esteja no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do Saldo de Contas em uma renda mensal. • Pensão por Morte de Ativo: O benefício é concedido aos beneficiários do participante ativo que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício resulta da conversão do saldo de contas em uma renda mensal. • Pensão por Morte de Assistido: O benefício é concedido aos beneficiários do participante assistido que vier a falecer, desde que este tenha se mantido no plano por, pelo menos, 12 meses. O valor do benefício consiste na continuação da renda paga ao participante assistido. **26.2 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido:** A conciliação dos ativos e passivos demonstrará o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2024 (Passivo ou Ativo Atuarial a ser contabilizado) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2024.

Apuração do passivo (ativo) líquido em 2024

	Equatorial BD	CD	Equatorial CD	Total Ativo	Plano de saúde e odontológico	Total Passivo
1 Déficit/(superávit) apurado						
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	114.011	–	198	114.209	96.377	96.377
Valor justo dos ativos do plano	(137.387)	–	(11.474)	(148.861)	–	–
Déficit/(superávit) apurado	(23.376)	–	(11.276)	(34.652)	96.377	96.377
2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais						
Efeito do Teto do Ativo	19.132	–	11.178	30.310	–	–
Efeito do Teto do Ativo e Passivos	19.132	–	11.178	30.310	–	–
3 Passivo/(ativo) líquido resultado do disposto no CPC 33 (R1)						
Passivo/(ativo) líquido apurado	(4.244)	–	(98)	(4.342)	96.377	96.377

Apuração do passivo (ativo) líquido em 2023

	Equatorial BD	CD	Equatorial CD	Total Ativo	Plano de saúde e odontológico	Total Passivo
1 Déficit/(superávit) apurado						
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	126.544	847	37	127.428	99.053	99.053
Valor justo dos ativos do plano	(181.023)	(8.406)	(395)	(189.824)	–	–
Déficit/(superávit) apurado	(54.479)	(7.559)	(358)	(62.396)	99.053	99.053
2 Efeito do teto do ativo e passivos adicionais						
Efeito do teto do ativo	36.495	7.559	294	44.348	–	–
Efeito do Teto do Ativo e Passivos	36.495	7.559	294	44.348	–	–
3 Passivo/(ativo) líquido resultado do disposto no CPC 33 (R1)						
Passivo/(ativo) líquido apurado	(17.984)	–	(64)	(18.048)	99.053	99.053

26.3 Resultado da avaliação atuarial: Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

2024	Equatorial BD	CD	Plano de saúde e odontológico	Equatorial CD	Total
Resultado do exercício 2024					
Custo do serviço corrente líquido	22	75	1.361	7	1.465
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	11.607	73	9.443	2	21.125
Rendimento esperado dos ativos do plano	(16.868)	(788)	–	(37)	(17.693)
Juros sobre o efeito do teto do ativo e passivos adicionais	3.524	715	–	28	4.267
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(1.715)	75	10.804	–	9.164
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício					
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	47.850	158	–	(1.984)	46.024
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(11.509)	(232)	(6.225)	(1)	(17.967)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(20.886)	(1)	–	1.972	(18.915)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	15.455	(75)	(6.225)	(13)	9.142

2023	EQTL BD	CD	Plano de saúde e odontológico	EQTL CD	Total
Resultado do exercício 2023					
Custo do serviço corrente líquido	32	107	1.200	8	1.347
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	13.586	97	9.774	4	23.461
Rendimento esperado dos ativos do plano	(30.742)	(875)	–	(26)	(31.643)
Juros sobre o efeito do teto do ativo e passivos adicionais	14.707	778	–	15	15.500
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(2.417)	107	10.974	1	8.665
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício					
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	104.367	7	–	(129)	104.245
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	3.975	(262)	8.745	(19)	12.439
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(103.111)	148	–	153	(102.810)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	5.231	(107)	8.745	5	13.874

26.4 Ativos do plano: Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao período durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

	2024 Equatorial BD	2024 CD	2024 Equatorial CD	2023 Equatorial BD	2023 CD	2023 Equatorial CD
Títulos Públicos	228.659	56.586	146.435	279.205	55.729	124.898
Fundos de Investimento	73.408	179.480	223.844	26.653	186.789	229.798
Outros	15.672	22.635	92.542	17.725	20.979	70.640
(–) Ativo total	317.739	258.701	462.821	323.583	263.497	425.336

26.5 Obrigação de benefício definido: (a) Premissas atuarias: As premissas atuariais utilizadas na data do balanço foram:

Premissas em 31 de dezembro de 2024	Equatorial BD	CD	Planos de saúde e odontológico	Equatorial CD
Taxa de inflação	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Taxa de desconto	12,37%	12,78%	12,58%	12,97%
Futuros aumentos salariais	4,96%	4,96%	4,96%	4,96%
Futuros aumentos de pensão	4,96%	Não aplicável	4,96%	4,96%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Desagravada em 10%	AT-2000 M&F Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%

Premissas em 31 de dezembro de 2023	Equatorial BD	CD	Planos de saúde e odontológico	Equatorial CD
Taxa de inflação	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Taxa de desconto	9,66%	9,46%	9,86%	9,41%
Futuros aumentos salariais	3,93%	3,93%	3,93%	3,93%
Futuros aumentos de pensão	3,93%	Não aplicável	3,93%	3,93%
Mortalidade geral	AT-2000 M/F Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Desagravada em 10%	AT-2000 M&F Desagravada em 10%	AT-2000 M/F Suavizada em 10%

(b) Análise de sensibilidade: Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissas 2024	Análise de sensibilidade	Equatorial BD Impacto R$	CD Impacto R$	Planos de saúde e odontológico Impacto R$	Equatorial CD Impacto
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(3.733)	(14)	(4.230)	(4)
	Redução de 0,5%	3.988	15	4.620	4
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	3.046	(13)	4.498	(11)
	Redução de 1 ano	(3.077)	14	(4.384)	12
HCCTR	Aumento de 0,5%	–	–	4.501	–
	Redução de 0,5%	–	–	(4.151)	–

Premissas 2023	Análise de sensibilidade	Equatorial BD Impacto R$	CD Impacto R$	Planos de saúde e odontológico Impacto R$	Equatorial CD Impacto
Taxa de desconto	Aumento de 0,5%	(4.690)	(18)	(5.143)	(1)
	Redução de 0,5%	5.047	19	5.697	1
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	3.594	(14)	5.044	(2)
	Redução de 1 ano	(3.614)	16	(4.888)	2
HCCTR	Aumento de 0,5%	–	–	5.510	–
	Redução de 0,5%	–	–	(5.016)	–

Embora a análise não leve em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito do plano, ela fornece uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada. Quando consideramos a análise de sensibilidade da taxa de desconto para o plano CD e Equatorial CD as variações são irrelevantes. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. **26.6 Fluxo de caixa:**

2024	Equatorial BD	CD	Plano de saúde e odontológico	Equatorial CD
1 Fluxo de caixa no exercício				
Contribuições do empregador	–	–	7.254	22
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	12.653	–	7.254	–
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte				
Contribuições do empregador	–	–	8.110	53
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	13.423	–	8.110	96

2023	Equatorial BD	CD	Plano de saúde e odontológico	Equatorial CD
1 Fluxo de caixa no exercício				
Contribuições do empregador	–	–	6.858	13
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	12.656	–	6.858	–
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte				
Contribuições do empregador	–	–	6.814	18
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	12.991	151	6.814	22

27. Instrumentos financeiros: 27.1 Considerações gerais: A Companhia efetuou análise dos instrumentos financeiros, que incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) de parcela A e outros itens financeiros, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e AICs ressarcíveis, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário. A Administração desses instrumentos financeiros é por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas 15.5 - *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 16.4 - *Covenants* das debêntures. **27.2 Política de utilização de derivativos:** A Companhia poderá utilizar-se de operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia possuía operações de instrumentos financeiros derivativos contratados. **27.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros:** Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão identificados conforme a seguir:

Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024 Contábil	2024 Mercado	2023 Contábil	2023 Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	–	Custo amortizado	9.158	9.158	27.322	27.322
Caixa e equivalentes de caixa (Fundo de investimentos)	1	Valor justo por meio do resultado	43.548	43.548	5.050	5.050
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	686.086	686.086	209.110	209.110
Contas a receber de clientes		Custo amortizado	901.964	901.964	957.490	957.490
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	170.296	170.296	–	–
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	–	Custo amortizado	–	–	78.481	78.481
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	222.315	222.315	206.847	206.847
Total do ativo			2.033.367	2.033.367	1.484.300	1.484.300

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	2024 Contábil	2024 Mercado	2023 Contábil	2023 Mercado
Fornecedores	–	Custo amortizado	297.915	297.915	313.912	313.912
Fornecedor - risco sacado			9.556	9.556	10.886	10.886
Empréstimos e financiamentos	2	Custo amortizado	2.393.654	2.396.665	1.540.430	1.559.422
Debêntures	2	Custo amortizado	313.762	310.458	308.802	350.826
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	–	Custo amortizado	66..261	66.261	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	2	Financeiros ao valor justo	–	–	33.005	33.005
AICs Ressarcíveis	3	Valor justo por meio do resultado	13.018	13.018	14.488	14.488
Passivo de arrendamento	–	Custo amortizado	3.328	3.328	898	898
Total do passivo			3.097.494	3.097.201	2.222.421	2.283.437

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração do valor justo. • **Caixa e equivalente de caixa -** são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos seus valores originais. Para fundos de investimentos, são classificados como de valor justo por meio do resultado. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Aplicações financeiras -** são classificados como de valor justo por meio do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é nível 2, pois em sua maioria, são aplicados em fundos. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis tais como CDI; • **Contas a receber de clientes -** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • **Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros -** são decorrentes de custos não gerenciáveis a serem repassados integralmente ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente. Classificados como custo amortizado; • **AIC Ressarcíveis** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo em vista que a sensibilidade do valor justo está nos ativos em curso na base de remuneração líquida, dependendo da homologação total ou parcial pela Eletrobrás, pois os dados de 50% (cinquenta por cento) da contribuição de cada um dos ativos em curso na base de remuneração líquida, conforme definição vigente nos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET da ANEEL, desconsideradas das eventuais contabilizações, posteriores à data-base do laudo de avaliação, de investimentos necessários à imobilização desses ativos em curso usados para mensurar não são observáveis no mercado. Nível 3 na hierarquia de valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes; • **Ativo financeiro de concessão -** são classificados como valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo de concessão. Os fatores relevantes para avaliação ao valor justo são publicamente observáveis, como IPCA existentes em mercado ativo e a taxa de depreciação que é definida pela resolução da ANEEL, sendo sua classificação nível 3 na hierarquia do valor justo; • **Fornecedores -** decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Fornecedores - risco sacado** - decorrem de transações entre a Companhia e seus fornecedores de materiais e serviços e são classificados como passivo ao custo amortizado; • **Empréstimos e financiamentos -** têm o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimentos da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as operações com propósito de giro tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de dívida equivalente, divulgadas pela B3 e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); • **Debêntures -** são classificadas como passivo ao custo amortizado. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado, divulgadas pela B3 e ANBIMA. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Instrumentos financeiros derivativos** - são classificados pelo valor justo através do resultado e de outros resultados abrangentes, tendo como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swap*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo; • **Passivo de arrendamento** - composto pelas obrigações decorrentes de contratos de locações e *leasing* que se enquadram no escopo do CPC 06 (R2). Os saldos são trazidos a valor presente por meio de fluxo de caixa descontado para o exercício de vigência da cada contrato e são classificados como passivo ao custo amortizado. **27.4 Instrumentos financeiros derivativos:** Apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023, que podem ser assim resumidos:

Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo	Juros	Indexadores	Valor justo 2024	Valor justo 2023
Santander	26/10/2022	05/10/2027	52.318	276.500	*Bullet*	Câmbio	Trimestral	US$ + 6,45% a.a./CDI + 1,62% a.a.	40.490	(26.963)
Itaú	28/10/2022	15/10/2034	–	100.000	Anual	Juros	Semestral	IPCA + 6,3618% a.a./CDI + 0,74% a.a.	(1.624)	7.912
Bank of America	06/09/2023	05/09/2025	40.486	200.000	*Bullet*	Câmbio	Anual	USD + 6,9529%/CDI + 1,50%	47.509	(7.844)
Citibank	07/11/2023	06/05/2025	50.000	244.750	*Bullet*	Câmbio	Semestral	US$ + Sofr + 0,77% a.a./CDI + 1,29% a.a.	62.493	(6.110)
Bank of America	23/10/2024	06/05/2025	17.452	100.000	*Anual*	Câmbio	*Bullet*	USD + 5,7294% a.a./CDI + 1,15% a.a.	3.917	–
Scotiabank	29/11/2024	06/05/2025	90.000	522.900	*Bullet*	Câmbio	*Bullet*	USD + 6,7670% a.a./CDI +1,15% a.a.	17.511	–
Total									170.296	(33.005)
								Ativo circulante	110.334	–
								Ativo não circulante	59.962	–
								Passivo circulante	–	(449)
								Passivo não circulante	–	(32.556)
								Efeito líquido total	170.296	(33.005)

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Risco Cambial e Juros	Valor Nominal	Ativo	Passivo	Valor contábil 2024: Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de *hedge* está incluído	Alterações no valor do instrumento de *hedge* reconhecidas em ORA	Rubrica no resultado afetada pela reclassificação
Contrato de *swap hedge* para empréstimos em moeda estrangeira	1.444.150	170.295	–	Instrumentos financeiros derivativos	(38.214)	–

A tabela a seguir fornece uma reconciliação por categoria de risco dos componentes do patrimônio líquido e a análise dos itens de ORAresultantes da contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa:

	Reserva de *Hedge*
Saldo em 1º de janeiro de 2024	2.058
***Hedge* de fluxo de caixa**	–
Mudanças no valor justo:	–
Risco cambial - *swap* empréstimos	(38.214)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(36.156)

27.5 Gerenciamento dos riscos financeiros: O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. Os riscos descritos a seguir são uma compilação dos riscos apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. O Comitê de Auditoria da Controladora Equatorial S.A., supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria. Para o exercício findo em de 31 de dezembro de 2024, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2023. **(a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R$ 52.706 (R$ 32.372 em 31 de dezembro de 2023). O Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acima AA- e AA+, baseado na agência de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors.* A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a Companhia julgou não ser necessário a constituição de provisão. **(ii) Contas a receber de clientes:** As contas a receber são compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão. A Companhia estabelece as políticas de cobrança para as classes de clientes para reduzir os níveis de inadimplência, e consequentemente, a recuperação dos valores recebíveis. Todas as políticas de cobrança estabelecidas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1000/2021 emitida pela ANEEL. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a exposição máxima ao risco de crédito para contas a receber de clientes por classe consumidora estava assim apresentada:

Classe consumidora	% 2024	% 2023
Residencial	37%	39%
Industrial	6%	6%
Comercial	30%	29%
Rural	3%	3%
Poder público	13%	12%
Iluminação pública	6%	5%
Serviço público	5%	6%
Total	100%	100%

2024 Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	269.047	55.699	77.738	402.484
Industrial	28.103	327	41.851	70.281
Comercial	115.653	7.243	208.063	330.959
Rural	24.110	1.623	4.205	29.938
Poder público	73.763	3.569	67.558	144.890
Iluminação pública	52.139	209	9.768	62.116
Serviço público	40.435	1.089	15.157	56.681
Total	603.250	69.759	424.340	1.097.349

2023 Classe consumidora	Consumidores faturados	Consumidores não faturados	Parcelamentos	Total
Residencial	364.753	59.829	100.721	525.303
Industrial	40.177	465	46.707	87.349
Comercial	155.211	10.411	225.642	391.264
Rural	35.924	1.984	6.121	44.029
Poder público	79.477	3.415	86.665	169.557
Iluminação pública	63.053	154	6.992	70.199
Serviço público	70.243	1.390	3.782	75.415
Total	808.838	77.648	476.630	1.363.116

A Companhia registrou uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de perdas esperadas referentes às contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 7.2 - Contas a receber de clientes e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.14.2.1 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. **Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa:**

Faixa (em dias)	Saldo contábil bruto Parcelamentos	%Taxa média ponderada da perda média do Parcelado	Saldo PECLD	Saldo contábil bruto faturados	%Taxa média ponderada da perda média do Faturado	Saldo PECLD
A Vencer Individualizado	168.247	9,57%	16.101	–	–	–
A Vencer	168.283	24,71%	41.583	230.944	3,33%	7.689
Vencido 1 a 30	2.289	24,71%	566	74.466	6,68%	4.974
Vencido 31 a 60	1.772	40,84%	724	18.683	15,39%	2.875
Vencido 61 a 90	1.064	51,84%	552	9.653	24,13%	2.329
Vencido 91 a 120	1.877	59,23%	1.112	7.996	29,64%	2.370
Vencido 121 a 150	1.057	62,95%	665	9.464	32,26%	3.053
Vencido 151 a 180	1.598	65,31%	1.044	12.263	34,23%	4.198
Vencido 181 a 210	1.458	65,55%	956	6.764	35,66%	2.412
Vencido 211 a 240	1.657	69,85%	1.157	8.275	37,71%	3.121
Vencido 241 a 270	2.747	72,06%	1.979	6.003	38,53%	2.313
Vencido 271 a 300	1.752	73,30%	1.284	5.208	40,95%	2.133
Vencido 301 a 330	2.251	74,45%	1.676	6.119	45,33%	2.774
Vencido 331 a 360	1.492	75,27%	1.123	6.543	51,50%	3.370
Vencido 361 a 390	1.726	76,62%	1.322	5.485	51,50%	2.825
Vencido 391 a 420	2.201	77,22%	1.700	5.319	51,50%	2.739
Vencido 421 a 450	3.008	77,93%	2.344	5.712	51,94%	2.967
Vencido 451 a 630	7.773	78,90%	6.133	30.298	52,29%	15.843
Vencido 631 a 720	4.110	81,36%	3.344	12.548	54,31%	6.815
Vencido 721 a 810	5.097	82,68%	4.214	11.925	54,31%	6.476
Vencido 811 a 990	10.257	82,68%	8.480	20.238	54,31%	10.991
Vencido 991 a 1080	4.798	82,68%	3.967	12.306	55,41%	6.819
Vencido 1081 a 1170	3.944	83,04%	3.275	13.178	59,44%	7.833
Vencido 1171 a 1350	7.047	83,04%	5.852	19.567	59,44%	11.631
Vencido 1351 a 1530	5.865	86,94%	5.099	33.557	59,44%	19.946
Vencido 1531 a 1710	5.576	87,64%	4.887	12.023	59,44%	7.146
Vencido 1711 a 1890	5.394	87,64%	4.726	18.713	59,44%	11.123
Vencido Maior 1890	–	100,00%	–	–	100,00%	–
Total	424.340		125.865	603.250		156.765

***Aging* parcelamentos saldos a vencer:**

2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Residencial	2.494	946	18.373	12.398	34.211
Industrial	39.883	115	363	171	40.532
Comercial	8.140	8.886	18.605	153.953	189.584
Rural	996	46	918	469	2.429
Poder público	1.378	2.550	8.824	33.948	46.700
Iluminação pública	1.035	335	902	6.811	9.083
Serviço público	11	44	2.312	11.624	13.991
Total dos parcelamentos a vencer	53.937	12.922	50.297	219.374	336.530

***Aging* de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias:**

2024	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. há mais de 1531 dias	Total
Residencial	6.189	8.327	11.505	9.556	5.206	40.783
Industrial	174	127	199	345	414	1.259
Comercial	4.323	5.758	2.943	2.929	1.768	17.721
Rural	259	291	361	421	302	1.634
Poder público	4.756	4.108	4.332	3.256	3.093	19.545
Iluminação pública	173	207	119	160	–	659
Serviço público	14	–	692	188	190	1.084
Total vencidos	15.888	18.818	20.151	16.855	10.973	82.685

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo PECLD
A Vencer	69.759	3,33%	2.323

PECLD Outros

Faixa	Saldo contábil bruto Outros	%Taxa média ponderada da perda média do Outros	Saldo PECLD
A Vencer	31.955	4,14%	1.317
Vencido 1 a 30	3.329	7,67%	255
Vencido 31 a 60	689	15,39%	106
Vencido 61 a 90	691	24,13%	167
Vencido 91 a 120	968	27,87%	270
Vencido 121 a 150	1.119	31,00%	347
Vencido 151 a 180	934	32,30%	302
Vencido 181 a 210	517	34,10%	176
Vencido 211 a 240	639	35,39%	226
Vencido 241 a 270	584	35,88%	210
Vencido 271 a 300	523	36,37%	190
Vencido 301 a 330	522	38,21%	199
Vencido 331 a 360	585	39,05%	228
Vencido 361 a 390	552	41,25%	228
Vencido 391 a 420	566	46,13%	261
Vencido 421 a 450	512	49,58%	254
Vencido 451 a 630	29	51,34%	15
Vencido 631 a 720	743	51,88%	385
Vencido 721 a 810	836	51,88%	434
Vencido 811 a 990	3.680	51,88%	1.909
Vencido 991 a 1080	2.640	51,88%	1.370
Vencido 1081 a 1170	1.779	54,83%	975
Vencido 1171 a 1350	3.528	56,39%	1.989
Vencido 1351 a 1530	2.560	56,39%	1.444
Vencido 1531 a 1710	1.201	56,39%	678
Vencido 1711 a 1890	867	56,39%	489
Vencido Maior 1890	815	78,41%	639
Total	63.363		15.063

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e ativo financeiro da concessão: A Administração da Companhia considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativos de contrato e ativo financeiro da concessão). **(c) Instrumentos financeiros derivativos:** Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings e Standard & Poors*. **(b) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas nas notas explicativas nº 15- Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures. A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros. A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, prestam à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses (índice de disponibilidade). O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo era de 1,2 em 31 de dezembro de 2024 (2,3 em 31 de dezembro de 2023). **(i) Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração contábil. Esses valores são brutos e não descontados, incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Empréstimos bancários com garantia	776.770	1.328.136	14.051	70.051	170.132	435.568	638.334
Empréstimos bancários sem garantia	1.616884	1.708.957	8.066	583.900	1.116.991	–	–
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	2.393.654	3.037.093	22.117	653.951	1.287.123	435.568	638.334
Títulos de dívida emitidos sem garantia	313.762	537.776	–	33.840	263.716	109.270	130.950
Subtotal - Debêntures	313.762	537.776	–	33.840	263.716	109.270	130.950
Fornecedores	297.915	297.915	142.690	155.225	–	–	–
Fornecedores - risco sacado	9.556	9.556	9.437	119	–	–	–
Subtotal - Fornecedores	307.471	307.471	152.127	155.344	–	–	–
Passivo de arrendamento	3.328	3.328	126	624	1.307	1.271	–
Subtotal - Passivo de arrendamento	3.328	3.328	126	624	1.307	1.271	–
Total	3.018.215	3.885.668	174.370	843.759	1.552.146	546.109	769.284

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros mantidos para fins de gerenciamento de risco e que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures, a Companhia possui operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não há qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas pela Companhia. **(c) Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco. Geralmente, a Companhia busca aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado. **(d) Risco de taxa de câmbio:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar. Em 31 de dezembro de 2024 a exposição ao câmbio é de 57,9% de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira), para o exercício de 2023 a exposição ao câmbio é de 37,9%. A Companhia monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia possui duas dívidas em moeda estrangeira, e ambas possuem swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 27.4 - Instrumentos financeiros derivativos. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2023 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial — Impacto no resultado

Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US$	(1.566.752)	(1.700.900)	(2.126.125)	(2.551.349)	(1.275.675)	(850.451)
Impacto no resultado do exercício				(425.225)	(850.449)	425.225	850.449
Swap - Ponta Ativa	US$	1.569.807	1.704.217	2.130.271	2.556.326	1.278.163	852.108
Impacto em outros resultados abrangentes				829	1.660	(829)	(1.660)
Impacto no resultado do exercício				425.225	850.448	(425.225)	(850.448)
Impacto líquido no resultado do exercício total				–	–	–	–
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar US$ R$ (% 12 meses)		6,72	6,19	8,40	10,08	5,04	3,36

Fonte: B3

(e) Risco de taxa de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos e as aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante. O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2024 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior. Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

Operação	Risco	Saldo em R$ (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	729.634	842.071	870.180	898.289	813.962	785.853
Impacto no resultado do exercício				28.109	56.218	(28.109)	(56.218)
Passivos Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(367.479)	(424.108)	(438.265)	(452.422)	(409.951)	(395.794)
	IPCA	(776.837)	(826.865)	(839.372)	(851.879)	(814.358)	(801.851)
Total de passivos financeiros		(1.144.316)	(1.250.973)	(1.277.637)	(1.304.301)	(1.224.309)	(1.197.645)
Impacto no resultado do exercício				(26.664)	(53.328)	26.664	53.328
Swap - Ponta Passiva	CDI	(1.397.887)	(1.613.301)	(1.667.155)	(1.721.008)	(1.559.447)	(1.505.594)
Impacto em outros resultados abrangentes				(1.068)	(2.135)	1.068	2.135
Impacto no resultado do exercício				(52.786)	(105.572)	52.786	105.572
Impacto líquido no resultado do exercício total				(51.341)	(102.682)	51.341	102.682
Referência para ativos e passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2024	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)		15,41%	10,88%	19,26%	23,12%	11,56%	7,71%
IPCA (%12 meses)		6,44%	4,87%	8,05%	9,66%	4,83%	3,22%

Fonte: B3. (f) Risco de vencimento antecipado: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados na nota explicativa nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures. **(g) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico):** O sistema de produção de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um período prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo mediante do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade. Como consequência da situação hidrológica desfavorável de 2021, foi criada a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG) (Medida Provisória nº 1.055/2021), com competência para definir diretrizes obrigatórias relativas ao estabelecimento de condições excepcionais e temporárias para enfrentamento da situação hidrológica. Mensalmente, a CREG realiza reuniões de acompanhamento, sendo respaldada pelos estudos elaborados por diversos entes do setor elétrico brasileiro, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Operador Nacional do Sistema (ONS) e Ministério de Minas e Energia (MME). Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o período tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2023. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses. **(h) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulado, conforme previsto em Procedimento de Regulação Tarifária (Submódulo 2.9 do Proret). A própria ANEEL também poderá proceder de ofício Revisões Tarifárias Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas. **(i) Risco ambiental:** A Companhia baliza suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais. Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*. O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos: • Licenciamento Ambiental; • Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e

continua →★

★ continuação

EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 12.272.084/0001-00

Supressão de Vegetação; • Gestão de Resíduos; Educação e Conscientização Ambiental; • Gestão de Requisitos Legais; • Gestão de Recursos Hídricos; e • Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Dentro destes macroprocessos, fazemos gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas e Redes de Distribuição de Energia. Também trabalhamos com os órgãos ambientais considerando a obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico. Em nosso SGA, temos a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras. Também visando reduzir impactos ambientais, utilizamos em nossas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade de árvores de grande porte. **27.6 Gestão de capital:** A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. **28. Transações que não afetam caixa - Demonstração dos fluxos de caixa: 28.1 Transações que não afetam caixa:** O CPC 03 (R2) - Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa. Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa
Atividades de Investimento	
Transferências entre ativo contratual e intangível (a)	306.196
Transferências entre ativo contratual para ativo financeiro (a)	28.777
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedor (b)	22.732
Adição de ativo contratual em contrapartida de Obrigações Trabalhistas (b)	34.057
Reclassificação entre investimentos e intangível	229
Reclassificação entre ativo financeiro e intangível	16.233
Total atividades de investimentos	**408.224**
Capitalização de juros de empréstimos (c)	3.021
Hedge accounting de fluxo de caixa (d)	38.214
Dividendos adicionais distribuídos	173.581
Reconhecimento direito de uso	2.809
Total atividades de financiamento	**217.625**
Total	**625.849**

(c) Capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis registrados em ativos de contrato de acordo com as regras do CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos.

28.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento:

	2023	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros (*)	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (**)	2024
Empréstimos e financiamentos	1.540.430	573.087	(92.708)	–	–	372.845	2.393.654
Passivo de arrendamento	898	(379)	(167)	2.809	–	167	3.328
Debêntures	308.802	(411)	(31.699)	–	–	37.070	313.762
Instrumentos financeiros derivativos	33.005	–	(39.154)	–	38.214	(32.065)	–
Dividendos a pagar	105.334	(278.585)	–	–	–	236.410	63.159
Total	1.988.469	293.712	(163.728)	2.809	38.214	614.427	2.773.903

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais. (**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros e variações monetárias líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar ainda não pagos no fim do exercício. **29. Compromissos futuros:** Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2024	2025	2026	Após 2026 (*)
Energia contratada (em R$ mil)	2024 a 2035	1.056.185	1.144.372	1.254.792	15.226.023
Energia contratada (em MWh)	2024 a 2035	4.332.765	4.372.215	4.435.578	44.793.096

(*)Estimado em 9 anos após 2027. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - (CCEAR), e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2025	2026	2027	Após 2027*
Arrendamentos e aluguéis (R$ Mil)	2025 a 2029	750	632	675	1.271

(*) estimado 2 anos após 2025. **30. Eventos subsequentes: Distribuição de dividendos adicionais:** Em 26 de março de 2025, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R$ 168.823, decorrentes do resultado do exercício.

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior (Presidente) | **Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima** (Vice-Presidente) | **Sérvio Túlio dos Santos** | **Cícero Vladimir de Abreu Cavalcanti**

Diretoria Executiva

Fernando Pompeu dos Santos Filho - Diretor Presidente | **Cristiano de Lima Logrado** - Diretor | **Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima** - Diretor | **Henderson Rovay** - Diretor

Bruno Pinheiro Macedo Couto - Superintendente de Ativos e Contabilidade - Contador - CRC MA-011842/O-3 S-AL

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração e Diretoria da **Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. -** Maceió - AL. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia. *Controles gerais de tecnologia de informação:* A Companhia, devido ao elevado número de transações, utilizam-se de uma complexa estrutura de sistemas e controles de tecnologia da informação, sejam eles manuais, automatizados e dependentes dos sistemas integrados de gestão. A eficácia no desenho e na operação destes controles é de suma importância para que os registros contábeis e, por consequência, as demonstrações contábeis estejam livres de erros materiais. Essa estrutura encontra-se em diferentes níveis de maturação e os riscos relacionados aos processos de tecnologia da informação relevantes para as transações processadas nos diferentes sistemas podem resultar em informações críticas incorretas, inclusive as utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis. Devido à importância dos controles gerais de tecnologia da informação, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI ("ITGCs") implementados pela Companhia para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria; (ii) analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários; (iii) avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia; (iv) avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas conforme o desenho dos referidos controles; (v) analisamos o processo de gestão das operações, com foco nas políticas para realização de salvaguarda de informações e a tempestividade no tratamento de incidentes. Esses procedimentos, quando necessário, foram executados com o envolvimento dos nossos profissionais de tecnologia. A combinação das deficiências dos controles internos encontradas no processo de gestão de acessos e mudanças representou uma deficiência significativa e, portanto, alteraram a nossa avaliação quanto à natureza, época e ampliou a extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obtermos evidências de auditoria suficientes e adequadas no tocante às contas contábeis envolvidas. Os nossos procedimentos adicionais incluíram, dentre outros, a avaliação substantiva da integridade dos relatórios produzidos pelos sistemas relacionados e utilizados em nossos procedimentos de auditoria. Com base nos resultados dos procedimentos acima, consideramos aceitáveis as informações extraídas dos sistemas da Companhia para planejamento e execução dos nossos testes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. *Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada:* As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R$ 69.759 mil em 31 de dezembro de 2024 e está divulgado na nota explicativa nº 7 às demonstrações contábeis. O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pela Companhia com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a receita não faturada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que as políticas de mensuração e reconhecimento adotadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. *Tributos diferidos:* Conforme descrito na nota explicativa nº 17, a Companhia apresenta, no ativo não circulante, o montante de R$ 548.940 mil referente a créditos tributários diferidos provenientes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e de diferenças temporárias dedutíveis, cujo reconhecimento e recuperabilidade estão fundamentados em estudo elaborado pela diretoria sobre a geração de lucros tributáveis futuros. A estimativa de geração de lucros tributáveis futuros requer julgamento e interpretação de leis tributárias, bem como a projeção de resultados futuros. O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores em relação ao total de ativo, bem como em relação aos efeitos no resultado do exercício, e grau de julgamento utilizado nas projeções de lucros tributáveis futuros, suas estimativas e premissas, e do impacto que eventuais alterações nessas premissas e estimativas poderiam trazer às demonstrações contábeis. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente, (ii) revisão do modelo utilizado para mensurar as projeções de lucros tributários futuros e as expectativas de reversão dos créditos tributários ao longo do tempo, envolvendo as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às projeções de receitas futuras, taxa de crescimento, alíquotas dos tributos, margem de lucro da Companhia, bem como alinhamento dessas premissas com os estudos deliberados pelos órgãos competentes da Companhia; e (iii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis da Companhia. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os tributos diferidos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que o mecanismo de mensuração e registro, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstração do valor adicionado:* A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 26 de março de 2025.

EY Shape the future with confidence

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F
Nathália Araújo Domingues
Contador - CRC CE-020833/O

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAQUIM GOMES
AVISO DE LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO

O Setor de licitação e Contratos do Município de Joaquim Gomes/AL, no uso de suas atribuições, torna público que realizará as seguintes licitações:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2025, objetivando AQUISIÇÃO DE CARRO;
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2025, objetivando AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADO PARA MERENDA ESCOLAR, as licitações ocorrerão no DIA ***05/05/2025***, ÀS 09:00h, PE Nº 08 e ÀS 09:30h, PE Nº 09. Outras informações e o edital, no site www.bnc.org.br ou www.bnccompras.com / comissãodecontrataçãojg@gmail.com.

Grace Kelly dos Santos da Fonseca
Pregoeira

AGÊNCIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROCESSOS - AMGESP

AVISO DE LICITAÇÃO
AMGESP N.º 038/2025 – DOE, DOU e Jornal Diário De Grande Circulação.

Processo: E:02000.0000000942/2024; Modalidade: Pregão Eletrônico n.º AMGESP 91.054/2025; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: Aquisição de Reagentes de Hemácias para Prova Reversa e Antissoros para Prova Direta - Data de realização: 28 de abril de 2025, às 09:00h, horário de Brasília.

Maceió, 14 de abril de 2025.
Wagner Vieira do Nascimento Silva
Assessor Especial da Superintendência de Contratações Públicas

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA CANOA/AL
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

Tipo: Menor Preço. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no Serviço de Locação de Ambulância, incluindo os serviços de gerenciamento de frota, visando suprir as necessidades deste Município de Lagoa da Canoa/AL. Data: 09/05/2025, às 10h00min. Local: BNC – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS (www.bnc.org.br). Editais disponíveis também no portal https://transparencia.lagoadacanoa.al.gov.br/licitacao, informações no e-mail: cpl.canoa@gmail.com.

Lagoa da Canoa/AL, 15 de abril de 2025.
Alex Junior Ferreira da Silva, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBATEGUARA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 2ª CHAMADA

A Prefeitura Municipal de Ibateguara, através da Pregoeira, avisa que realizará licitação TIPO: Menor Preço Por Item. DATA E HORA: 30 de abril de 2025 às 09h00min. LOCAL: http://bnc.org.br. OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Materiais Odontológicos e Correlatos destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo de Ibateguara. O Pregão acima será realizado no horário local. Edital acima, disponível no Setor de Licitações, no Sistema BNC ou através do Portal da Transparência do Município. Ibateguara/AL, 15 de abril de 2025. DANIELE FIRMINO ADRIANO DE MOURA Pregoeira

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA – SEMINFRA

AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO PÚBLICA INTERNACIONAL Nº. 001/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 003/2025 (90003/2025) UASG Nº. 927512
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3200.101653/2024

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Execução dos Serviços Complementares de Revisão de Projetos, Gerenciamento e Supervisão de Obras, inclusive a Assistência Social e Ambiental das Obras do Programa Desenvolve Maceió.

Abertura das Propostas: 21/07/2025, às 09h00 (horário de Brasília) no site: **https://www.comprasnet.gov.br/**

As empresas interessadas em adquirir o Edital e seus Anexos deverão acessar o endereço eletrônico da Prefeitura de Maceió: **www.licitacao.maceio.al.gov.br** no link "Licitações".

Maceió/AL, 15 de abril de 2025.
DANIEL DA SILVA FERREIRA
Presidente da CPLOSE/SEMINFRA
Matrícula nº. 974078-3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ELETIVA DA ASSOCIAÇÃO GAMA JUDÔ CLUBE - GJC.

A Associação Gama Judô Clube, entidade inscrita sob CNPJ de número 05.761662/0001-06, registrada sob protocolo 55378, datado de 12/02/2003, no cartório do 4ºofício de notas e 1º registro de títulos e documentos de pessoas jurídicas de Maceió, Convoca todos os interessados, nos termos da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2012, (Código Civil Brasileiro), e da Lei nº 9615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para a realização da assembleia Geral com o objetivo de realizar a eleição da nova diretoria, à realizar-se no próximo dia 30/04/2025, na rua Pedro Loureiro Farias, 30 - Feitosa, Maceió - AL, 57.042-450.
A convocação dar-se-á às 19h do dia mencionado, onde instalar-se-á a Assembleia para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1º) Eleição da nova diretoria da Associação GAMA JUDÔ CLUBE;

Maceió/AL, 15 de abril de 2025.
Ícaro Alves Gama de Lima
Presidente

MUNICÍPIO DE DELMIRO GOUVEIA

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 07/2025
Processo n.º 0500.000973/2025
Tipo: Menor Preço por lote de itens
Disponibilidade: **http://www.licitacoes-e2.com.br**
Objeto: Registro de preço para Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de seguro para os veículos pertencentes à frota municipal e/ou conveniados, com cobertura contra danos materiais (DMT), danos corporais (DC), danos morais (DM), acidentes pessoais de passageiros (APP) com DMH, assistência 24 (vinte e quatro) horas, com cobertura de vidros, 100% da tabela FIPE, Valores Estabelecidos e Notas Fiscais, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Data de realização: 05 de maio de 2025 às 08:00h.

Pregão Eletrônico nº 08/2025
Processo n.º 0500.003141/2025
Tipo: Maior desconto por lote de itens
Disponibilidade: **https://licitacoes-e2.bb.com.br**
Objeto: Registro de preço para Contratação de empresa especializada em fornecimento de combustíveis automotivos, para atender as necessidades da prefeitura municipal de Delmiro Gouveia-AL.
Data de realização: 06 de maio de 2025 às 08:00h.
Informações: **cpldelmiro@outlook.com**

Erika Vanessa Melo de Lima
Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL RETIFICADO CPL/ALICC – N.º 028/2025
Processo nº: 12200.133186.2024

Objeto: Contratação de Instituição Financeira Pública ou Privada, regularmente em atividade conforme legislação específica para prestação de serviços de: (a) processamento dos pagamentos originados da folha de salários dos servidores da administração direta e indireta do poder executivo do município, na forma do termo de referência, em caráter de exclusividade; (b) concessão de crédito consignado aos servidores mencionados na alínea "a" acima, sem exclusividade; (c) pagamento de fornecedores, em caráter preferencial; (d) centralização da arrecadação, respeitados os dispositivos legais; (e) gestão da chave pix, em caráter de exclusividade, em conformidade com o Termo de Referência e seus anexos.
Abertura das Propostas: 16/05/2025 às 09h.
Endereço: Agência de Licitações Contratos e Convênios – ALICC, Avenida da Paz, 900, Jaraguá, CEP: 57022-050

Maceió/AL, 15 de abril de 2025.
Marília Peixoto Barbosa
Diretor da Diretoria Especial de Licitações e Contratos ALICC-PMM

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANAPI
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE CANAPI, através da Secretaria de Administração, avisa que realizará licitações conforme resumo:

Modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2025 (BNC- BOLSA NACIONAL DE COMPRAS)**
Objeto: registro de preços para futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, contemplando os serviços apoio administrativos, operacional e técnico para atender as necessidades das Secretarias de Administração, Educação e Assistência Social do Município de Canapi/AL.
Tipo: **MENOR PREÇO**.
Data e hora da sessão de disputa: **06/05/2025**, às **09:30h** (horário de Brasília).
LOCAL: Sistema eletrônico do **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, através do site **www.bnc.org.br**.
Os interessados poderão retirar o Edital através do site: **www.bnc.org.br** e se credenciarem junto ao **BNC - BOLSA NACIONAL DE COMPRAS**, no endereço **http://bnc.org.br/sistema**, fone: 41 3557-2301 e/ou Celular/ Whatsapp: 41 99136-7677, e-mail: **contato@bnc.org.br** ou através do site **http://www.canapi.al.gov.br/lai/32/Edital-de-Licitacao**

Informações pelo e-mail: **licitacao.canapi@gmail.com**

Canapi/AL, 15 de abril de 2025.
Karen Vanessa Henriques
Secretária Municipal de Administração

ALUMAQ ALUGUEL DE MAQUINAS E PRE-MOLDADOS LTDA - ME escrita sob CNPJ: 52.621.859/0001-11 localizado na Faz. frios, N° 01, Zona de expansão urbana, União dos Palmares - AL, Cep: 57.800-000 com ramo na atividade de Fabricação de Pré-Moldados, vem torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas IMA/AL a **Regularização da Licença de Operação.**

AUTOPEL-AUTO POSTO PROGRESSO LTDA, firma estabelecida na Rodovia AL 115, S/N, Km 27, Progresso, Girau do Ponciano - Alagoas, CEP 57.360-000, inscrita no CNPJ nº 08.422.115/0001-86, com ramo de atividade: Transporte rodoviário de produtos perigosos torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente (IMA), a **Autorização de Transportes de Produtos Perigosos conforme a legislação ambiental vigente.**

Indústria de Móveis do Agreste EIRELI, empresa inscrita no CNPJ nº 12.133.261/0001-69, com endereço a Rodovia AL 220, 128, Quadra A Lote 04, Polo Moveleiro, Capim, Arapiraca-AL. Torna público que está requerendo ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas IMA/AL, o pedido de **Regularização da Licença de Operação (LRO) para a tipologia de Indústria de Mobiliário de pequeno porte** em Arapiraca-AL.

CELSO TENÓRIO NONO, inscrito no CPF nº 332.303.404-00, com endereço no Cond. Residencial Aldebaran Alfa, nº 16, Jardim Petrópolis, Quadra B, Maceió/AL, torna público que requereu ao IMA/AL, a **Renovação da Licença de Operação nº 2023.26101451028.EXP.LON, referente a extração de Areia na Fazenda Mataraca, zona rural de Atalaia/AL.**

A **CONSTRUTORA GUSTAVO HALBREICH ltda**, inscrita no CNPJ: 46.357.018/0001-46, sediada na AV. Brigadeiro Faria Lima, Nº 1931, Jardim Paulistano, 13° Andar, São Paulo/SP, torna público que requereu ao IMA/AL, a **Licença de Operação para a Pousada e Condomínio Residencial denominado Casas da Praia**, localizado no povoado Poxim, município de Coruripe.

Jailton dos Santos Miranda, CNPJ: 26.122.658\0001-60,situado na Rua Raul Ângelo,36 -Ipioca,Maceió\AL, com ramo de captação e distribuição de água subterrânea, torna público que requereu ao IMA\AL a **Renovação da Licença de Operação.**

AUTO POSTO MALIS LTDA - POSTO SAO CRISTOVAO, firma estabelecida na Avenida Menino Marcelo, n° 68, Tabuleiro dos Martins, Maceió - Alagoas, CEP 57.081-365, inscrita no CNPJ nº 08.424.467/0001-70, com ramo de atividade: Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores torna público que requereu do Instituto do Meio Ambiente (IMA), a **Licença de Operação conforme a legislação ambiental vigente.**

RESTAURANTE NIHIN LTDA, inscrita no CNPJ nº 55.169.535/0001-82, com sede na Rodovia AL-101 Norte, Km 121, Sítio Nossa Senhora de Fátima, Japaratinga/AL, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas - IMA, a **REGULARIZAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO** para o empreendimento localizado no mesmo endereço. Foi solicitado o EAS e PGRS.

NOME DA EMPRESA: **SHPX LOGISTICA LTDA** INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 42.446.277/0203-80 SITUADO(A): VIA EM PROJETO, S/N, QUADRA 4B LOTE 09, TABULEIRO DO MARTINS - CEP 57.081-583 – MACEIÓ/AL COM ATIVIDADES DE: • 49.30-2-02 - TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS EMUDANÇAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. (PRINCIPAL) TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB – MACEIÓ/AL, A **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO** DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO: SHPX LOGISTICA LTDA. NO SEGUINTE ENDEREÇO: VIA EM PROJETO, S/N, QUADRA 4B LOTE 09, TABULEIRO DO MARTINS - CEP 57.081-583 – MACEIÓ/AL. FORAM SOLICITADOS ESTUDOS AMBIENTAIS :PGRS .

COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO SIMPLICIO LTDA – ME escrita sobe CNPJ: 05.291.039/0001-29 localizado na Rua josé hortêncio de souza, N° 566, Roberto C. de araujo, União dos Palmares - AL, Cep: 57.800-000 com ramo na atividade de Comércio varejista Material de Construção em Geral e de Madeira e Artefatos vem torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas IMA/AL a **Renovação da Licença de Operação.**

A **Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Maceió– CBTU/STU MAC**, CNPJ n° 42.357.483/0011-06, lotada na Rua Barão de Anadia n° 121, Centro, Maceió/AL, torna público que requereu ao IMA/AL a **Renovação da Licença de Operação de suas instalações e atividades no estado de Alagoas.**

NOME DA EMPRESA: **UNEPELE MEDICINA AVANÇADA LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 40.902.213/0001-23, situada na AVENIDA DOUTOR ANTÔNIO GOMES DE BARROS, Nº. 625 – SALA 114 - EDIFÍCIO THE SQUARE P. OFFICE - BAIRRO: JATIÚCA – MACEIÓ/AL – CEP Nº. 57.036-001. – com atividade MÉDICA AMBULATORIAL COM RECURSOS PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB - Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de "REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO", para o empreendimento denominado "UNEPELE MEDICINA AVANÇADA"**, situada na AVENIDA DOUTOR ANTÔNIO GOMES DE BARROS, Nº. 625 – SALA 114 - EDIFÍCIO THE SQUARE P. OFFICE - BAIRRO: JATIÚCA – MACEIÓ/AL – CEP Nº. 57.036-001 – Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS) e o Estudo de Capacidade Ambiental (ECA).

A **TECNOSONDA S/A**, inscrita no CNPJ: 33.841.727/0012-03, situada no endereço Rua Professor José da Silva Camerino, nº 880 – bairro Pinheiro – salas 114 e 115, Maceió/AL- CEP: 57.057-250, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas IMA/AL a **Autorização de Transporte de Produtos Perigosos (ATPP).**

NOME DA EMPRESA: **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 08.343.492/0111-64, situada na Rua Engenheiro Mário de Gusmão, nº. 988 - Sala 439 - Bairro: Ponta Verde – Maceió/AL – CEP Nº. 57.035-000, com Atividades de: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO - SEMURB, Maceió/AL, a **RENOVAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de "IMPLANTAÇÃO"** para o empreendimento denominado **"RESIDENCIAL MIRANTE DAS DUNAS"** a ser situado na Avenida josé Ribeiro Toledo, s/n – bairro de Cruz das Almas- Maceió/AL

ESTADO DE ALAGOAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE PEDRAS

A Prefeitura Municipal de Porto de Pedras/AL, inscrita no CNPJ 08.629.446/0001-91, com endereço na Rua Professor Sebastião da Hora, 404, Centro, Porto de Pedras/ AL, CEP 57.945-000, torna público que requereu ao IMA/AL O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL para obra de **Pavimentação de Vias no município de Porto de Pedras, contrato nº 1088.354-08**, neste Município.

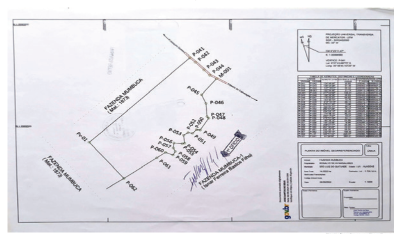
A Prefeitura Municipal de Porto de Pedras/AL, inscrita no CNPJ 08.629.446/0001-91, com endereço na Rua Professor Sebastião da Hora, 404, Centro, Porto de Pedras/ AL, CEP 57.945-000, torna público que requereu ao IMA/AL O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL para obra de **Pavimentação de Vias no município de Porto de Pedras, contrato nº 1088.429-07**, neste Município.

A Prefeitura Municipal de Porto de Pedras/AL, inscrita no CNPJ 08.629.446/0001-91, com endereço na Rua Professor Sebastião da Hora, 404, Centro, Porto de Pedras/ AL, CEP 57.945-000, torna público que requereu ao IMA/AL O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL para obra de **Manutenção de Estradas Vicinais no município de Porto de Pedras, contrato nº 1090.328-09**, neste Município.

A Prefeitura Municipal de Porto de Pedras/AL, inscrita no CNPJ 08.629.446/0001-91, com endereço na Rua Professor Sebastião da Hora, 404, Centro, Porto de Pedras/ AL, CEP 57.945-000, torna público que requereu ao IMA/AL O PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL para obra de **Pavimentação em Paralelepípedo – Rua Vila Agrária 01, 02, 03 e 04 no município de Porto de Pedras, contrato nº 1081.841-77**, neste Município.

TRIBUNA HOJE.com
TODO CONTEÚDO EM VÍDEO VOCÊ ENCONTRA EM NOSSO CANAL NO YouTube
BUSQUE POR: PORTAL TRIBUNA

Faz público para ciência dos interessados, os SOLICITANTES: ROSALVO SILVA MAGALHÃES, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF nº 227.810.724-00, portador do RG nº 248340 - SSP/AL, casado com VERA LUCIA SARMENTO MAGALHÃES, brasileira, inscrita no CPF nº 136.730.254-49, portadora do RG nº 248.203 - SEDS/AL, ambos residentes e domiciliados na cidade de São Luís do Quitunde-AL, requereram o direito de propriedade do imóvel abaixo descrito: através do Usucapião Extrajudicial Ordinário, tramitando no 1º Ofício de Notas, Registros de Imóveis e de Títulos e Documentos de São Luiz do Quitunde-Alagoas: Imóvel: O Imóvel objeto deste Usucapião descreve-se da seguinte forma: Propriedade Rural denominada Fazenda Mumbuca, possuindo uma área de 14,0222 há e 1.726,14m, localizada no Município de São Luís do Quitunde-AL. Foi apresentado memorial descritivo, planta e Escritura Pública de Cessão de Direitos que preenchem todos os requisitos previsto em Lei, assim sendo, ficam intimados terceiros eventualmente interessados e titulares de direitos reais e de outros direitos em relação ao pedido apresentado, podendo realizar impugnação escrita perante o 1º Ofício de Notas, Registros de Imóveis e de Títulos e Documentos de São Luiz do Quitunde-Alagoas, com as razões de sua discordância em 15 (quinze) dias corridos a contar da data desta publicação. Caso não contestado presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela Requerente, sendo reconhecido o USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ORDINÁRIO, com o competente registro a ser realizado no 1º Ofício de Notas, Registros de Imóveis e Títulos e Documentos de São Luiz do Quitunde-Alagoas, conforme determina a Lei.



Digitalizado com CamScanner

JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE
Portal TRIBUNAHOJE.com

PUBLICIDADE LEGAL NO IMPRESSO E NO PORTAL É COM A GENTE.
Edição com Certificação Digital ICP Brasil
Lei Federal 13.818/19

Solicite seu orçamento pelo e-mail:
comercial.tribunaindependente@gmail.com
Único jornal Standard de circulação diária no Estado de Alagoas



JORNAL TRIBUNA INDEPENDENTE 17 ANOS

UMA HISTÓRIA MOVIDA POR CREDIBILIDADE NA INFORMAÇÃO.

UM PRODUTO
JORGRAF
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E TRABALHO DOS JORNALISTAS E GRÁFICOS DO ESTADO DE ALAGOAS
17 ANOS
TRIBUNA INDEPENDENTE | TRIBUNA HOJE.com | TRIBUNA HOJE TV | TRIBUNA POD | GRÁFICA TRIBUNA